



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 96

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 09 de maio de 2019

Presidente: *Deputado Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos Srs./Sras. Deputados/as, procedeu-se ao [Debate de Urgência sobre “A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Tecnológico na Economia Açoriana”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado José Contente (*PS*), participaram no debate os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Luís Rendeiro (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*) e as Sras. Deputadas Mónica Rocha (*PS*) e Bárbara Chaves (*PS*). Participaram também no debate o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*), o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Proferiram um protesto e contraprotesto os Srs. Deputados Francisco César (*PS*) e Luís Rendeiro (*PSD*), respetivamente.

Iniciou-se a Agenda da Reunião com o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XI – “Adapta à Região Autónoma dos Açores a Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*), intervieram no debate os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), João Vasco Costa (*PS*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Bruno Belo (*PSD*) e Francisco Coelho (*PS*). Interveio também no debate o Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*), Bruno Belo (*PSD*) e João Vasco Costa (*PS*).

Prosseguiu-se os trabalhos com a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 29/XI – “Proposta de adaptação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas à Administração Regional da Região Autónoma dos Açores, e quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de outubro, que procede à harmonização na Administração Pública Regional da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, sucessivamente alterados pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 33/2010/A, de 18 de novembro, 2/2014/A, de 29 de janeiro e 3/2017/A, de 13 de abril”](#).

Após a apresentação pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*), usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Mendes (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), João Vasco Costa (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), Alonso Miguel (*CDS-PP*) e António Lima (*BE*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

De seguida, passou-se para o [Projeto de Deliberação n.º 3/XI – “Suspensão dos trabalhos da Comissão Eventual de Inquérito à Rede de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), participaram no debate os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), João Paulo Ávila (*PS*) e Paulo Mendes (*BE*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*) e os Srs. Deputados João Paulo Ávila (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Posteriormente, o Sr. Deputado Paulo Mendes justificou o Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 144/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – Cumprimento da decisão judicial no reconhecimento do vínculo laboral dos trabalhadores da RTP/Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE. Usou da palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*) e a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Prosseguiu-se os trabalhos com o debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 144/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – Cumprimento da decisão judicial no reconhecimento do vínculo laboral dos trabalhadores da RTP/Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*), participaram no debate os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), João Paulo Corvelo (*PCP*) e a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*). Participou também no debate o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Sr. Deputado António Vasco Viveiros justificou o Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 145/XI – “Auditorias pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas ao

processo de aquisição do capital social da Sinaga, SA, e ao contrato de aquisição/leasing do Airbus 330 pela SATA”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Por fim, foi debatido e votado o [Projeto de Resolução n.º 145/XI – “Auditorias pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas ao processo de aquisição do capital social da Sinaga, SA, e ao contrato de aquisição/leasing do Airbus 330 pela SATA”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*), intervieram no debate os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Carlos Silva (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Francisco César (*PS*) e João Bruto da Costa (*PSD*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*) e Carlos Silva (*PS*).

Submetido à votação, a proposta de deliberação final que declara findo o período legislativo de maio foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 52 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos dar início à sessão.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Secretário: Bom dia.

Deputados presentes à chamada:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**
André Cláudio Gambão **Rodrigues**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Dionísio Medeiros Faria e **Maia**
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
João Paulo **Ávila**
João Vasco Pereira da **Costa**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lubélio de Fraga **Mendonça**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Manuel José da Silva **Ramos**
Maria de **Fátima** Soares Fernandes Rocha **Ferreira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**
Mário José Diniz **Tomé**
Marta **Ávila** **Matos**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Mónica Gomes Oliveira **Rocha**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia** **Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Sónia Cristina Franco **Nicolau**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Manuel Silva **Almeida**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**
Catarina Goulart **Chamacame Furtado**
César Leandro Costa **Toste**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Elisa Lima **Sousa**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Marco José Freitas da **Costa**

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira **Miguel**
Artur Manuel Leal de **Lima**
Jorge Miguel Azevedo **Paiva**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**
Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 48 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao debate de urgência sobre “A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Tecnológico na Economia Açoriana”, debate de urgência este requerido pelo Partido Socialista.

Os tempos definidos pela conferência de líderes são os seguintes: O PS e o Governo Regional têm 32 minutos, o PSD 24 minutos, o CDS 15 minutos, o Bloco de Esquerda 12 minutos e o PCP 10 minutos.

Para dar início ao debate, tem a palavra, por parte do PS, o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No início deste debate, começo por dizer que o título em epígrafe sintetiza a densificação que procuraremos fazer. Estratégia integrada porque há liderança de projetos científicos e tecnológicos que se complementam ou religam, revelam e contribuem para um novo impulso de áreas imergentes que impactam na economia açoriana. O Governo dos Açores demonstra saber que o futuro chega sempre depressa e, por isso, se prepara hoje.

Dito de outro modo, o Governo investe em projetos tecnológicos que projetam os Açores nas nossas últimas fronteiras do mar e do espaço, dando o efeito de força e sentido ao conceito de Região Geoestratégica. A par desta visão lúcida, o sistema científico que reforça a preparação deste percurso, confere o sustentáculo a montante deste novo ambiente tecnológico. Quer dizer, a tecnologia como filha da ciência segue e reforça a sua credibilidade quando nela se apoia.

É certo que poderíamos salientar que este século já é tido como a era da ciência e da tecnologia. Na verdade, o século XX, apenas com 18 anos de idade, apresenta uma explosão revolucionária de tecnologia em diversas áreas, da alimentação à educação, e no global à digitalização em todos os campos possíveis.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: A tecnologia possibilita acesso à informação, economiza tempo, facilita a mobilidade, dá melhores meios de comunicação, melhora a eficiência dos recursos, permite inovação em muitos campos, confere novas técnicas à aprendizagem e tem um novo desígnio em matéria de inteligência artificial.

Ciente destas vantagens, o Governo dos Açores tem um programa de investimentos realista e ambicioso destinados a projetos tecnológicos que começam a dar frutos.

Desta maneira, o Governo e o PS/Açores focam-se na realidade e apostam, por exemplo, no crescimento do investimento do programa de investigação, desenvolvimento e inovação que aumentou de 2018 para 2019, nos indicadores da Sociedade de Informação que na maioria dos casos são melhores nos Açores do que no resto do país, na criação de projetos emergentes como os clubes de robótica, dando expressão, para além da *[impercetível]* resolução robótica ou revolução, ou continuando o forte apoio ao funcionamento e gestão das unidades de Investigação e Desenvolvimento da Universidade dos Açores.

São três eixos que enfatizamos:

- Promoção da internacionalização da investigação, desenvolvida na Região;
- Fomento da cooperação e transferência do conhecimento entre as entidades do sistema científico e tecnológico açoriano e o tecido económico;
- Promoção de educação para a ciência e literacia digital.

Estas três áreas têm expressão financeira no programa de incentivos ao sistema científico e tecnológico dos Açores com um acréscimo de 12,7% face a 2018, que beneficiam sobretudo a Universidade dos Açores.

Em segundo lugar, nas ações de valorização e promoção da ciência, tecnologia e inovação com um acréscimo de quase 4% face a 2018, onde se poderia destacar e onde se inscrevem, por exemplo, a edição das Jornadas de Ciência “Pensar o Pós 2020” e, sobretudo, naquilo que hoje queremos salientar neste debate que promovemos, onde pontificam iniciativas, projetos e infraestruturas de base tecnológica, que apresentam um acréscimo de 109,8% face a 2018.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este montante de investimentos destina-se maioritariamente ao desenvolvimento de projeto de índole aeroespacial, atividades e projetos a cargo da Estrutura da Missão EMA-ESPAÇO, designadamente a requalificação e gestão da estação geodésica da rede atlântica, de estações geodinâmicas espaciais da Ilha de Santa Maria, empreitada de construção da torre de suporte e molde do comando para a instalação da antena paraboloide de 15 metros da estação da ESA também em Santa Maria, das obras de adequação do espaço para a estação do National Operations Centre no âmbito do programa Space Surveillance and Tracking e para a realização de espaços do aeroporto de Santa Maria para a instalação do projeto Space Radar, ações com vista ao desenvolvimento também depois daquilo que é conhecido como o Space Port e da participação do Air Centre e do CoLab na aquisição e desenvolvimento de projetos de arquitetura e engenharia para a estação geodésica que também será instalada nas Flores no âmbito da rede atlântica de estações geodinâmicas e espaciais. Este projeto prevê ainda o financiamento de outras situações a acreditar pela Secretaria Regional da Ciência e Tecnologia no âmbito do plano operacional Açores 2020.

Uma referência particular para os parques de ciência e tecnologia que se assumem como grandes polos de competitividade e inovação, onde as empresas *start-up* se podem e devem transformar em empresas *grow-up*, mediante a transferência do conhecimento, originando produtos destinados à exportação e a novas mais-valias, além dos novos empregos gerados. Este já é o caso, por exemplo, do fabrico de materiais de construção civil com fibra de basalto após uma primeira caminhada de uma *spin-up* no Nonagon ou Parque Tecnológico da Ilha de São Miguel. Este parque tem uma vocação orientada para a promoção e desenvolvimento de competências científicas e tecnológicas empresariais transversais, estimulando igualmente o empreendedorismo de base tecnológica e disponibilizando serviços inovadores para as empresas e para o ecossistema de inovação e empreendedorismo.

É o que se espera também do Parque de Ciência e Tecnologia da Terceira (Terinov), mais vocacionado para o desenvolvimento de produtos alimentares apoiados em biotecnologias e para indústrias criativas focadas no desenvolvimento do potencial regional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os grandes projetos tecnológicos dos Açores estão associados à rede atlântica de estações geodinâmicas e espaciais e às infraestruturas espaciais sediadas em Santa Maria. No primeiro caso, a rede atlântica de estações geodinâmicas e espaciais destina-se à realização de estudos de astronomia, geodesia e geofísica, duas das quais nos Açores, tendo sido criada a Associação RAEGE Açores, uma associação de direito privado sem fins lucrativos de natureza científica, tecnológica e de formação destinada à questão das atividades científicas e técnicas associadas a essas estações.

As infraestruturas espaciais em Santa Maria incluem ainda o site ESA, o site Galileo, que é operado pela EDISOFT e integra a componente terrestre do Galileo, o site EUMETSAT que inclui o controlo de aquisição de satélites,

processamento de dados, digitação de serviços meteorológicos para a organização europeia e para a exploração de satélites meteorológicos; a agência espacial portuguesa, Portugal Space, criada com o objetivo de desenvolver e coordenar a estratégia para o espaço 2030, que também está sediada em Santa Maria, cabendo-lhe uma promoção de novas atividades e negócios no setor espacial, em particular na observação da terra com pequenos satélites e facilitar uma maior participação de Portugal nos programas da ESA e da União Europeia.

Gostaria ainda de referir que o AIR Centre é, de facto, um projeto também real, concreto, que tem tido um bom desenvolvimento, e hoje em dia, para além de vários países já terem formalizado a sua adesão à associação para o desenvolvimento do AIR Centre e desse espaço estar isento de quotizações sob o ponto de vista da fiscalidade e de estar também associado a um novo desenvolvimento em matéria do espaço, da atmosfera e do oceano, do clima, da energia e dos dados que serão fornecidos em matéria portuguesa, é efetivamente mais um projeto que garante sentido àquilo que até há pouco tempo era só os Açores como região geoestratégica. O que nós entendemos é que este conceito deve ser densificado com projetos de ponta, como são aqueles que já foram aqui descritos.

Por fim, e não por último, gostaria de fazer uma menção especial ao Terceira Tech Island. O Governo dos Açores definiu como objetivo essencial a criação de um *hub* tecnológico na Terceira focado na valorização e recapacitação de recursos humanos face à carência mundial de programadores para contribuir do ponto de vista económico para o desenvolvimento desta ilha, fazendo face à redução do efetivo militar da Base das Lajes. Nesse sentido, o Terceira Tech Island, o qual tem como objetivo transformar a Terceira num centro de empresas tecnológicas, tem dado fortes e grandes avanços em termos de desenvolvimento.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Para além da disponibilização de instalações para escritórios bem como de outras infraestruturas relacionadas com as atividades empresariais e das habitações para trabalhadores, o Governo dos Açores, identificando as enormes oportunidades, disponibiliza as vantagens que a Região dá ao nível fiscal, nomeadamente o diferencial fiscal na ordem dos 20% em relação ao resto do país em sede de IRS, IRC e IVA, existe também um regime de benefícios fiscais contratuais para os projetos reconhecidos como de interesse regional com relevância estratégica, acrónimo PIR.

Gostaria de dizer mesmo que este centro, até ao momento, já captou e instalou na Praia da Vitória oito empresas e que além destas existem manifestações de interesse para muitas mais, para novas negociações. Mas o Tech Island tem outra expressão, tendo já dado quatro cursos e formando 64 programadores, o seu objetivo é chegar a 400 trabalhadores altamente qualificados até ao final deste ano.

E mais! A taxa de empregabilidade destes novos trabalhadores qualificados é um enorme sucesso que corresponde também a uma grande vantagem competitiva do Governo dos Açores quando investiu e quando teve esta boa ideia que, como se sabe, é sempre melhor, como alguém já disse, do que uma grande moeda.

Gostaria, por fim, de dizer que bem sabemos que alguma oposição ao longo dos anos, por viver em recorrente depressão política, só vê cenários negativos. Reivindica sem soluções, desmerece (ou duvida) dos projetos tecnológicos, como aconteceu com a ESA em Santa Maria, com a rede atlântica de estações geodinâmicas e espaciais, o AIR Centre, o Tech Island, para depois passarem para um triste estado que até parece de padecimento e esmorecimento perante os sucessos que outros reconhecem aos Açores.

Deputada Sónia Nicolau e Deputado António Parreira (PS): Muito bem!

O Orador: É esta postura errática que não se justifica só pelas perspetivas dos sete líderes que já conheci, e provavelmente ainda vou conhecer mais.

Deputado António Almeida (PSD): Não apoiado!

O Orador: Por agora, ficam as seguintes questões ao Governo dos Açores:

O que está previsto em 2019 para o Terinov e Nonagon, e que balanço faz o Governo das atividades desenvolvidas na Nonagon?

Por vezes fala-se, segunda questão, em emprego qualificado do cluster espacial de Santa Maria. Que recursos humanos estão contratados e previstos para as infraestruturas sediadas em Santa Maria?

Terceira questão. Qual o estado da arte do projeto da associação de desenvolvimento do AIR Centre?

Quarta questão. Que avaliação faz o Governo da instalação do Tech Island na Ilha Terceira, e o que está projetado para o futuro deste polo tecnológico?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se Antero de Quental disse que foi por falta de ciência que nos atrasámos em relação à Europa, hoje podemos dizer que os Açores acompanham a revolução tecnológica através de projetos que qualificam a nossa autonomia, que conferem expressão real ao valor geoestratégico dos Açores, e sobretudo garantem novas oportunidades de empregabilidade e desenvolvimento neste Século XXI, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... e com a tenacidade impressa nas palavras de Emanuel Félix quando dizia: “Somos herdeiros da maresia que salga os olhos de olhar o mar e temos rios de lava fria que se recusam a desaguar”.

Em dia da Europa, também nós continuamos a persistir em novos caminhos que transmitem uma marca indelével de quem coloca os Açores sempre à frente da modernidade e do desenvolvimento, integrando, por exemplo, o novo programa do setor espacial para 2030.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Sra. Presidente da Assembleia Regional, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos últimos anos, o Governo dos Açores tem vindo a dirigir um conjunto de políticas orientadas para o desenvolvimento de vários projetos de base tecnológica na Região.

Só para este ano, o investimento na área de projetos e infraestruturas tecnológicas corresponde a cerca de 4 milhões e meio de euros, contabilizando-se aqui também os investimentos nos parques de Ciência e Tecnologia.

Aliás, os Parques de Ciência e Tecnologia de São Miguel e da Terceira, o Nonagon e o Terinov, resultam do compromisso dos Açores em fomentar a inovação e o empreendedorismo de base tecnológica enquanto força motriz na dinâmica económica dos Açores, tendo em vista a promoção da competitividade das empresas e o crescimento económico sustentável, gerando riqueza, coesão e emprego.

Este ano, vamos finalizar a instalação do Terinov, que acreditamos, terá um efeito transformador do ecossistema empreendedor e inovador da Ilha Terceira e da Região e será um importante contributo para o desenvolvimento económico e para a criação de emprego.

O apoio à criação e ao desenvolvimento de empresas de base tecnológica e às atividades de Investigação & Desenvolvimento (I&D) de instituições locais, na prossecução e fomento de políticas de ciência e tecnologia são alguns dos pressupostos do Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira.

Com um valor global de investimento de cerca de 10 milhões de euros, sendo as despesas elegíveis cofinanciadas em 85% pelo PO Açores 2020, o Terinov está vocacionado para algumas áreas da Estratégia de Especialização Inteligente (a RIS3) e pretende contribuir para a transferência de conhecimento para as empresas e para o surgimento de *start-ups*.

Esta infraestrutura tem como foco as agroindústrias, a indústria agroalimentar e a biotecnologia, mas também vai abranger áreas como as energias renováveis, o ambiente, as tecnologias de informação e as indústrias criativas, com o objetivo de serem criadas sinergias entre a vertente científica e a vertente industrial.

No final do ano passado, abrimos um concurso público para a atribuição de quatro espaços de desenvolvimento empresarial e outro concurso para atribuição de 14 espaços de incubação no Terinov. A um dos concursos concorreu uma empresa, estando agora o processo em fase de adjudicação, sendo que o outro concurso teve oito empresas candidatas, estando agora o processo em fase de análise.

Outra área onde é visível uma forte aposta por parte do Governo Regional diz respeito a projetos específicos de I&D ligados ao Espaço e às tecnologias espaciais que estão a decorrer e que podem contribuir para o desenvolvimento socioeconómico da nossa Região.

Um dos temas que tem estado na ordem do dia é o projeto do Space Port. Neste momento, como é público, está a decorrer o Procedimento de Diálogo Concorrencial para a Construção, Operação e Exploração de um Porto Espacial que visa permitir uma nova geração de serviços de lançamento de microssatélites na Ilha de Santa Maria. Um projeto que, julgo, todos

reconhecemos que, a concretizar-se, deverá marcar uma mudança significativa no futuro da Região, atendendo aos potenciais efeitos transformadores que ele poderá trazer ao nosso desenvolvimento. No entanto, reitero que este projeto apenas se vai concretizar se as propostas estiverem em consonância e acautelarem as questões ambientais e de segurança.

No âmbito deste projeto, apresentámos, o mês passado, nesta Casa, uma proposta de Decreto Legislativo Regional para regulamentar o Licenciamento das Atividades Espaciais, de Qualificação Prévia e de Registo e Transferência de Objetos Espaciais na Região Autónoma dos Açores, que foi aprovada, e que, por coincidência, foi hoje publicado em Diário da República.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Excelentes coincidências!

O Orador: Quisemos, assim, garantir que os interesses dos Açores e dos açorianos ficam salvaguardados no domínio das atividades espaciais, uma vez que será a Região a decidir sobre todos os projetos que tenham por base infraestruturas ou plataformas situadas no espaço terrestre ou marítimo do arquipélago.

Gostaria também de destacar aqui alguns projetos em curso neste domínio, nomeadamente:

- na Ilha Terceira, precisamente no Terinov, a instalação do centro de operação de dados do Programa Space Surveillance and Tracking (SST), na área da vigilância e do rastreio de objetos no Espaço, cujo protocolo foi assinado em fevereiro;
- na Ilha das Flores, a instalação da segunda estação da rede atlântica de estações geodinâmicas e espaciais (RAEGE), sendo que no passado mês de abril já foi assinada a escritura de aquisição do terreno onde esta infraestrutura

será instalada. Lembro que os dados produzidos pelas estações RAEGE têm utilidade em áreas como os estudos sísmicos, georreferenciação, navegação, vigilância e alerta de riscos naturais, indústria espacial e proteção civil.

- Em Santa Maria, a instalação da antena de 15 metros que permitirá não só a prestação de mais serviços à ESA e, assim, mais emprego para aquela ilha, mas também uma maior relevância e notoriedade de Santa Maria no contexto aeroespacial mundial. Contamos que a empreitada de Construção da Torre de Suporte e Módulo de Comando da antena fique concluída no próximo mês de junho.

Esta antena será integrada no programa PROBA-3, um projeto da ESA, de observação do sol, cujas operações arrancam no 3.º trimestre de 2020, e será também utilizada nas operações de *tracking*, telecomando e telemetria dos lançadores, lançados a partir da Guiana Francesa.

Esta infraestrutura integra-se na estratégia do Governo dos Açores para a captação de serviços inovadores na área aeroespacial, com o objetivo de atrair investimento externo que potencie os serviços já prestados por diversas entidades na área da indústria aeroespacial a partir de Santa Maria, estima-se que a operação desta antena represente ganhos em serviços na ordem dos 250 mil euros por ano.

É expectável que o funcionamento da infraestrutura associada a esta nova antena de 15 metros possibilite a criação de mais quatro postos de trabalho em 2020.

Deputado João Vasco Costa (PS): Boa! Muito bem!

O Orador: E recordo que, o ano passado, foi instalada uma estação de receção e emissão de dados, para a nova constelação de satélites meteorológicos polares, no âmbito da Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos (EUMETSAT), e que veio potenciar a localização dos Açores,

em geral, e da Ilha de Santa Maria, em particular, na esfera destes serviços espaciais.

Gostaria, pois, de salientar que o nascimento de projetos em Santa Maria que são já reconhecidos como diferenciadores, pela sua natureza, garantem emprego a 15 pessoas, sendo que, até ao final do ano deverão ser criados mais cinco postos de trabalho, em Santa Maria, através da ESA e da entrada de investigadores na estação da rede atlântica de estações geodinâmicas e espaciais, a RAEGE, como resultado de um contrato-programa a estabelecer com a Fundação para a Ciência e Tecnologia.

No que respeita à criação de postos de trabalho nesta área, contamos que, no total, no próximo ano, existam 34 postos de trabalho (diretos e indiretos) em Santa Maria, englobando a EDISOFT, a RAEGE e a Agência Espacial Portuguesa, que tem sede naquela ilha.

Em Santa Maria, os projetos associados ao Espaço compreendem um universo de mais 40 empresas regionais que são fornecedoras diretas de serviços aos *players* dos projetos instalados sendo que, desde 2009, o impacto direto estimado na economia regional destes serviços é superior a três milhões de euros.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos estes projetos que aqui referi assumem-se como um importante contributo para o Atlantic International Research Centre – o AIR Centre, no que respeita a estudos de observação da Terra e ao desenvolvimento de novos negócios ligados ao setor aeroespacial.

O AIR Centre – uma iniciativa do Governo da República, que conta, desde o início, com o envolvimento do Governo dos Açores – assume-se como uma instituição intergovernamental de promoção da investigação com base em várias infraestruturas já existentes, algumas nos Açores, e que contaram com investimentos do Governo Regional.

Já são mais de uma dezena os países envolvidos neste projeto que pretende fortalecer o alargamento das redes internacionais em que já se inserem as equipas de investigadores dos Açores, envolvendo empresas, centros de investigação, universidades nacionais, europeias e americanas, incluindo as que têm programas específicos com Portugal, como é o caso do MIT e da Universidade do Texas.

Como sabem, no início do ano, realizou-se, na Ilha Terceira, a primeira assembleia geral da Associação AIR Centre, da qual o Governo dos Açores é sócio fundador, e na qual José Joaquín Brito, um dos responsáveis da Plataforma Oceânica das Canárias, foi empossado Diretor Executivo do AIR Centre.

Na altura, foi acordado um contrato-programa entre o Governo dos Açores, que vai assegurar a contratação de dois investigadores, e a Fundação para a Ciência e Tecnologia, que vai assegurar a contratação dos restantes seis, para trabalharem no AIR Centre.

Ainda no final do mês de abril, realizou-se, na Nigéria, a quinta reunião ‘Atlantic Interactions: High Level Industry-Science-Government Dialogue’, com o objetivo de expandir a rede de investigação internacional no âmbito do AIR Centre, consolidar parcerias e atribuir às equipas científicas envolvidas projetos para a preservação dos ecossistemas marinhos e costeiros do oceano Atlântico, estando previsto que até ao final do ano existam projetos a decorrer no âmbito da agenda do ‘Atlantic Interactions’, quer na área do oceano limpo e saudável, quer nas interações entre oceano e espaço.

Estamos, também, em condições de anunciar que estimamos que durante o próximo mês de junho seja instalado na Ilha Terceira, na Praia da Vitória, o Azeo@Lab (ESA@LAB) – Centro para o Desenvolvimento de Competências em Observação da Terra, na nova sede do AIR Centre, que está a ser ultimada na Rua de Jesus.

Prevê-se a contratação de seis recursos humanos altamente qualificados, aos quais se juntarão mais dois, orientados para dar suporte à criação do nó da Marine Biodiversity Network. Este nó do MBON (que pertence à rede IOOS – Integrated Ocean Observing System) possibilitará que as equipas de investigação sediadas nos Açores, em particular na Universidade, possam beneficiar e integrar esta dinâmica.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores tem implementado medidas orientadas para a capacitação regional em áreas específicas de investigação, desenvolvimento e inovação de base científica e tecnológica. Neste âmbito, uma das grandes apostas tem sido no desenvolvimento tecnológico em contexto de projetos de investigação, em particular através da transferência de tecnologia e de conhecimento para as empresas. Neste sentido, gostaria também de destacar a linha de Investigação & Desenvolvimento em contexto empresarial, que teve na primeira edição uma taxa de alocação superior a dois milhões de euros, através da aprovação de 10 projetos. E aproveito também para anunciar que, na próxima semana, será lançado um novo concurso para o financiamento de projetos de I&D em contexto empresarial com uma dotação também de dois milhões de euros.

Estes são apenas alguns projetos e iniciativas levados a cabo por este Governo que comprovam a importância que este Governo atribui à Tecnologia e à Ciência como um pilar de desenvolvimento para a nossa Região.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Vamos então abrir o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O investimento em ciência, tecnologia e inovação é visto em todo o mundo como o grande meio para impulsionar o crescimento económico, para gerar emprego e para garantir o desenvolvimento das sociedades. O apoio constante à ciência e tecnologia assume uma importância estratégica para o desenvolvimento do nosso país e da nossa Região, contribuindo para o estímulo de uma cultura científica, para o desenvolvimento da capacidade tecnológica e para a inovação social.

A Comissão Europeia desenvolveu, em 2010, no contexto da estratégia Europa 2020, a iniciativa “União da Inovação” que se centrava na promoção da inovação como ferramenta para fazer face aos desafios futuros da Europa no âmbito da qual foi lançado o conceito RIS3, ou seja, estratégias de investigação e inovação para especialização inteligente.

A RIS3 (Research and Innovation Strategies for Smart Specialization) consiste em direcionar o investimento em investigação e inovação para um conjunto de ativos e áreas estratégicas e diferenciadoras com potencial para alavancar as vantagens competitivas e o desenvolvimento económico.

Nesse seguimento, o Governo Regional dos Açores desenvolveu uma estratégia de investigação e inovação para especialização inteligente a implementar na Região para o período de 2014/2020, considerando como áreas prioritárias a agricultura, pecuária e agroindústria, as pescas e mar e o turismo tendo em conta o seu potencial de diferenciação face ao exterior, tendo sido consideradas ainda outras áreas como a biotecnologia, a vulcanologia e riscos geológicos, as energias ou a monitorização espacial.

Supostamente, esta estratégia RIS3 Açores seria materializada através do apoio às atividades de investigação e de inovação com base em investimentos

estruturais europeus como parte da contribuição da política de coesão para os objetivos da estratégia Europa 2020.

Sras. e Srs. Deputados, o principal problema desta estratégia é que a cerca de seis meses do final do prazo da sua vigência, os resultados não são significativos.

Ora vejamos:

Em relação à agricultura, pecuária e agroindústria, não se têm vislumbrado grandes avanços tecnológicos, sendo que continuamos a produzir e a transformar, de grosso modo, os mesmos produtos desde há muitos anos sem que se consiga ligar a investigação à indústria de modo a diversificar os nossos produtos e a acrescentar-lhes valor. Por exemplo, ainda recentemente, o Sr. Presidente da Associação Agrícola da Ilha Terceira disse que os lacticínios da Ilha Terceira precisam de inovação e que há 30 anos que produzimos os mesmos produtos: ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... o leite UHT, o leite em pó, a manteiga e o queijo. É, de facto, muito pouco.

Também no segundo eixo prioritário do RIS3 Açores (as pescas e o mar) não se tem conseguido promover a competitividade com base na inovação e no conhecimento. Desde logo, não se conhecem grandes desenvolvimentos tecnológicos para a criação de valor para o setor das pescas ou na transformação do pescado.

Para além de todos os problemas associados à gestão de stocks, que continuam por resolver, não se conhecem, por exemplo, inovações em métodos de pesca tendentes à captura de espécies de grande profundidade.

Por outro lado, é escassa a investigação e não há qualquer inovação ao nível das características das embarcações de pesca que permitam, por exemplo, aumentar

os tempos de permanência no mar, melhorar as condições de conservação do pescado e apostar em espécies de maior profundidade.

Apesar de alguns projetos que começam agora a aparecer, também a aquicultura continua numa fase muito insipiente, e em relação a outras potencialidades do nosso mar em áreas como a biotecnologia e a exploração das riquezas dos nossos fundos marinhos, nem sequer abandonamos a estaca zero.

E, finalmente, em relação ao terceiro pilar do RIS3 Açores, e apesar de o turismo ter registado melhorias evidentes dos Açores nos últimos anos, isso dever-se-á, sem querer desvalorizar outros contributos, a essencialmente um novo contexto de liberalização do espaço aéreo e de entrada em funcionamento das transportadoras aéreas de *low cost* e não a quaisquer outros fatores relacionados com a investigação, inovação e desenvolvimento tecnológico.

Como tal, na prática, para além de no entender do CDS essa estratégia ter deixado de fora áreas que deveriam ser consideradas prioritárias e estratégicas para a Região, como a investigação e o desenvolvimento na saúde, a verdade é que a materialização dos resultados da estratégia RIS3 Açores até ao momento falhou redondamente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O programa do XII Governo Regional dos Açores asseverava que as políticas de ciência e tecnologia orientadas para a inovação devem prosseguir objetivos de melhoria da qualidade de vida, aumento do nível educacional e cultural, promoção do meio ambiente e dos recursos naturais, criação de mais oportunidades de emprego, qualificação dos recursos humanos, aumento da competitividade económica e redução dos desequilíbrios regionais. Podia ler-se ainda no documento que o grande desafio a que devemos continuamente responder é de identificar formas de utilizar o conhecimento para construir nos Açores uma economia sustentável. Devemos, através de uma atitude colaborativa, participativa entre o Governo, universidades e empresas, encontrar

novas possibilidades de entendimentos e de construção de uma visão de futuro que projete os Açores para um novo patamar de desenvolvimento.

Ora, o Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores não poderia estar mais de acordo com esta visão. O problema é que entre o que o Governo Regional e o Partido Socialista dizem ou escrevem, o que se verifica na realidade tem enormes diferenças. Por exemplo, nós reconhecemos como positiva a construção de Parques de Ciência e Tecnologia em São Miguel e na Terceira e que estes poderão constituir-se como recursos estratégicos de transferência de conhecimento entre os organismo de ciência e de investigação e o tecido empresarial, gerando emprego qualificado e dinamizando a economia regional. No entanto, essa realidade, no nosso entender, ainda não se materializou, pelo menos de uma forma significativa.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, continuando a análise ao programa do atual Governo Regional em matéria de ciência e tecnologia, numa altura em que estamos a um ano e meio do final desta legislatura, é evidente que a maioria das medidas inseridas nos objetivos aí propostos estão ainda por cumprir.

Vejamos alguns exemplos de medidas concretas:

- Criar entidade regional para a inovação com a missão de desenvolver políticas de ciência e tecnologia dirigidas à aplicação do conhecimento e de implementar uma estratégia no domínio da inovação empresarial e do empreendedorismo de base tecnológica. Não cumprido;
- Criar um fundo de capitalização pública e privada para apoiar e promover projetos na sua fase inicial, articulado com mecanismos de *spin-off* e de captação de projetos de origem internacional. Não cumprido;
- Atualizar e rever a agenda digital e tecnológica dos Açores, adequando as suas métricas, objetivos e medidas às novas orientações europeias e às necessidades dos parceiros. Esta medida, recorde, foi anunciada em 2013 com grande pompa e circunstância como ferramenta estratégica para alavancar o crescimento das

atividades económicas para os mercados digitais, permitindo que fossem aplicados de forma direta e indireta cerca de 40 milhões de euros na área tecnológica nos Açores até 2020. Não cumprido, não chegou a ver a luz do dia.

- Implementar programas mobilizadores de investigação e inovação em setores tecnológicos que usufruam dos recursos endógenos e em áreas temáticas prioritárias e emergentes, como é o caso da descarbonização, da mobilidade, o estudo dos oceanos e da terra. Não cumprido.

- Como último exemplo, destacaria apenas as medidas direcionadas para apoio aos nossos investigadores, como por exemplo: reforçar a contratação de doutorados por empresas como forma de adquirir recursos qualificados e de suporte ao desenvolvimento de processos que promovam a inovação empresarial, ou ainda promover a criação de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento nas áreas dos domínios de inovação estratégica, promovendo a captação de recursos humanos ...

Deputado Carlos Silva (PS): O Governo já anunciou isso!

O Orador: ... e o intercâmbio com os melhores centros de conhecimento do mundo nas referidas áreas. Para além de insuficientes, logo à partida, estas medidas não foram significativamente implementadas. Não cumprido.

Sras. e Srs. Deputados, infelizmente continua a não existir uma carreira científica na Região e os nossos investigadores continuam a viver em regime de grande precariedade, numa tremenda incerteza, constantemente preocupados e atormentados pela dúvida de haver (ou não) um próximo projeto de financiamento para a sua investigação e para poderem trabalhar e fazer a sua vida.

Obviamente que não é possível fazer investigação neste quadro de insegurança e neste quadro de instabilidade, e sem cumprir com estas premissas básicas, dificilmente se reúnem condições para o desenvolvimento e uma verdadeira cultura científica.

Por outro lado, não basta dizer que a universidade dos Açores é um parceiro estratégico. É preciso que a universidade dos Açores seja verdadeiramente um parceiro estratégico, privilegiado, apoiado e acarinhado.

Deputado Carlos Silva (PS): É preciso que a Universidade também queira aplicar!

O Orador: É esse o primeiro passo para que a Região atinja um desígnio de uma transferência de conhecimento eficiente entre a ciência e investigação e o nosso tecido empresarial e as nossas indústrias, potenciando a inovação e o desenvolvimento tecnológico, gerando emprego qualificado e dinamizando a economia regional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não duvidamos que o Governo Regional e o Partido Socialista tivessem uma estratégia integrada de desenvolvimento tecnológico na economia açoriana. O que nós consideramos é que a sua implementação não foi bem-sucedida. Na verdade, para além de um aparente sucesso do projeto Terceira Tech Island, da construção de dois parques tecnológicos cujo retorno ainda está por confirmar, de um AIR Centre que não trouxe ainda qualquer retorno palpável à Região e do imenso potencial de uma instalação de um porto espacial em Santa Maria, restam de facto poucos indícios de desenvolvimento tecnológico na Região Autónoma dos Açores e do sucesso da estratégia integrada socialista nesse setor, nomeadamente no que diz respeito a retorno financeiro e ao desenvolvimento da Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista traz a esta Assembleia um debate de urgência sobre a epígrafe: “A estratégia integrada de desenvolvimento tecnológico na economia açoriana”.

É um assunto deveras importante ao qual o Bloco de Esquerda dá toda a atenção e sobre o qual temos suscitado debates e apresentado propostas. Temos para nós, até por debates anteriores onde a bancada do Partido Socialista assumiu, já hoje também, que o conceito de tecnologia englobava o conceito de ciência e investigação, que este debate é também ele sobre ciência e investigação.

Desde sempre, o Bloco de Esquerda bateu-se pela necessidade imperiosa e urgente de alterar o perfil da nossa economia, invertendo a histórica economia assente em setores de pouca criação de valor, para uma economia desenvolvida e capaz de gerar outros recursos para as empresas, para empregar trabalho qualificado e pagar salários condignos de forma sustentada.

Este desafio que defendemos hoje e no passado para os Açores está assente em duas premissas endógenas dos Açores: a sua posição geográfica e o seu imenso mar.

O mar que, pela sua singularidade, potencial de investigação e potencial económico, abria, e abre, perspetivas esperançosas para o futuro. Tendo em conta a dimensão da nossa economia, sempre defendemos uma especialização naquilo a que podemos chamar de forma muito lata “as ciências do mar”. Esta especialização nunca foi nem é sinónimo da negação de outras áreas do conhecimento ou de tecnologia, mas sim a afirmação da necessidade de um investimento superior nesta área. Esta transformação no sentido de uma nova economia, como sempre dissemos, só é possível com um forte impulso público. Neste sentido, consideramos que têm sido dado passos pelo Governo Regional. Passos desde logo na modernização das empresas com a introdução ao reforço

das nova tecnologias ou, por exemplo, com o projeto Terceira Tech Island que parece ser um projeto interessante de se desenvolver e consolidar.

Consideramos ainda que o projeto do porto espacial na Ilha de Santa Maria, asseguradas as necessárias condições ambientais e de segurança, é uma oportunidade para a Ilha de Santa Maria e para a Região. Mas infelizmente a nossa posição geográfica não é melhor aproveitada por razões de alinhamento ideológico e por interesses estranhos aos Açores.

Sendo positivos os passos dados, não podemos deixar de constatar que todos estes projetos tiram partido de dois fatores fundamentais: incentivos financeiros e de infraestruturas e a localização geográfica dos Açores. Este facto, por si mesmo, não é necessariamente negativo, mas o que queremos assinalar é que estas empresas a todo o momento podem sair da Região, o que coloca, desde já, novos desafios com vista a assegurar a sua manutenção.

O projeto do porto espacial levanta também algumas interrogações e que aproveitamos este debate agendado pela PS para as colocar.

O porto espacial é apresentado como sendo capaz de criar sinergias que levarão ao desenvolvimento de novos projetos para os Açores. Este caminho seria (e será) positivo, mas há factos que nos geram algumas perplexidades, desde logo a sede da agência espacial europeia. É em Santa Maria, mas a sua presidente diz que não pensa em instalar-se nos Açores, mas em Lisboa, o que é verdadeiramente estranho se se pretende potenciar os Açores como centro deste projeto. Ou será que as promessas anunciadas serão apenas para esconder que os Açores só servirão como plataforma de lançamento e nada mais? Podendo isso ser positivo, é pouco.

O Ministro da Ciência e Tecnologia veio aos Açores afirmar que na Ilha Terceira será constituído um laboratório da ESA, mas logo de seguida a presidente da Agência Espacial Portuguesa clarifica dizendo que o que vai ser instalado na Ilha Terceira, no mesmo edifício do AIR Centre, é de facto uma

agência que terá a função de interligar investigadores e empresas com projetos nesta área. E repito, a pessoa que vai dirigir este processo trabalha em Lisboa. Este é outro fator que nos deixa apreensivos. Talvez o Governo Regional, ou o Partido Socialista nos possa esclarecer.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como devem calcular, é o mar que mais nos preocupa. Em nosso entender, será a partir dele que podemos e devemos criar mais-valias para a investigação científica e tecnológica. É a partir do mar que deve ser constituído um polo de desenvolvimento económico descentralizado internacional mas, como se costuma dizer, de raiz açoriana.

Sempre defendemos a constituição de um centro de investigação público de projeção internacional no quadro dos projetos de interesse comum. Depois de muitas promessas e diversas versões por parte do Governo da República do que poderia ser afinal este projeto, temos pela frente o seguinte cenário: uma comissão instaladora, criada por iniciativa da Ministra do Mar que já ultrapassou todos os prazos para produzir trabalho, mas que até agora não há notícias sobre o que fez ou não fez. A alguns meses atrás, e por insistência do Bloco de Esquerda, o Sr. Secretário do Mar, Ciência e Tecnologia afirmou que já sabia qual era a forma jurídica de qualquer coisa a ser implementada na Ilha do Faial. Dizia então à data o Sr. Secretário de que esta teria o figurino de uma associação privada sem fins lucrativos e que à data mais não sabia, o que é estranho quando o Governo Regional tem neste grupo, nesta comissão instaladora, um representante.

A questão que coloca é se já sabe o Governo mais qualquer coisa ou a informação está reservada para anúncio eleitoral?

Mas mesmo para anúncio eleitoral, o que foi dito, e tendo em conta a recente lei da ciência, parece que o que o Governo Regional mais almeja é ter mais uma

interface para facilitar os negócios de grandes interesses que se servirão do nosso mar para a investigação e produção de conhecimento.

No quadro da atual lei da ciência, está longe então, um horizonte de um laboratório de estado com estrutura definida, investigadores com carreira, políticas de desenvolvimento e tecnológico definidas e planos de ação concretos.

Está longe um centro do saber capaz de potenciar também a nossa universidade que todos os anos perde poder de atração efetivo, perde alunos e empresas em trabalho de parceria.

Em vez disso, avizinha-se mais uma plataforma de interesses, regressando a uma lógica colonial, desta feita científica, lógica esta que levará à espoliação dos Açores.

Assim, as potencialidades tantas vezes faladas por tantas e diferentes pessoas ligadas à ciência são preteridas.

Falo ainda do projeto Blue Azores, projeto criado em cooperação com a Fundação Oceano Azul e com a Fundação Waitt. Não temos nenhuma posição de princípio contrária ao projeto, muito menos contra a criação de áreas protegidas, muito pelo contrário, mas exigimos saber quais são os reais interesses do Pingo Doce e do milionário norte-americano Ted Waitt no mar dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É isso mesmo!

O Orador: Queremos conhecer o protocolo assinado entre o Governo Regional e a Fundação Oceano Azul.

Serão as áreas protegidas previstas no projeto as únicas que serão protegidas de atividades como a mineração?

Vão ser construídos muros entre zonas protegidas e o restante oceano, que as protejam dos impactos da mineração?

Quais são as áreas protegidas e quais os critérios para a sua criação? Será o Pingo Doce que os vai definir?

Qual é o papel da Fundação Oceano Azul na elaboração dos planos de ordenamento e gestão do espaço marinho dos Açores?

Deputado João Paulo Ávila (PS): O Robles é que vai decidir o preço dos apartamentos!

O Orador: E finalmente, o papel central do mar no nosso futuro exige respostas a estas questões.

Disse.

Deputado João Paulo Ávila (PS): E o Bloco de Esquerda não tem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na ciência, na tecnologia e especialmente nas atividades espaciais apetece-me citar o primeiro astronauta na lua, Neil Armstrong, que disse que era “um pequeno passo para o homem e um salto gigantesco para a humanidade”.

Pois bem, também nestas áreas se evolui muito com pequenos passos que se acabam por revelar grandes saltos quer na ciência, quer no conhecimento, e se calhar desiludindo a bancada do Partido Socialista ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito! Desilude é os Açores!

O Orador: ... começando pela intervenção do Deputado José Contente, da mesma maneira como muito naturalmente criticamos os incumprimentos dos programas eleitorais e das promessas do Partido Socialista, estamos perante o cumprimento, ou o início do cumprimento, de parte do programa do Partido Socialista para a aérea científica e tecnológica que visava o lançamento e que levava à sementeira deste conjunto de projetos que têm vindo a ser anunciados e que se espera, porque são bons para a Região, que essas sementes germinem, que tenham bons anos, bom clima e que não apanhem maus anos e que não venham a lograr as expetativas que por elas são criadas.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem! Viva o PS!

O Orador: Portanto, saúdam-se estas iniciativas, espera-se que elas tenham retorno positivo para a Região e sobretudo que o Governo consiga concretizar aquilo que até agora não tem conseguido que é transformar a recolha de dados e o conhecimento científico no crescimento da economia, na industrialização da Região e na criação de empregos com mais do que um dígito, ou com mais do que dois dígitos, porque relembro (e aqui relembro) que nomeadamente nas questões do AIR Centre o Presidente do Governo Regional prometeu que seria um forte contributo para a mitigação do *downsizing* americano da Base das Lajes e já tivemos mais de três mil americanos na Terceira. Portanto, qualquer um destes projetos está muito longe de compensar o impacto na economia de uma tão grande dimensão, de uma presença e de uma empregabilidade como aquilo que existiu noutros tempos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, sem dúvida saudamos e desejamos as melhores concretizações a estes projetos científicos que aqui foram lançados.

Deputado Francisco Coelho (PS): Já o ouvi falar de outra maneira! Está a melhorar!

O Orador: No entanto, este é o lado brilhante da ciência e da tecnologia e sem fugir aos temas e às questões do debate, porque como sabem este é um debate, não será um conjunto de proclamações de tribuna, eu tenho algumas questões prévias que gostaria de colocar ao Governo Regional e depois também poderemos ir às questões que o Partido Socialista aqui trouxe.

E o conjunto de questões prévias tem a ver não com o lado brilhante da tecnologia, mas se calhar com o lado mais obscuro, ou se calhar, para usar terminologia espacial, *the dark side*.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não esperava outra coisa dessa bancada!

O Orador: Uma coisa que preocupa o PSD no âmbito tecnológico é a segurança das pessoas e dos cidadãos, nomeadamente no tratamento dos seus dados pessoais e nós já tivemos na Região três vezes, já é a terceira vez, que os dados dos açorianos ...

Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, ele já está a falar de dados! Pelo amor de Deus! Isto é uma coisa à Rendeiro!

O Orador: ... são expostos e estão a faltar mecanismos tecnológicos, também se esperaria ...

(Apartes dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Oh, Sra. Presidente, eu não tenho condições de continuar a minha intervenção.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos criar as condições para o Sr. Deputado Luís Rendeiro continuar a sua intervenção.

O Orador: Agradeço à Sra. Presidente a atenção e agradecia aos Srs. Deputados do Partido Socialista que me permitissem continuar, porque também é de tecnologia e de novas tecnologias que se trata.

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso é um caso de polícia, Sr. Deputado!

O Orador: Nós já tivemos por falha tecnológica certamente, ou por incompetência, ou por outra questão qualquer, a divulgação dos dados pessoais dos açorianos, e em alguns casos crianças, que estavam de modo público acessíveis a qualquer um que os quisesse consultar em termos de internet.

Falo, em primeiro lugar, de dados do Serviço Regional de Saúde; ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso é um caso de polícia!

O Orador: ... em segundo lugar, de dados de alunos que concorreram a uma prova de matemática na Escola Básica Integrada de Angra; e agora no que diz respeito aos dados da Atlânticoline que foram expostos em termos do digital.

Seria bom que o Governo Regional também nos viesse dizer que medidas é que tem ...

Deputado Francisco César (PS): Oh Sra. Presidente! Desenvolvimento tecnológico. Tem alguma coisa a ver?

O Orador: ... e que ações é que tem de modo a garantir a segurança também tecnológica das suas bases de dados que permita que os nossos dados e que os dados dos nossos filhos não estejam ao dispor de quem os quiser utilizar sabe-se lá para quê.

Portanto, Sr. Secretário Regional com a pasta da tecnologia, esta é a questão, é fora da box sem dúvida, mas é a questão que nos traz a este debate, sendo que é de segurança que se trata ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Inovação tecnológica! Isto não tem nada a ver, Sra. Presidente!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... e gostaríamos que o Governo Regional nos desse as respostas responsáveis de modo a que não haja uma quarta vez.

Muito obrigado.

Deputado João Paulo Ávila (PS): E sobre inovação e tecnologia? É só isso que o senhor tem para dizer?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A criação de conhecimento e compreensão através da ciência equipa-nos para encontrar soluções para os desafios económicos, sociais e ambientais graves que enfrentamos atualmente e permite alcançar um desenvolvimento

sustentável e as chamadas "sociedades verdes". Tal parece-nos que deveria ser uma aspiração para uma Região em busca do desenvolvimento social que pretende "oferecer" turismo sustentável.

Os sistemas de conhecimento desenvolvidos com a interação longa e estreita com a Natureza, completam os sistemas de conhecimento com base na ciência moderna. A ligação da ciência com a sociedade, a compreensão pública da ciência e da participação dos cidadãos na ciência são essenciais para a criação de uma sociedade onde as pessoas têm o conhecimento necessário para fazer escolhas profissionais, pessoais e políticas, e participarem no mundo estimulante da descoberta.

A ciência e a tecnologia devem capacitar as sociedades e os cidadãos, mas também envolvem escolhas éticas. O conhecimento científico da história da Terra e de recursos minerais, o conhecimento dos ecossistemas e da biodiversidade e a interação dos seres humanos com os ecossistemas são importantes para nos ajudar a entender como agir no nosso planeta visando um futuro pacífico e sustentável para todos, incluindo as gerações vindouras.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As causas dos flagelos sociais não estão na aplicação das tecnologias ou do desenvolvimento tecnológico. O problema do desenvolvimento tecnológico é saber a quem serve e ao serviço de quem está. Se o desenvolvimento tecnológico é apropriado por uma minoria cada vez mais restrita, mais rica e mais poderosa – ou se é apropriado ao serviço do ser humano e do desenvolvimento geral. Se as tecnologias servem para libertar a humanidade, em harmonia com a natureza, ou para uma minoria exercer o seu domínio, controlo e subjugação. Se as tecnologias estão ao serviço de alguns e não dos trabalhadores e do povo.

A inovação, a ciência, as tecnologias são a oportunidade para criar riqueza e distribuí-la. Elas são uma componente essencial no programa de

desenvolvimento da Região que preconizamos para combater as suas fragilidades, a sua dependência, as debilidades dos setores produtivos e da economia, o desemprego, as nossas insuficientes respostas sociais.

A Região bem precisa de avançar no desenvolvimento das suas forças produtivas. Esse é um dos grandes desafios, uma componente essencial no programa de desenvolvimento dos Açores que preconizamos para combater as suas fragilidades, a sua dependência, as debilidades dos seus setores produtivos e da economia. Mas um desafio que não se confina apenas ao progresso tecnológico e ao desenvolvimento do sistema científico, mas que exige ser acompanhado por um progresso social e nos outros domínios da nossa vida coletiva.

Um desenvolvimento tecnológico não pode ser forte nos mecanismos de exploração do trabalho e fraco no plano dos direitos – ou seja, pretexto para novas extorsões de quem trabalha, incluindo desde logo aqueles que produzem ciência, os muitos bolseiros precarizados e que precisamos de integrar no sistema científico e tecnológico.

E o que vamos vendo e ouvindo sobre a necessidade de ajustar e flexibilizar as políticas laborais e sociais e até a própria política para o desenvolvimento tecnológico, colocando um problema central que é o da apropriação dos ganhos desse desenvolvimento tecnológico que preconizamos e aspiramos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Colocamos a questão de saber a quem serve e ao serviço de quem está, esse desenvolvimento tecnológico. Se serve uma minoria ou se está ao serviço da maioria que trabalha e do desenvolvimento geral.

O desenvolvimento tecnológico que precisamos é aquele que tem o pleno emprego como objetivo fundamental como uma linha de intervenção planeada, onde está presente uma programação adequada e uma política de educação e formação profissional numa perspetiva de formação permanente.

O desenvolvimento tecnológico não pode ser pretexto, para em nome de uma desejada “modernização” das relações de trabalho, impor novas e disfarçadas formas de trabalho precário, mas possibilidade para assegurar o direito à estabilidade e segurança no emprego e erradicar o flagelo do trabalho com vínculos precários, garantindo com uma legislação laboral adequada a garantia do princípio de que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um contrato de trabalho efetivo.

Dar resposta aos problemas que a iminente aceleração do desenvolvimento tecnológico coloca, exige equacionar estas e outras dimensões, porque a resposta não pode ser parcial se quisermos construir uma sociedade que se orienta para a inclusão de todos e onde cada um tenha o direito a viver com dignidade e não uma sociedade de excluídos do trabalho e da vida, brutalmente injusta e deslaçada e, com certeza, crescentemente antidemocrática.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento económico e social da Região não pode ser dissociado do reforço e modernização dos seus setores produtivos. A implementação do conhecimento tecnológico e científico tem de promover o crescimento da economia, criar empregos de qualidade e elevar as condições de vida e de trabalho. Sendo os avanços tecnológicos a prova da capacidade humana de criar conhecimento libertador, capaz de resolver necessidades básicas e dar resposta a carências e problemas fundamentais com que a Humanidade ainda se depara, é urgente acabar com a apropriação privada dos ganhos com o desenvolvimento tecnológico e colocá-lo ao serviço de todos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Rocha, tem agora a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou ter que dirigir uma palavra assim mais especificamente para alguma oposição, em especial para o PSD que apesar de apresentar uma refrescante postura, a fazer alguns elogios, não os concretizou.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Que não lhe faça mal, Sra. Deputada!

A Oradora: Nunca me faz mal, Sr. Deputado. Divergiu, talvez por incómodo, mas nós vamos tentar recentrar este debate, até porque se percebe que alguma oposição continua a não conhecer, e pior ainda, a não querer conhecer o projeto Terceira Tech Island.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Marco Costa (PSD): O debate não é sobre esse assunto!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não! É sobre o que o senhor quiser!

A Oradora: Por exemplo, quando o Bloco de Esquerda afirma que o Terceira Tech parece ser, mas que aguardamos, pois é a altura certa para efetivamente esclarecer esta Câmara. E vamos esclarecer esta Câmara em boa hora e com verdadeiro sentido de oportunidade e visão criou-se o Terceira Tech pela necessidade de formar e integrar no mercado por volta de 40 mil programadores.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

Deputado Marco Costa (PSD): Sra. Presidente, mas o debate é sobre o Terceira Tech Island?

A Oradora: O Governo dos Açores definiu como objetivo essencial a criação de um *hub* ...

Sra. Presidente, quando o Deputado Marco Costa puder permitir.

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada possa fazer a sua intervenção.

A Oradora: ... definiu como essencial a criação de um *hub* tecnológico na Ilha Terceira, focado na valorização e recapacitação de recursos humanos na área de

programação. Assim, é criado o já prestigiado Tech Island. E já prestigiado porque já foram vários os artigos ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e várias revistas de especialidade que o reconheceram e que evidenciaram o potencial e o valor deste projeto.

Este projeto criado no âmbito do PREIT, que muito nos orgulha e que aqui reforça mais uma vez um instrumento concluído, é uma medida que para além do expeável desenvolvimento económico e social que pretende alcançar, pretende acima de tudo diminuir o efeito negativo da redução do efetivo das Bases das Lajes. Para o efeito, e para isso mesmo, em primeiro lugar foram criadas condições específicas para atrair as empresas de tecnologia de informação e comunicação.

Pois ora vejamos: tivemos a disponibilização de infraestruturas, tivemos o apoio e o acompanhamento e o recrutamento de recursos humanos qualificados para a concretização desta formação, demos a elaboração do mapeamento de *[impercetível]* com pré-disponibilidade para se instalarem na ilha, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: ... tivemos a disponibilização de instalações para escritórios, bem como de outras infraestruturas relacionadas com as atividades empresariais.

Estas conjugadas com as vantagens da Região únicas a nível fiscal, por exemplo, onde o diferencial é na ordem dos 20% em relação ao resto do país, em sede de IRS, de IRC e de IVA. Temos também para conjugar e potenciar um regime de benefícios fiscais contratuais para projetos reconhecidos como de interesse regional e com relevância estratégica, e ainda o tão importante sistema de incentivos para a competitividade empresarial.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Pois bem, todas essas medidas e apoios facultam e acumulam vantagens competitivas únicas e exclusivas para as empresas investirem na

Região com elevados níveis de segurança e previsibilidade, elementos essenciais para quem investe e traça um plano de negócio para o futuro.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: E aqui reporto-me há um tempo atrás em que eu me pronunciei sobre este projeto, o Terceira Tech, e eu dizia que há dois anos atrás que eu em relação a este projeto eu senti o verdadeiro entusiasmo, especialmente depois de ouvir os testemunhos dos primeiros formandos e afirmei-o aqui nesta Casa, e aqui reforço novamente: hoje sinto-me fascinada, e fascinada, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Ui!...

Deputada Sónia Nicolau (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... vejamos bem, com o sucesso concreto do mesmo, com o seu impacto e com o balanço do custo e benefício deste investimento e pela forma como tem mudado a vida ...

Deputado Bruno Belo (PSD): O Sr. Deputado José Contente também está fascinado consigo!

A Oradora: ... de todos aqueles que arriscaram estar neste projeto!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Vamos a ganhos, Sras. e Srs. Deputados, que eu parece-me que agora os risos vão ser menores. Até agora foram captadas e instaladas na Praia da Vitória oito empresas e parece-me que de futuro mais se juntarão; já se formaram 104 formandos com perspetiva de até ao final do próximo ano mais 400.

Todos eles tiveram, isto era dito pela boca de todos eles, acompanhamento desde o início até ao fim do processo, até à integração nas empresas e tudo o que lhes foi necessário, tudo o que precisaram.

O projeto também, por outro lado, abriu-se a toda a Região, não é exclusivamente para a Ilha Terceira, criou benefícios para a restante Região, para que outras ilhas possam beneficiar deste programa.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: É uma formação gratuita, é um benefício único no país, é uma oportunidade de vida para quem tem diferentes graus de escolaridade, mas acima de tudo cria postos de trabalho bem remunerados, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... estáveis e com excelentes perspetivas de progressão na carreira.

Deputada Graça Silva (PS): Muito bem!

A Oradora: E agora falemos de outros tantos dados que também eram aqui elencados mas numa perspetiva menos elogiosa, mas este são ganhos muito concretos e consequentes. Nós temos a conversão e adaptação de um conjunto muito significativo de habitações e da antiga escola deixadas pelos Estados Unidos da Base das Lajes para suporte futuro dos quadros e das empresas instaladas.

(Aparte inaudível)

Temos, sim senhor.

Temos a instalação de diversas empresas que se localizaram no centro histórico da Praia da Vitória ...

Deputado Francisco César (PS): Basta ver!

A Oradora: ... proporcionando obras de requalificação para imóveis adequados ao desenvolvimento das suas atividades. Nós temos um inequívoco reforço da dinâmica económica da cidade. Enfim, entre tantas outras.

E posta esta descrição dos factos e não da venda de uma ilusão, como alguém nos acusou há tempos atrás, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Está em nota de imprensa!

A Oradora: ... eu pergunto: quanto custa ou vale este projeto? Pergunto pelo custo-benefício.

Consegue o PSD quantificar a realização pessoal e profissional dos já 104 formandos, agora formadores profissionais integrados em empresas de abrangência nacional e internacional?

Consegue o PSD reconhecer o pioneirismo e todos os ganhos concretos para a Ilha Terceira e para todos aqueles que conquistaram uma profissão de sucesso?

Consegue o PSD reconhecer que era um erro crasso aguardar pela atuação dos americanos na recuperação das infraestruturas abandonadas?

Consegue o PSD reconhecer o papel fundamental entre o Governo Regional e o da República na assunção da nossa legitimidade e compromisso em arrecadar e recuperar as mesmas?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: Consegue o PSD retratar-se de afirmações como esta retirada de uma comunicação oficial que diz: “O PSD Terceira realça, ainda que na área das tecnologias de informação e dos seus clusters, é sabido que os investidores procuram zonas cosmopolitas, com elevado grau de interligação a outros destinos, o que não é o caso da Ilha Terceira.”? Consegue assim reconhecer que a Ilha Terceira tem todo o potencial como cluster tecnológico?

Deputada Graça Silva (PS): Mas o PSD nunca visitou o Terceira Tech Island!

A Oradora: Consegue o PSD retratar-se da postura fria e calculista, e muitas vezes vergonhosamente jocosa, ...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

A Oradora: ... que sempre teve em relação a este projeto e tudo a que ele se propunha conquistar para a Ilha Terceira?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Deputado António Almeida (PSD): Credo, Sra. Deputada!

A Oradora: E eu peço desculpa pelo sentimento, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Estamos fascinados com a Sra. Deputada!

A Oradora: ... mas é que estamos a falar de pessoas. Eu já fui por diversas vezes lá, aliás, pergunto ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: Eu acredito que muitas outras pessoas também devem estar reconhecidas deste fascínio.

E agora entremos num tom um pouco mais apaziguador que vai ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Um tom mais afetivo!

A Oradora: ... permitir com certeza que a oposição tenha um papel mais importante, mais relevante, mais construtivo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Um tom mais fofinho!

A Oradora: Muito bem. Pois, Sras. e Srs. Deputados, eu até acredito que sim, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Está tudo mais fascinado aí!

A Oradora: ... que o PSD se consegue retratar de tudo isto. E acredito que este debate, para além de permitir dar a conhecer a agenda política em matérias como as oportunidades ...

Deputado Bruno Belo (PSD): O Sr. Secretário Berto Messias também está fascinado! Até a Sra. Deputada Fátima Ferreira também está fascinada!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e potencial da tecnologia que está a ser instalada, permite também que aqueles que sem agenda nesta área e que sem propostas possam aqui e agora honrar o seu papel de oposição e contribuir para um debate, para uma afirmação e construção de uma Região de referência no universo da tecnologia e o seu papel na economia.

E termino dizendo: pois nós cá estamos para o efeito e aguardamos que, num saudável exercício de democracia e serviço aos açorianos, mais se juntem a nós.

Deputado Bruno Belo (PSD): Ninguém se esqueça de bater palmas!

A Oradora: Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação às questões da intervenção inicial suscitadas. Sr. Deputado José Contente, e naquilo que concerne precisamente à quarta questão que colocou e da matéria que foi agora abordada pela Sra. Deputada, eu gostaria de dizer três aspetos que eu considero essenciais sobre o projeto Terceira Tech Island.

O projeto Terceira Tech Island demonstrou que, em muitos setores de atividade, a nossa localização geográfica pode não ser um fator negativo.

Deputada Mónica Rocha (PS): Exatamente!

O Orador: Do centro da Praia da Vitória neste momento exporta-se serviços para três continentes. Do centro da Praia da Vitória trabalha-se para países como a Áustria, a França, a Bélgica, a Jordânia, os Estados Unidos e vários outros países.

O projeto Terceira Tech Island demonstrou também que nós podemos ser tão bons ou melhores e competitivos como qualquer outro cidadão no mundo, e podemos daqui atrair empresas internacionais que dos Açores trabalham para o mundo, e que temos jovens e menos jovens que se lhes for dada a devida formação no tempo certo, podem vencer este desafio e serem profissionais tão competitivos como aqueles que trabalham em toda a Europa, e essa acho que é a primeira lição do projeto Terceira Tech Island.

A segunda é que para se criar emprego qualificado, para se criar riqueza, para se exportar, para se aumentar significativamente o produto interno bruto da Região às vezes não precisa grandes investimentos ou grandes alocações de recursos financeiros. Este é um projeto que assenta quase na totalidade na valorização dos recursos humanos. Conseguimos identificar a nível internacional aqui qual era o setor de atividade mais carenciado e com maior potencial de crescimento. Conseguimos atrair e identificar a formação necessária para com a rapidez necessária de a necessidade do mercado e com a qualidade e com a exigência necessária lançar no mercado profissionais de enorme qualidade e com isso atrair empresas.

E essa atração de empresas também demonstrou que temos efetivamente um sistema fiscal extremamente competitivo, que temos recursos humanos muito qualificados se derem a devida formação, e aquilo que hoje se passa no centro da Praia da Vitória acho que é um orgulho para todos os açorianos. Lá, neste momento, trabalham, pela Rua de Jesus acima e nas suas ruas paralelas, açorianos das mais diversas ilhas para os quatro cantos do mundo.

Eu posso aqui hoje dizer que a dimensão e a projeção que o Terceira Tech Island está a ter em termos nacionais e internacionais é tão significativa que irão concluir 34 formandos em programação neste mês de maio e posso aqui já assegurar que a procura de emprego é claramente neste momento já superior pelas empresas já instaladas e pelas empresas que se vão instalar até ao fim deste mês, novas empresas no Terceira Tech Island, é claramente já superior às 34 que estão a ser disponibilizadas.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Isto quer dizer que todos aqueles que concluírem com sucesso esta formação e tiverem os padrões necessários e exigidos, têm esse emprego assegurado com qualidade.

E permitam-me que vos diga que este ritmo que nós vamos continuar a imprimir cada vez com maior intensidade, irá permitir a médio prazo que efetivamente os postos de trabalho, só os postos de trabalho diretos, o impacto na economia, na geração de riqueza da Ilha Terceira através do Terceira Tech Island seja claramente superior àquele que decorreu da redução dos postos de trabalho direto da Base das Lajes.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Esta é uma realidade indesmentível, este é um facto que penso que todos conseguimos com este projeto; um projeto que no princípio muito poucos acreditaram, mas felizmente os jovens açorianos acreditam neste projeto ...

Deputada Sónia Nicolau (PS) e Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... e permitem que podemos todos falar deste projeto, mas deixem ser os jovens e os menos jovens que mudaram a sua vida com o Terceira Tech Island.

O Terceira Tech Island está a mudar a vida a muitas centenas de açorianos para melhor. É um fator de enorme esperança, é um fator de enorme revitalização económica, não com palavras, não com anúncios, não com obras de cimento, mas com aposta na perceção daquilo que são as necessidades do mercado internacional em termos económicos; e em segundo lugar daquilo que são a aposta certa, da formação certa dos nossos recursos humanos que neste projeto demonstraram que são tão bons ou melhores que aqueles que estão em qualquer outra parte do mundo.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E permitam-me uma nota final clara de alguma mágoa numa matéria. Tenho muita pena que o projeto Terceira Tech Island seja neste

momento, em termos de comunicação social, muito mais reconhecido a nível nacional e internacional do que é na própria Região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 12 horas.

Eram 11 horas e 29 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que retomem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 07 minutos.

Vamos então continuar com o debate de urgência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pois, eu próprio e a bancada do PSD nunca pensámos que o facto de saudarmos medidas e programas do Governo, fazendo votos de sucesso das mesmas uma vez que estão nesta fase de semente, nesta fase inicial e algumas das quais estão a germinar, pudessem causar tamanho descontrole emocional à bancada do Partido Socialista. Nunca pensei!

Mas foi a isso que assistimos, portanto, posso repetir as minhas palavras iniciais, só não acho é que seja preciso. Portanto, julgo que talvez seja por falta de hábito, até admito, mas sim, nós fizemos essa intervenção serena.

No entanto, e sabendo que este é um debate que é extenso e que temos tempo para ir a todos os tópicos eu não vou deixar a primeira questão que coloquei ao Governo Regional e que o Governo Regional não respondeu.

Eu julguei que o Vice-Presidente quando se levantou para responder às bancadas parlamentares, e até admitindo que o Secretário Regional da Ciência e Tecnologia não fosse a pessoa que tivesse na posse de toda a informação nesta matéria específica da questão colocada pelo PSD, julguei que o Sr. Vice-Presidente do Governo nos pudesse responder, porque como disse e bem a Sra. Deputada Mónica Rocha, o mais importante nas políticas são as pessoas, o que é facto é que os dados pessoais digitalizados e que estão na posse daquele que é o Governo, talvez em termos do conhecimento da população e das suas atividades, politicamente mais mirone que a Região já teve, este Governo tem dados que mais ninguém tem e nós temos que garantir a segurança desses dados e temos que garantir que os mesmos (e vou repetir os mesmos que contêm informações relativas a crianças) não possam estar ao alcance e nas mãos de quem quer que seja, porque isto um pouco por todo o lado ... Há casos destes à escala global e todos sabemos os perigos que eles comportam.

Esperávamos que uma das primeiras respostas que o Governo Regional do Partido Socialista desse a esta câmara fosse desde logo um pedido de desculpas por não ter acautelado a segurança das pessoas e dos seus dados que só o Governo Regional possui. Mais ninguém.

Não acautelou e foi o Governo que deixou que estes dados pudessem estar na internet para quem quer que os fosse consultar.

Também exigimos, não podemos deixar de exigir, que o Governo não só explique o que é que aconteceu com a informação dos cidadãos, como nos

venha aqui também dizer que medidas é que põe em prática, ou que vai por em prática, ou que já colocou em prática que garantam que não vai haver, não uma segunda, não uma terceira, mas uma quarta vez em que dados dos cidadãos fiquem expostos para quem quer que seja, os possa utilizar para o que quer que seja.

Antes de continuarmos este debate eu esperaria uma resposta do Partido Socialista e sobretudo do Governo, estando aqui o Vice-Presidente do Governo que é quem tem mais informação de quem quer que seja nesta Região nos diga o que é que aconteceu.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Bárbara Chaves tem agora a palavra.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

A Oradora: Vou iniciar a minha intervenção, ou melhor, eu quando preparei este debate pensei fazer uma intervenção mais relacionada com a ilha de Santa Maria sobre aquilo que se está a desenvolver na ilha, em termos de tecnologias. Estas tecnologias são claras e visíveis a todos, só não vê quem não quer, aqueles cétricos do costume nunca veem, nunca querem ver ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não há oftalmologistas suficientes!

A Oradora: ... irei fazer alguma abordagem a essa questão, mas antes de começar gostaria de dizer ao Sr. Deputado Luís Rendeiro que não posso deixar passar esta oportunidade sem lhe dizer que na Comissão de Economia está um requerimento que será votado sobre a disponibilização dos dados que foram indevidamente disponibilizados na internet por parte da Atlânticoline e que teremos oportunidade de discutir em comissão e possivelmente ouviremos o Governo Regional sobre esta matéria, portanto...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: ...não julgamos que no âmbito de um debate em que queremos...

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas isso não é urgente para si! Se fosse urgente tinha ido para a Comissão!

A Oradora: ... podemos já agendar e faço já uma adenda, Sr. Deputado.

Sra. Presidente, não sei se posso continuar, como Deputada desta Casa?

Muito obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Está agendado um debate que vai ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados a Sra. Deputada Bárbara Chaves está no uso da palavra.

A Oradora: ... e que certamente o Governo Regional terá toda a oportunidade de explicar tudo aquilo que aconteceu e todas essas questões.

Portanto, nós não consideramos que no âmbito de um debate sobre tecnologias, sobre inovação, sobre desenvolvimento tecnológico seja o local adequado para se estar a discutir sobre o facto de o que levou à disponibilização de dados de uma empresa pública.

Também gostaria de dizer e de referir que ao nível das tecnologias, não tendo tempo para aprofundar essa questão como é óbvio, mas também dizer ao Sr. Deputado Alonso Miguel que existe um conjunto de tecnologias que ao longo dos anos tem sido aplicadas na agricultura e nas pescas, que não tendo tempo de referir e falarmos delas neste debate, mas que são importante também ter em conta, a pesca que temos hoje é muito diferente da pesca que tínhamos há dez anos atrás ou há vinte anos atrás ou em termos de agricultura também, em termos da saúde também, portanto (mas também o peixe não pode ser culpa do Governo dos Açores!) existem tecnologias que têm sido desenvolvidas e que também tem criado o desenvolvimento tecnológico para os nossos Açores.

Mas o debate que nós trazemos aqui a esta Casa fala do futuro. Fala do futuro mais do que fala do presente, fala do futuro da nossa Região, o futuro dos nossos jovens, das nossas ilhas, dos nossos jovens que já tiraram os seus cursos das áreas das tecnologias e de todos aqueles outros que estão a tirar os seus cursos também em áreas relacionadas com a investigação e que gostavam de ter a oportunidade de voltar aos Açores.

Tem a ver também com a criação de emprego, com a criação de postos de trabalho e com a projeção dos Açores no mundo. Desde há largos anos que os Açores, devido às suas condições edafoclimáticas e devido à sua localização geográfica, tem recebido um conjunto muito significativo de projetos e de investimentos a nível nacional e internacional que tem projetado os Açores no mundo e que tem, até hoje, mais valias económicas e sociais que todos podem ver. Estou-me a lembrar por exemplo do projeto NAV II ou mesmo da própria instalação dos nossos aeroportos internacionais que já deram e que continuam a dar mais valias aos Açores.

A partir do ano 2000 com a entrada de Portugal na Agência Espacial Europeia a localização geográfica dos Açores também não ficou esquecida, o Governo Regional da altura do Partido Socialista em parceria com o Governo da República também da altura do Partido Socialista iniciaram diligências para que fossem instaladas infraestruturas ligadas à Agência Espacial Europeia, primeiro através de equipamentos provisórios e amovíveis (um contentor de quarenta pés) e que hoje temos aquilo que conhecemos como o Teleporte de Santa Maria e que felizmente o PSD, hoje aqui, conseguiu reconhecer a sua existência – pela primeira vez – e que contribui e continuará a contribuir de forma muito significativa para a alavancagem da nossa economia.

Este teleporte, tal como já foi referido aqui algumas vezes, contempla um conjunto de infraestruturas e estações que desempenham as suas funções de grande relevo no setor espacial e que dão aos Açores e à ilha de Santa Maria em

concreto, o reconhecimento de um polo de desenvolvimento tecnológico bastante importante.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem lembrado!

A Oradora: No teleporte, não querendo alongar, mas existem estações relacionadas com o trekking dos lançamentos dos satélites da Guiana Francesa, a estação Galileu que irá permitir o lançamento de satélites para realização da constelação Galileu que permitirá na Europa usar-se o Galileu que será aquilo que vem substituir o GPS, uma estação EUMETSAT que dará apoio a operações de satélites de meteorologia europeus, estação também importante ao nível da busca e salvamento no mar e ao nível da proteção civil, também aqui desenvolvem-se serviços ao nível do rastreio de ramos de hidrocarbonetos, que vem um bocadinho ao encontro daquilo que o Sr. Deputado António Lima referiu ao nível da necessidade de proteger o nossos mar, aqui são desenvolvidos projetos que realizam essas atividades, também temos outras estações relacionadas com a rede geodinâmica dos Açores e que integram a rede Ibérica de redes de...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Termina já, Sra. Presidente.

... e que criam já postos de trabalho de um modo muito significativo.

Por último dizer que, a Agência Espacial Portuguesa se instalou recentemente na Região, é uma entidade que trará mais valias económicas e que será um polo de desenvolvimento e potenciará crescimento económico, emprego qualificado, capacitação de vários setores relacionados com área espacial e um desenvolvimento científico e social relacionado com o espaço.

Este tem sido o nosso caminho, um caminho que muitas vezes temos feito sozinhos, um caminho que queremos continuar a trilhar, alguns nunca querem ver aquilo que se faz, –são os cétricos do costume – ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: ...mas o que é certo é que nós continuaremos o nosso caminho com determinação, com humildade, com perseverança e como muita, muita, muita confiança.

Obrigada, Sra. Presidente!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O PS esgotou o seu tempo para este debate.

Tem então agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar eu começo pela intervenção do Sr. Deputado Luís Rendeiro dizendo que o Sr. Deputado o que tentou fazer aqui foi desviar o assunto que nos trouxe aqui e que foi trazer um assunto em que o próprio PSD, pelos vistos, já solicitou a presença da Sra. Secretária que tutela as Comunicações e da própria empresa, em sede da comissão parlamentar, e por isso tentou desviar. O que fica a restar daqui, e julgo que todos o ouvimos dizer, foi que o PSD elogiou e concorda com aquilo que são as políticas de ciência e tecnologia implementadas por este Governo e felicito o PSD por isso, por nos acompanhar nesta estratégia que estamos a desenvolver.

Em relação a algumas perguntas que foram colocadas, eu vou tentar ser muito breve, começando pelas perguntas do Sr. Deputado José Contente e em relação ao Nonagon, porque eu não posso responder a tudo, posso-lhe dizer que em termos de números a destacar em relação ao Nonagon nós temos cerca de duzentos postos de trabalho criados, temos 25 empresas instaladas, 23 de base tecnológica ou em áreas conexas e cerca de sete startup's com um volume de negócios de cerca de 600 mil euros. Isto julgo que reflete bem e responde, embora parcialmente, à estratégia que o Governo seguiu e continua a seguir na implementação dos parques tecnológicos.

Em relação ao emprego nas áreas do Espaço, nomeadamente em Santa Maria, pois já foram aqui referidos vários números e eu disse-o também no meu discurso, em relação ao Space Port, pois nesse caso ainda não se sabe porque não se conhecem soluções, não se conhece a fundo o que é que poderá ser o impacto em termos de emprego, mas em relação à Portugal Space, a Agência Espacial, prevemos, por exemplo, que sejam numa primeira fase contratados cerca de quatro técnicos em permanência para a ilha de Santa Maria; na AITEC, pois já falei que temos, neste momento, quatro postos de trabalho, vão ser contratados mais dois investigadores para trabalharem nesta rede, estão previstos também dois engenheiros, e isto é um programa que estamos a negociar com a FLAD, juntamente com o Governo Regional, para a contratação de dois engenheiros, um técnico de informática e um técnico de manutenção também de apoio. Com estes recursos humanos, naturalmente, que estas estações vão adquirir uma outra dinâmica e uma outra capacidade de entrarem em projetos e de potenciarem a vinda de mais recursos humanos e de mais financiamento para a Região.

No caso da Edisoft aquilo que nos transmite é que neste momento têm doze trabalhadores, ainda durante este ano vão contratar mais quatro recursos humanos qualificados e no próximo ano, também com a entrada em funcionamento da antena de quinze metros, vão contratar mais quatro recursos humanos diretos.

Em relação ao Air Center, como também já foi dito, é um projeto que está em desenvolvimento, está a criar a sua dinâmica. Neste momento estão a ser realizadas ou vão ser realizadas obras nas novas instalações para a sua instalação na Praia da Vitória. Como também disse, vai ser associado a isto um conjunto de recursos humanos ligados à observação da Terra, cerca de seis recursos humanos, mais dois que o Governo Regional também irá contratar e vai ser associado um nó do Marine Biodiversity Network. Destaca-se também, e

neste caso o Air Center, que já existem candidaturas do próprio Centro, do Air Center, em termos do INTERREG MAC, 8 candidaturas no âmbito do H-2020 onde o Air Center já participa e também duas candidaturas que estão a ser elaboradas para os programas com o MIT Portugal.

Passando agora a algumas das questões levantadas pelo Sr. Deputado Alonso Miguel, eu julgo que também houve aqui algum desvio do foco central do tema que nos traz aqui. Falou aqui de espécies de profundidade e de desenvolvimento da pesca, Sr. Deputado, talvez por falta de conhecimento ...

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Não, não!

O Orador: ... e porque não é a sua área, naturalmente, mas posso lhe dizer que nós já conhecemos os recursos todos que temos e o potencial de recursos que temos em termos de espécies de profundidade e já agora, também lhe digo que essas espécies já são exploradas, algumas delas já são exploradas, mas também posso lhe informar que algumas das espécies de profundidade, devido às suas características biológicas tem mais vulnerabilidade e são mais sujeitas à sob exploração e portanto, também é preciso ter algum cuidado.

Do ponto de vista tecnológico a nossa Pesca está equiparada a todas as pescas que existem, utilizando as artes que são utilizadas na Região, têm tecnologia montada e suficiente para fazerem a sua atividade.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quantos tacógrafos já foram rastreados na Região?

O Orador: No âmbito da biotecnologia, que é um setor que o Sr. Deputado também disse que estava muito pouco desenvolvido, é verdade, é preciso fazer mais, mas posso-lhe também dizer que existem boas experiências já na área da cosmética a serem implementadas por empresas na Região.

Existem vários projetos relacionados com as algas marinhas que também estão em desenvolvimento e que nos trazem alguma esperança neste campo no aproveitamento destas espécies e estamos a financiar um projeto em cerca de

100 mil euros ligado à biotecnologia marinha no âmbito de uma Air net, posso lhe dar alguns exemplos no caso da espirulina, que é um projeto na Graciosa para a produção de espirulina, posso lhe dar outros exemplos já de uma estratégia que implementámos também de uma melhor interligação entre um setor científico regional e as empresas, que é o caso da Fibrenamics, por exemplo, que já tem algum sucesso nesta área, posso-lhe falar na investigação que está a ser feita nas fibras de coneteira, posso-lhe falar mais uma vez no desenvolvimento de novos produtos relacionados com algas, posso-lhe falar nos projetos de aquacultura que estão a ser desenvolvidos, nomeadamente na Ribeira Quente e se tiver oportunidade sugeria que fossem visitar, que é uma jaula flutuante, já está a produzir lírios, posso-lhe falar num empresa que também com alguma tecnologia na área da transformação de pescado que é a Fat Tuna instalada em São Miguel, que também transforma peixe de uma forma diferente e com alto valor acrescentado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quantas contratações para as empresas?

O Orador: Enfim, podia-lhe falar aqui em muitas outras questões, posso-lhe falar também, e isto no âmbito dos Pós-docs, em contexto empresarial que o concurso já acabou e que vão começar em breve a trabalhar nas empresas, posso-lhe falar em vários projetos, e como falei na minha intervenção, de dez projetos de I&D em contexto empresarial que já foram desenvolvidos, mais um concurso que vamos lançar de mais dez projetos em contexto empresarial, posso-lhe falar por exemplo num projeto, neste âmbito só um exemplo, é o caso da Unileite em que foi feita e foi iniciada uma investigação para produzir um leite enriquecido naturalmente em selénio e iodo, esse é um projeto que já decorre dos projetos e das candidaturas que nós lançámos, no âmbito da RIS3, como o Sr. Deputado também saberá, estes processos são dinâmicos e todos os países estão em permanência a rever as suas estratégias e é o que nós também estamos a fazer, já estão grupos de trabalho criados para a revisão da RIS3 e

esse caminho também está a ser feito, portanto, e são muitos projetos que financiados no âmbito da RIS3, no âmbito da primeira e da segunda candidatura, no âmbito dos projetos de I&D, a maioria, no caso da universidade abrangendo áreas do mar, da agricultura e muitos outros.

No âmbito dos projetos financiados de investigação, em contexto empresarial, posso-lhe dizer que o maior número de projetos nesta área que estão a ser desenvolvidos pelas empresas são na maioria na área da agricultura.

Finalmente e em relação à Agenda Digital também lhe posso dizer que era constituída por cerca de 65 ações e 29 medidas...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E na área do mar quais são?

O Orador: ... e cerca de 75% das ações já estão concluídas, nomeadamente no eixo um que era promover a sociedade do conhecimento e da informação e no eixo dois de incentivar a transferência de tecnologias.

Na questão que colocou também das carreiras científicas, pois o Governo Regional tem feito um esforço grande nesta questão, obrigando que os projetos de investigação contratem os investigadores e nós temos cerca de 69 contratos científicos no âmbito dos projetos que estão a decorrer. Não é impeditivo que exista uma carreira de investigação para se fazer investigação na Região, já existe um estatuto da carreira de investigação científica a nível nacional, como também já tive a oportunidade de dizer e aliás, muitos dos nossos investigadores estão incluídos nessas carreiras, tanto ao nível universitário, como ao nível dos centros de investigação.

Portanto, no âmbito da Agenda Digital, para terminar posso-lhe dizer que terminado este capítulo e estamos em condições até ao final da legislatura de iniciar um novo processo também que visa construir novos documentos orientadores para a década de 2020-2030.

Sr. Deputado António Lima, mais uma vez como é habitual, traz-nos sempre um cenário de fantasmas e de interesses ocultos e não me leve a mal em relação

à referência que fez à Diretora da Agência Espacial Portuguesa, permita-me que lhe diga e peço que não se ofenda, mas é uma visão pequenina.

A Diretora da Agência Espacial Portuguesa é uma pessoa com um currículo indiscutível, é uma técnica muitíssimo competente e a visão pequenina que ela tem que estar em Santa Maria...Oh Sr. Deputado essas coisas não se fazem assim, eu não invejo o trabalho que a Diretora da Agência Espacial Nacional vai ter, no âmbito daquilo que é a implementação da estratégia 2030 do espaço nacional. Ela vai ter que fazer networking, ela vai ter que viajar, ela vai ter que andar a “correr meio mundo” para cumprir com esta Agenda e não é o facto de estar em Santa Maria ou não, aliás ela já o afirmou também que vai passar algum tempo em Santa Maria naturalmente, e como disse nós vamos ter neste âmbito cerca de quatro recursos humanos instalados em permanência em Santa Maria, portanto é uma visão, permita-me dizer-lhe, um bocadinho curta e pequenina.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Pequenino é o investimento na Região!

O Orador: Em relação também ao fantasma que levantou aqui do Blue Azores, o Blue Azores e os “papões” dos interesses obscuros por trás da mineração, etc., não tem nada a ver com isto, o Blue Azores sabendo e eu sei que o Sr. naturalmente tem esse conhecimentos, os oceanos enfrentam desafios enormes no nosso planeta e o projeto Blue Azores que vem na sequência daquilo que o Governo Regional está a fazer em termos da revisão das áreas marinhas protegidas e da implementação dos planos de gestão e também no âmbito da elaboração do plano de ordenamento do espaço marítimo dos Açores, o Blue Azores vem nessa sequência e é um desafio que nós lançámos à sociedade açoriana de termos nos Açores uma área marinha protegida de grande dimensão, atendendo também à dimensão do nosso território marítimo, e que é também, ao mesmo tempo, um compromisso geracional, nós queremos deixar para as gerações vindouras ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ...um planeta e um oceano em que os nossos filhos, os filhos dos netos, dos nossos netos, possam usufruir como nós hoje usufruímos.

E portanto, eram em resumo estas questões que eu gostaria de trazer aqui e Sr. Deputado António Lima, os projetos de investigação e os tempos de investigação internacionais, etc., , não se fazem num dia, eu posso dar o meu exemplo pessoal enquanto investigador que fui do DOP, foi um grupo de investigação que levou mais de vinte anos a construir, não se constrói um Centro de Investigação Internacional pelo estalar de dedos, constrói-se com trabalho, com dinâmica, com networking e estas coisas não são assim.

Muito obrigado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade! Mas é preciso sustentá-lo!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): É o que vamos fazer com a contratação de 10 doutorados!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, é presunção sua certamente assumir que o PSD concorda com a política científica e tecnológica do Governo Regional.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Foi o que eu ouvi!

O Orador: Agora, também pode ser presunção minha: é que o Governo Regional não está habituado a cumprir os seus programas e no momento em que cumpre alguma coisa e nós elogiamos também não estamos habituados, portanto, também é interessante debater consigo exatamente porque as situações são o que são.

Agora, Sra. Deputada Bárbara Chaves (não está na sala), Sra. Presidente da Comissão de Economia, era o que faltava ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Olhe o descontrole!

O Orador: ... era que fosse o Partido Socialista a definir quando e como é que o PSD trata os temas. É o PSD que define quando e como é que trata os temas, até porque o PSD pediu o agendamento com urgência para a Comissão de Economia da Sra. Secretária Regional para tratar da questão da Atlânticoline e da fuga da informação dos dados dos clientes da Atlânticoline para a Comissão de Economia e a Comissão de Economia e a Sra. Presidente agendou quando entendeu, ou quando pode, que devia agendar, do mesmo modo que foi o Partido Socialista que agendou o debate de tecnologia para esta data, quando entendeu que devia agendar, tendo agendado cá estamos para tratar dos temas que entendemos no debate que o Partido Socialista agendou.

Portanto, Sra. Deputada, julgo que estamos conversados.

E não estamos a falar só do caso da Atlânticoline. O caso da Atlânticoline foi o terceiro caso. O terceiro caso em que os dados dos açorianos, incluindo crianças, ficaram à disposição de quem os quisesse utilizar.

O primeiro caso foi de utentes do Serviço Regional de Saúde; o segundo caso foi de alunos que ainda não estão sequer no fim da escolaridade obrigatória da EBI de Angra do Heroísmo; e a Atlânticoline foi o terceiro caso. Portanto, é essencial saber que medidas é que o Governo tem para por em prática no âmbito tecnológico para impedir que o que está digitalizado esteja ao alcance de cada um.

Deputado José Contente (PS): Em ciência e tecnologia qualquer coisa serve!

O Orador: O que vimos, sim, foi o Governo Regional pela voz do Vice-Presidente a escusar-se a dar resposta a esta preocupação com a preocupação de segurança das pessoas.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Sra. Presidente, mas o que é que isto tem a ver com o tema em debate?

O Orador: Quanto aos temas que o PS trouxe escritos de casa e teve que os ler até fim, porque eram esses que estavam programados, tem questões para colocar ao Governo, desde que o Governo também tenha tempo para responder. O Sr. Secretário Regional anunciou em diversas ocasiões que de entre 14 consórcios interessados já havia cinco selecionados para concorrerem ao porto espacial de Santa Maria. Sim, são palavras suas em nota do GaCS. Anunciou que havia cinco.

Anunciou o Ministro Manuel Heitor e o Sr. Secretário Regional também, julgo que na Comissão de Assuntos Sociais de dezembro de 2018, se não estou enganado, que os primeiros estudos de impacto ambiental dos projetos não seriam da responsabilidade do Governo Regional, mas seriam da responsabilidade dos consórcios ou das empresas candidatas.

Bom, julgo que qualquer empresa que se queira candidatar a Santa Maria se tiver um problema de impacto ambiental do seu investimento não será ela própria que o vai divulgar. Parece-me que a atividade inspetiva deve ficar a cargo da Região e não deve ficar na parte do consórcio, não deve ser juiz em causa própria, porque as questões ambientais são importantes.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é redutor!

O Orador: Oh, Sr. Deputado João Vasco, podia ter-se inscrito.

Deputado João Vasco Costa (PS): Estou a fazer um aparte!

O Orador: Não se inscreveu. Queriam que eu tratasse dos temas em debate, estou a tratar, agora não me deixa continuar.

(Apartes dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Pelos vistos o descontrole emocional da bancada do Partido Socialista mantém-se.

Sra. Presidente, eu continuarei quando o descontrole emocional da bancada do Partido Socialista sossegar.

Presidente: Sr. Deputado, não vamos adjetivar o que não tem de ser adjetivado. Os apertes são regimentais. De facto, não podem exceder os limites que permitam, como o Sr. Deputado Luís Rendeiro aliás bem sabe.

Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Segunda questão que eu queria colocar ao Governo Regional: no Plano e Orçamento para 2018 e no Plano e Orçamento para 2019 estavam cabimentados para o Terceira Tech Island três mais três milhões de euros. Seis milhões de euros.

A pergunta é simples: o que é que já foi executado e em quê, sabendo que dos anúncios que foram feitos da tribuna pelo Governo Regional e também daquilo que foi a sua participação no debate na bancada, em termos de instalações não foi anunciada nenhuma para já para aquele parque habitacional que era dos americanos, portanto, gostaria que nos pudessem informar e através da câmara os açorianos qual é o ponto de situação e se é que há algum problema com a titularidade ou com a passagem daquelas instalações para a posse da Região?

Porque de facto estranhámos que os investimentos em instalações não estejam a ser concretizados naquelas para as quais se destinariam.

Outra questão que também preocupa a bancada do PSD é uma aparente perda de autonomia no domínio científico-tecnológico, uma vez que os grandes projetos estão a ser negociados pela República, muitos deles anunciados pelo Ministro Manuel Heitor e com incidência especial no espaço regional.

Como nós já estamos escaldados das contrapartidas ficarem na República, como no caso da Base das Lajes e os passivos ficarem na Região, também gostaria de

afirmar neste momento, em nome do PSD, a preocupação que temos acerca da autonomia e dos mecanismos de defesa da Região quanto à exigência de contrapartidas no que diz respeito a estas questões.

Eu tenho mais questões, Sr. Secretário, mas gostaria que me respondesse primeiro antes de continuar.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional (e também um pouco esta intervenção direcionada à Sra. Deputada Bárbara Chaves) com certeza que a minha formação académica não é nas ciências ligadas ao mar, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor pode até não ter nenhuma para estar nesta Casa!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Mas pode ter conhecimento!

O Orador: ... mas com toda a consideração que me merece a verdade, permita-me que lhe diga, que todas as minhas intervenções são feitas com base em recolhas de dados,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... em pesquisas e em factos e portanto, essa conversa de que não sabe porque talvez lhe falte informação, só falta informação hoje em dia a quem quer e eu não disse que não existia nada feito na biotecnologia e eu não disse que não havia nada feito na agricultura, eu disse que estavam em estado insipiente e abaixo daquilo que seria já espectacular e portanto, e a esse respeito

digo-lhe que ainda há muito pouco tempo a Lotaçor promovia a atribuição de prémios universitários para quem desenvolvesse estudos no âmbito da inovação e investigação em recursos ligados à pesca e ao mar e especificamente estudos técnicos e inovadores, exatamente para métodos de pesca de captura de espécies de grande profundidade. Bom, “das duas uma”, ou há aqui diferentes estratégias dentro dos diversos organismos dentro do setor das pescas ou então a minha avaliação mantém-se perfeitamente válida...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... porque se há a atribuição de prémios para desenvolvimento de estudos dessa natureza é porque efetivamente ainda precisamos de desenvolvimento nessa área.

Em relação a outras questões que referiu, é verdade que não é estritamente necessário que haja uma carreira científica nos Açores – existe um acarreia nacional – o que é preciso é que se abram vagas para essa carreira e o que é preciso é que haja financiamento para a investigação e o que é preciso é que se abram bolsas para doutoramento e para investigadores. Não basta dizer que foram abertas dez bolsas, é preciso saber o que é que pretende o Governo Regional fazer além disso para que haja condições para criar um verdadeiro espírito científico nesta Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E Sr. Secretário querer jogar na liga dos “grandes”, não tem mal nenhum, essa ambição é ótima, é positiva, o problema é quando o queremos fazer sem garantir condições básicas para competir à nossa própria dimensão. O problema é quando falta inovação e desenvolvimento tecnológico nos setores primários, nos setores que estão na base do nosso desenvolvimento, na nossa agricultura, na nossa pesca e nos outros aspetos ligados às ciências do mar.

E é caso para dizer, Sr. Secretário, o mar aqui tão perto e nós queremos ir para o espaço.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Bom, o problema também é quando nós continuamos a não apoiar devidamente e não acarinhar a Universidade dos Açores e depois queremos criar novos centros de conhecimento. Com uma universidade já instalada em começaria por aí.

E por fim, a sensação com que todos nós ficamos é que andamos sempre à procura de atalhos, de uma forma mais rápida para chegar ao topo e sem garantir a existência de premissas básicas, logo diz o povo: “quem se mete por atalhos, mete-se em trabalhos”...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... quem pode o mais, pode o menos e portanto, antes e nós nos dedicarmos a megalomaniás temos que cuidar de assegurar as condições básicas para o desenvolvimento tecnológico da Região, nomeadamente ao nível dos nossos setores primários e desenvolver a nossa agricultura e desenvolver a nossa pesca e o nosso mar, se não correremos o risco de termos uma grande laranja, mas espremida essa laranja o sumo é muito pouco.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o CDS esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando pelas respostas do Sr. Secretário e relativamente ao que diz respeito à agência espacial portuguesa, gostaria de dizer que não é o local de residência da sra. presidente da instituição que nos preocupa e não temos qualquer dúvida do seu currículo, não temos qualquer questão com isso.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Foi o que o senhor disse!

O Orador: É o centro de decisão que não está nos Açores, não é a residência da sra. presidente, é o centro de decisão que não está nos Açores e como sabemos, estas questões, a localização do centro de decisão não é inocente e não é irrelevante. O centro de decisão tem peso e o facto de ele não estar nos Açores, estar em Lisboa tem, efetivamente um significado e irá ter, sem qualquer margem para dúvidas, consequências e tem uma leitura política.

E gostaria também de aproveitar a deixa do Sr. Secretário porque referiu que eu falei em fantasmas e efetivamente, há um fantasma que ronda o Faial desde 2016, que é o fantasma do Observatório do Mar porque, até hoje, não se materializou, é um ser etéreo que anunciado pelo primeiro ministro em 2016 não se materializou.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Neste debate diz-se virtual!

O Orador: O Sr. Secretário referiu em 2017, o ano passado, num debate suscitado pelo Bloco de Esquerda que a comissão instaladora estaria a trabalhar, à data, e que já saberia uma coisa, pelo menos que seria uma associação sem fins lucrativos. Ora, já passou o prazo dessa comissão instaladora e já passou há muito tempo e ainda ontem o Bloco de Esquerda teve a oportunidade de questionar o Governo sobre outra comissão em que o Governo Regional faz parte, no caso da comissão que esteve, ou já não sabemos se esteve porque entretanto a informação é absolutamente nula, a rever a questão do subsídio de mobilidade, na comissão instaladora do Observatório do Atlântico aqui na ilha do Faial, também não temos notícias, é uma comissão que desapareceu, não deu conta do seu resultado e o Governo Regional tem um elemento pertencente a esta comissão que não dá notícias e nós não sabemos e os açorianos exigem saber o que é que se passou nessa comissão, qual é o seu relatório e quais são as conclusões e o que é que irá ser, efetivamente esse Observatório do Atlântico, julgo eu que isso faz todo o sentido e se há fantasma é esse Observatório do Atlântico.

O que sabemos é efetivamente que o Observatório do Atlântico será mais uma estrutura facilitadora, à imagem do Air Center, para facilitar negócios com o dinheiro público, é isso que está aqui em causa, é mais uma estrutura difusa, facilitadora e não é uma estrutura que nos permita aceder, por exemplo a financiamento para investigação a sério, como outros centros europeus e nacionais conseguem captar milhões de euros e o facto de termos apenas uma estrutura facilitadora...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... de contactos, não nos garante absolutamente nada. É preciso que tenhamos nos Açores, efetivamente, uma instituição que possa ir buscar os recursos e que possa fazer investigação a sério.

Uma última nota sobre a Fundação Oceano Azul pertencente ao grupo empresarial do Pingo Doce e sobre esta matéria queria apenas dizer uma coisa: nós, como referi na minha intervenção inicial, achamos muito bem que se invista e que se aumente as áreas protegidas nos Açores, temos todo o interesse que isso aconteça.

Agora, nós queremos conhecer o protocolo que o Governo Regional assinou com a Fundação Oceano Azul porque uma fundação de uma empresa que não tem uma loja nos Açores, diga-se, não tem relação nenhuma com os Açores, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Tem! Por acaso até tem!

O Orador: ... mas descobriu de um momento para o outro que quer investigar o mar dos Açores. Nós queremos conhecer esse protocolo e queremos saber o que é que está a acontecer aos dados que são utilizados, que são produzidos e que o sr. contribuiu e muito, durante muitos anos para eles, são produzidos nos Açores e que são entregues à fundação para sabe-se lá fazer o quê. Nós queremos conhecer esse protocolo porque é obviamente do direito deste Parlamento e de todos os Açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo para este debate.

De momento não temos inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Rendeiro, eu julgo que têm sido públicas e notórias tudo o que se relaciona com o Porto Espacial. Já foram feitas várias sessões de esclarecimento e deixe-me esclarecer que se trata de um concurso concorrencial e este concurso concorrencial previsto naquilo que é o Código de Contratação Pública tem uma sequência, tem vários passos e neste momento o que está a ser feito é a primeira fase desse processo concorrencial. E porque é que isto foi feito assim? Porque o Governo Regional, que é a entidade contratante, não tinha conhecimento técnico nem conhecia toda a área para poder construir um caderno de encargos, portanto está previsto no Código de Contratação Pública um processo que é o diálogo concorrencial, precisamente para isso.

Enquanto as soluções das empresas não forem apresentadas, não é possível fazer qualquer estudo de impacto ambiental porque agente não conhece quais são os combustíveis, as quantidades de combustíveis, quais são as áreas de segurança, quais são os impactos possíveis. Só depois desta fase, do diálogo concorrencial, é que nós teremos elementos para depois analisar e ver, em termos legais, o que é que é exigido a este tipo de projetos consoante as propostas que sejam apresentadas. Naturalmente, depois desta fase haverá a construção do caderno de encargos e aí sim, de forma mais formal, um concurso para a implementação e operacionalização de um porto espacial, portanto este é o percurso.

Em relação a outra coisa que afirmou, que o Ministério da Ciência se envolve muitos nas questões dos Açores, etc., oh Sr. Deputado deixe-me dizer-lhe que a

ciência é mesmo assim, é preciso criar redes, é preciso criar parcerias para que tenhamos todos o êxito e por isso esta colaboração que tem existido entre o Governo Regional dos Açores e o Governo da República tem sido fundamental, principalmente na área do Espaço, onde nós todos sabemos que existem competências próprias do Governo da República nesta área devido a acordos internacionais que existem e existem competências próprias da Região, aliás todos nós nesta Casa aprovámos um Decreto-Lei que hoje foi publicado em Diário da República que assegura os interesses da Região em tudo o que são matérias de infraestruturas instaladas na Região Autónoma dos Açores e devemos todos congratular por isso.

Em relação a algumas das questões levantadas pelo Sr. Deputado Alonso Miguel, pois eu julgo que já respondi a algumas, eu referi-lhe, Sr. Deputado, que tudo o que são os apoios da investigação e desenvolvimento, em contexto empresarial, a maior parte dos projetos são na área do setor primário da agricultura e projetos muito interessantes, eventualmente se calhar uma boa sugestão que sai deste debate será de facto, nós divulgarmos esses projetos para todos nós os conheçamos melhor, porque há projetos muito interessantes e eu convido e vale a pena...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lá iremos com todo o gosto! Faça o convite!

O Orador: ... muitas vezes visitar esses projetos que estão a acontecer.

Sr. Deputado António Lima também muito rapidamente, porque eu não tenho, infelizmente, muito tempo, queria-lhe lembrar que em relação à Agência Espacial, as decisões da Agência Espacial são feitas dentro da Associação. Como sabe a Agência Espacial tem uma figura que é uma associação privada sem fins lucrativos em que nós, Governo Regional, somos sócios e é dentro dessa associação que as decisões são tomadas, não são tomadas diretamente pelo Governo Regional nem pelo Governo da República, são tomadas pelos

sócios que participam nessa associação e como compreenderá é aí que está o centro de decisão. Este é um projeto que extravasa os Açores, é um projeto de dimensão nacional e por isso, dada a sua importância e dada a indústria que nós estamos aqui a falar, que são das indústrias mais avançadas do mundo tecnologicamente.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

O Orador: Finalmente, quanto ao Observatório do Mar, muito brevemente posso lhe dizer o seguinte, a comissão instaladora concluiu o relatório, foi entregue à Sra. Ministra do Mar, nós conhecemos o relatório. No fundo o relatório resume aquilo que poderá ser o Observatório do Atlântico e daquilo que está instalado neste momento nos Açores, etc. e foi com base neste relatório que foi construído um outro documento, esse já em forma de projeto que é para ser submetido aos fundos EEA Grants, que têm dois milhões de euros para investir neste Observatório. Estes fundos EEA Grants só estarão disponíveis no último semestre deste ano e este projeto do Observatório do Atlântico está neste momento a ser elaborado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Engraçado! Tenho informação que esses dois milhões estão lá à espera que vocês o desimpeçam!

O Orador: Como sabe este processo é liderado com a nossa participação pelo Ministério do Mar e portanto, esse projeto está a ser elaborado para ser submetido ao fundo EEA Grants e falamos aqui de dois milhões de euros que vão ser investidos na Região ao abrigo do financiamento deste fundo.

E termino aqui, já não tenho mais tempo.

Deputado António Lima (BE): O ano passado já sabiam!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Informo que o Governo esgotou o seu tempo para este debate.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu queria começar por de facto agradecer ao Sr. Secretário Regional a forma serena como respondeu às questões que eu tinha para colocar, ainda tinha mais, mas em virtude do Governo ter esgotado o seu tempo e também o Partido Socialista não as vou colocar, mas vou fazer algumas considerações no tempo que me resta.

Deputado José Contente (PS): Pode fazer um debate sobre isso!

O Orador: Oh, Sr. Deputado José Contente, eu também tenho ouvido os vossos apartes, mas se calhar se estivessem preocupados em debater com a oposição em vez de lerem do princípio até ao fim a cartilha que trouxeram de casa, talvez o debate tivesse sido mais proveitoso. Lamento, foi opção do Partido Socialista. Nós gerimos o tempo de outra forma.

Portanto, agradecendo de novo ao Sr. Secretário Regional a forma serena como conduziu o debate e as respostas que nos deu, não deixo de registar com muita preocupação, com profunda preocupação, o facto do Governo Regional não ter dado resposta alguma, deixou sem resposta, a questão dos dados dos açorianos que estavam livres na internet para quem quisesse os utilizar.

Nenhuma questão, nenhuma resposta, nenhuma solução, nenhum pedido de desculpas, nenhum ponto de situação, nada. Isto só nos pode deixar muito preocupados, porque é de segurança que se trata.

Quanto a algumas questões relacionadas com a parte científica e tecnológica, pois também nos preocupa que a Região e o seu Governo assumam que lhes falta conhecimento técnico para um conjunto de áreas desta importância e para procedimentos concursais que está a lançar, mas que não tenha tido a preocupação de contratar esses técnicos ao serviço da Região antes de abarcar estes procedimentos. Também nos deixa com muita preocupação, porque tendo em conta a dimensão daquilo que está envolvido parece-me que devia ter sido

preocupação da Região contratar esse conhecimento técnico para que não seja ultrapassada pelo decurso dos acontecimentos e apanhada desprevenida.

Por fim, e para que não falemos só de assuntos estratosféricos ou fora da atmosfera, descendo também um bocadinho à terra, parece-me que faltou uma palavra neste debate (e agora já não a poderemos ter) para uma preocupação que também é do PSD que tem a ver com outro problema da governação e do Partido Socialista que tem a ver com o reequipamento e com a manutenção quer dos softwares, quer dos próprios equipamentos aos mais variados níveis da governação e que vão desde o material informático das escolas, aos respetivos programas, vão a equipamentos hospitalares obsoletos e a precisar de ser substituídos de que posso dar exemplo, por exemplo, o TAC do hospital da ilha Terceira, falo da substituição das gruas dos portos de pesca que o Sr. Secretário tutela e para concluir também ainda se pode falar dos drones anunciados pelo seu antecessor ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... que iriam ser a solução tecnológica para fiscalização das pescas e das nossas áreas marinhas protegidas.

Lamento que o Governo Regional não tenha tempo para vir ao debate, lamento que o Partido Socialista tenha esgotado o seu tempo em acusações à oposição antes de vir discutir estes assuntos e de novo, Sr. Secretário, agradeço-lhe o debate sereno que nos pode proporcionar.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Francisco César pediu a palavra para?

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Para um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Protesto a?

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Ao facto do Sr. Deputado se referir que o Partido Socialista traz cartilhas feitas de casa.

Presidente: Tem a palavra, dispõe de três minutos.

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Parece-me que há aqui uma enorme confusão da parte da oposição. Vem acusar o Partido Socialista...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, oh! Oposição!

O Orador: ... tem toda a razão, de alguma oposição. Neste caso da oposição do PSD, pela voz do Sr. Deputado Luís Rendeiro...

Deputado Bruno Belo (PSD): PSD, que é o centro da atenção!

O Orador: ... aliás, o Sr. Deputado é veterinário...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Médico!

O Orador: ...médico veterinário e a postura como o PSD...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Só a oposição é que não tem a licenciatura certa!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): O que é que isso tem a ver com o protesto?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: a questão tecnológica, sendo o sr. médico veterinário, o sr. parece-me...

Deputada Mónica Seidi (PSD): O protesto é a quê?

O Orador: Sra. Presidente eu tenho que lá chegar! Eu não consegui dizer três palavras!

Presidente: Convém chegar.

O Orador: Permanentemente interrompido.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados calma! O Sr. Deputado Francisco César vai continuar o seu protesto.

O Orador: Eu não consegui dizer mais que quatro palavras.

Presidente: Muito bem.

O Orador: Eu espero que o tempo também desconte isso.

Presidente: Vamos ter em consideração. A Mesa está sempre atenta ao tempo, não se preocupe Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados ...

Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Eu percebo a vontade que a Sra. Deputada Mónica Seidi tem em defender o Sr. Deputado Luís Rendeiro, mas esteja descansado que eu já lá vou. Pois bem, acusam o Partido Socialista de trazer uma cartilha, nós não trazemos cartilha nenhuma, Sra. Presidente, nós pretendemos discutir a integração das tecnologias no âmbito da nossa economia e no âmbito da nossa Região. Foi isso que procuramos trazer, uma realidade ligada ao sucesso do Açores Tech Island, uma realidade ligada ao sucesso do Space Port, uma realidade ligada ao sucesso do Air Center, uma realidade ligada ao sucesso, ao sucesso de um conjunto de áreas que nos pareceram pertinentes. Vem o Sr. Deputado fazer um conjunto de acusações de que nós trazemos uma cartilha preparada de casa, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... quando o que aquilo que me pareceu é que a perspetiva que o Sr. Deputado traz sobre a área tecnológica é de alguém que acha, que sendo por exemplo veterinário, a questão do abate dos animais ser feito com um cutelo ou com choque elétrico é uma questão tecnológica!

Presidente: Sr. Deputado Francisco César não pode interpelar desta forma o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

O Orador: O que me parece concretamente não ser a melhor forma de estar aqui a debater.

Muito obrigado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Deputado Luis Rendeiro.

(*) Deputado Luís Rendeiro (PSD): Bom, Sra. Presidente.

Como podemos verificar o Partido Socialista apresentou um protesto, mas não sabia bem a quê. Não sabia!

Infelizmente o descontrole emocional que abraçou a bancada do Partido Socialista em todo este debate estendeu-se à liderança da bancada, porque de facto o que esperávamos era que da bancada do Partido Socialista pudesse vir finalmente a resposta à questão da segurança dos dados dos açorianos, incluindo crianças, que estão à disponibilidade de qualquer um na internet. Não! Assistimos a isto.

É óbvio que o Partido Socialista preparou o debate (não quer que eu diga cartilha) com documentos escritos que foram lidos da tribuna, da bancada preparados de casa.

Não quer que eu diga cartilha, posso retirar o termo cartilha.

Prepararam o debate de uma forma que não estavam preparados, não se prepararam para os temas que a oposição, neste caso o PSD (que gostam tanto de referir e atacar da tribuna, da bancada e de todo o lado), para as questões, que lhes colocámos. Tivessem se preparado. E geriram o tempo como entenderam que deviam gerir e que não deviam gerir.

Se há alguém que devia protestar é a bancada do PSD por não ter visto as perguntas colocadas, respondidas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Portanto, Sr. Deputado Francisco César, nós já vimos muito melhor de si. Isso também merece o nosso protesto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, pediu a palavra julgo que para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sr. Secretário Regional:

Sra. Presidente, faço uma interpelação à Mesa tendo em conta a insistência permanente na confusão de conceitos feita pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro, confundido aquilo que são questões relacionadas com a aérea tecnológica e com a aérea da indústria espacial, com questões que têm que ver com a área das comunicações e proteção de dados, portanto, questões que não são tratadas ...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Confusão com os funcionários públicos!

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Desenvolvimento tecnológico é tecnologia!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... no âmbito deste debate.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Eu gostaria de informar V. Exa. que farei chegar à Mesa, para que possa ser distribuído a todos os deputados deste Parlamento, a comunicação pública da empresa Atlânticoline aquando dos problemas no âmbito da proteção de dados, anunciando um conjunto de medidas nesse âmbito e não posso também deixar de reiterar perante esta câmara a total disponibilidade do Governo e da Atlânticoline para estar na comissão parlamentar no âmbito do requerimento do PSD/Açores prestar todos os esclarecimentos sobre esta matéria a pedido do PSD/Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário Regional.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Queria interpelar a Mesa para colocar duas questões muito simples.

A primeira era para saber de quanto tempo é que o Governo Regional dispôs para participar neste debate.

E a segunda questão era para que a Mesa entregasse ao Governo e ao Partido Socialista a transcrição das intervenções proferidas por mim em nome da bancada do PSD em que sublinhei que não se tratava apenas da questão da Atlânticoline em termos de dados, mas tratava-se também dos dados do Serviços Regional de Saúde e dos dados do concurso de matemática da EBI de Angra do Heroísmo.

Portanto, não é o caso da Atlânticoline. São três casos. Portanto, é uma série consecutiva de casos que eu trouxe.

Presidente: Interpelação à Mesa, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, era para que pudessem ser entregues ao Governo e ao Partido Socialista as transcrições da minha intervenção para que fique perfeitamente claro em que pé é que o debate foi feito.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada.

Quando chegar o documento será distribuído e irei pedir também aos serviços a transcrição urgente das suas declarações.

Sras. e Srs. Deputados considerando que o requerente e que o Governo esgotaram o seu tempo por isso não poderão fazer o encerramento e não havendo mais inscrições, eu vou encerrar este ponto da Agenda e regressamos às 15 horas para continuarmos os nossos trabalhos.

Eram 13 horas e 04 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados peço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nosso trabalhos.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade aos trabalhos da nossa agenda. Entramos agora no **Ponto 11 - Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XI – “Adapta à Região Autónoma dos Açores a Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

A proposta de diploma que ora vem a discussão e votação a plenário trata formalmente de uma adaptação à Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro e diplomas subsequentes, que vieram obrigar à regularização da situação de pessoal que prestava serviço na Administração Pública, serviço continuado com horário completo, com subordinação à disciplina hierárquica e horário de serviço e que tinham um determinado número de tempo que o legislador considerou como dando estabilidade a essa relação justa-laboral. Como tal, será de justiça arranjar um processo especial com vista à integração nos quadros da Administração Pública desses trabalhadores.

Ora, o Governo Regional nunca demonstrou qualquer interesse em aplicar este programa à Região e o PS, com a sua maioria absoluta nesta Assembleia, reprovou um projeto de resolução da representação parlamentar do PCP que recomendava essa aplicação ao Governo Regional.

Se o Governo Regional não teve a iniciativa, e se o Partido Socialista reprovou a possibilidade desta Casa fazer essa recomendação ao Governo, então entendemos, por bem, propor a esta Assembleia Legislativa Regional para que, dentro da sua competência, adaptasse este diploma nacional no sentido de abranger também - porque os fins e a situação será substancialmente a mesma – um conjunto de pessoas que, ao abrigo de programas ocupacionais, estiveram a prestar serviço na Administração Pública Regional.

Pretende, sobretudo, e será sem dúvida nenhuma o grosso do contingente, que os trabalhadores possam beneficiar deste processo especial de integração nos quadros, desde que, obviamente, cumpram, o que será visto depois pelas Comissões Paritárias, casuisticamente, com um conjunto de requisitos como seja – e volto a repetir – desempenharem necessidades permanentes do serviço com subordinação a horário e disciplina de serviço e tendo horário completo. É isto que se pretende.

Conscientes da forma como esta proposta se apresenta, não será de estranhar que o presente projeto de Decreto Legislativo Regional contenha objetivos e conteúdos semelhantes à Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, mas sem deixar de ter alguns aspetos inovadores decorrentes da constatação de problemas associados à aplicação do PREVPAP no continente.

Referimo-nos à constituição de Comissões de Avaliação Paritárias, em vez de Comissões de Avaliação Bipartidas para, desse modo, garantir uma representação igualitária em número de membros, quer dos representantes dos trabalhadores, quer da Administração Pública Autónoma.

O outro aspeto inovador prende-se com a abertura de uma exceção, prevista, aliás, na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, para que todos aqueles que, apesar de desempenharem, ou terem desempenhado, funções para as quais não têm as habilitações exigíveis, pudessem submeter a sua candidatura

conforme o âmbito deste programa, logo que possuam, pelo menos, um ano de experiência nas funções em causa.

Estivemos disponíveis para, em comissão, trabalharmos esta proposta, com o objetivo de a melhorar sem, contudo, a desvirtuar, ou seja, sem fugir ao combate contra a precariedade, justamente o principal objetivo que nos levou a apresentá-la nesta Casa.

Assim, e aproveitando as audições do SINTAP e do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autónomas e os seus respetivos pareceres, considerámos válidas algumas das críticas e propostas de aperfeiçoamento, mais precisamente: a alteração do prazo respeitante ao exercício das funções pelas pessoas abrangidas, bem como a criação de um critério de desempate para as deliberações das Comissões de Avaliação Paritárias.

Reconhecemos as insuficiências do PREVPAP, desde logo na sua aplicação às instituições em funcionamento na Região tuteladas pela República e o poder local.

Todos conhecemos a aplicação deste processo na Universidade dos Açores, na RTP/Açores e nas autarquias com resultados variados e manifestamente insuficientes.

O Governo Regional tentou, por via do art.º 8.º do Orçamento da Região para 2017, fazer de conta que ultrapassava o PREVPAP pela esquerda, mas acabou por o fazer à direita e, mais cedo do que tarde, o combate à precariedade foi parar à valeta.

Desde logo, os resultados obtidos foram claramente insuficientes. Só foram feitos 107 pedidos de regularização e só perto de 80 foram atendidos.

Estes números associados à precariedade que subsiste na Administração Pública Autónoma e Setor Público Empresarial da Região são sintomáticos da falta de abrangência deste processo, aplicável somente a contratos a termo certo,

nomeação transitória e aos famigerados falsos recibos verdes, deixando de fora as entidades do Setor Público Empresarial da Região e os beneficiários de programas ocupacionais.

A proposta que aqui trazemos não só é mais abrangente como não deixa a decisão sobre a integração dependente de um processo de seleção sumário, naquele que não pode ser considerado um pormenor de somenos importância ou como um fator que imprime celeridade ao processo.

É justamente na diferença entre um processo participado e um processo sumário, não participado pelos trabalhadores, que reside o busílis de tudo: a democracia.

Só quem não valoriza a transparência e a democracia poderá desvalorizar o papel das Comissões de Avaliação, onde os trabalhadores têm uma palavra determinante na decisão sobre a integração, ou não, dos candidatos.

A Administração Pública Autónoma deve ser uma pessoa de bem, deve dar o exemplo e, em primeiro lugar, deve cumprir a Lei. Portanto, se tem pessoas que na prática estão, ou estiveram, a satisfazer necessidades permanentes de serviço com horário completo, subordinação à hierarquia e por um lapso de tempo considerado razoável, a Administração Pública Autónoma deve ser a primeira a dar o exemplo.

Para proceder à regularização destes casos, propomos a criação de concursos especiais em que só as pessoas que estão nas condições previstas podem concorrer, de uma forma que não abrange a generalidade, digamos assim, dos cidadãos.

Estamos a responder, mais uma vez, a uma questão que se coloca a muitos açorianos, alguns dos quais nos procuraram, há muito tempo, por se encontrarem numa situação de trabalho precário e sem segurança quanto ao seu futuro.

É por isso, Sra. Presidente e Srs. Deputados, que é com satisfação que o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda apresenta esta iniciativa que vem resolver centenas de situações de pessoas que se encontram nestas circunstâncias de trabalho precário.

É mais um passo que se dá pela segurança no trabalho.

É mais um passo que pretendemos dar no cumprimento do aprofundamento da nossa Autonomia.

É, no fundo, mais um ato de justiça social que pretendemos aqui propor.

Obrigado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do CDS-PP concorda obviamente com todas as formas de eliminação de precariedade laboral, especialmente no que diz respeito a necessidades laborais permanentes.

Como tal, e num contexto de eliminação progressiva da precariedade laboral no setor público e de eliminação do desempenho de funções em programas ocupacionais precários, reconhecemos as boas intenções na base da apresentação deste projeto de resolução.

E nesta matéria e tendo em conta os trabalhos realizados em sede de comissão, o que nos parece estranho é que da parte do Governo Regional se afirme taxativamente que não existe precariedade na administração pública regional e que ao mesmo tempo os sindicatos reconheçam a pertinência desta iniciativa e que afirmem que a precariedade é um flagelo que prolifera pelas diferentes administrações públicas em plena ilegalidade e legitimidade.

Portanto, estas duas posições são perfeitamente contraditórias, são antagónicas e é preciso, de facto, esclarecer qual delas é que corresponde melhor à realidade. O Sr. Vice-Presidente disse que o Governo Regional se antecipou ao PREVPAP na Região com a introdução de uma norma no orçamento que permitiu integrar na administração pública os trabalhadores que estavam em situação de precariedade, mas logo de seguida diz que existem 8984 funcionários com contrato a tempo indeterminado, o que corresponde a 94% desse total. Sobram ainda cerca de 600 funcionários ou 573, pelas minhas contas, em situação de vínculo laboral precário, o que continua a ser um número muito significativo.

Além disso, esses números não incluem os trabalhadores que estão inseridos em programas ocupacionais, mais concretamente os dois programas que o Sr. Vice-Presidente diz que ainda substituem na administração pública, o PROSA e os CCTS e assim sendo, e existindo ainda todas estas questões relevantes por resolver, consideramos estranho que tendo em conta as 762 vagas abertas em 2018, o Sr. Vice-Presidente diga que ainda existem vagas que não foram abertas por decisão própria dos diversos serviços.

Era preciso que isto fosse esclarecido, isto é, havendo necessidades ainda permanentes e existindo autorização de abertura de vagas, porque razão é que haviam os serviços de decidir – é o que o sr. disse, está escrito em relatório – não abrir essas vagas e com que legitimidade? Ou seja, havendo possibilidade de mitigar um pouco mais a precariedade laboral, quais as razões para optar por não o fazer? Era bom que isto fosse explicado. Nós consideramos que não há açoriano nenhum que possa compreender isto, portanto Sras. e Srs. Deputados havendo nitidamente ainda casos de precariedade laboral por resolver parecem-nos que esta poderá ser uma boa solução para o fazer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS)**: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente , Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, saudar o Bloco de Esquerda por ter trazido a esta Casa o debate de um tema que é transversal, como se vê, a outras forças políticas, onde se incluí naturalmente o Partido Socialista. A precariedade laboral não é, de todo, uma preocupação exclusiva do Bloco de Esquerda e muito menos a justiça social.

Trouxe e bem o tema, chegou foi tarde e como disse o Sr. Deputado Alonso Miguel, e bem, o Governo introduziu e antecipou-se ao PREVPAP introduzindo uma norma no orçamento que prevê exatamente ...a integração na administração pública daqueles que estão em situação de precariedade laboral.

Ora, isso tem sido feito, como referiu e bem, e neste momento existem 8984 funcionários na administração pública, sendo que 94% estão a contrato a tempo indeterminado, portanto fazem parte dos quadros da administração pública.

Se referiu os quinhentos (eu não me dei ao trabalho, foi muito rápido também o tempo que mediou a sua intervenção e a minha), diz que ainda restam quinhentos, se acrescentar as duzentas vagas que o Sr. Vice-Presidente também referiu e se bem se recordará em comissão, relativamente à integração nos quadros de pessoas, quer nas escolas, quer nos hospitais, se calhar já só restam trezentos.

Isso para lhe dizer exatamente aquilo que nos parece fundamental aqui, é que isto tem sido um caminho que tem sido percorrido da forma como o Governo entendeu ser capaz de solucionar o problema e que no nosso entendimento tem produzido resultados. “Roma e Pavia, não se fizeram num dia” e muito menos o tema da precariedade laboral se vai resolver de um dia para o outro, muito menos, bom seria que com esse diploma que o Bloco de Esquerda apresenta, se

porventura fosse daqui tirada uma grande inovação que permitisse de uma vez por todas resolver esse problema, certamente que nós votaríamos a favor.

Deputado Bruno Belo (PSD): O PS vai votar a favor, está garantido!

O Orador: O que se passa é que esse caminho tem sido feito, muito se fez, é verdade que falta fazer parte do caminho porque não está tudo feito, há que sempre reintegrar aqueles que ainda não estão em situação de segurança no trabalho e portanto, muito bem referiu o Sr. Presidente, aliás também na comissão, quando disse que era importante e em instâncias do nosso colega e Deputado Bruno Belo referiu que “isso não era um caminho fechado, não tinha ficado por aqui” e que portanto, necessariamente as condições tem que periodicamente que ser renovadas e admitiu a hipótese de no futuro voltar a introduzir uma norma semelhante para permitir a integração daqueles que ainda faltam integrar.

É preciso notar, e talvez com isso se esclareça a dúvida do Sr. Deputado Alonso Miguel, que relativamente às vagas que foram autorizadas em 2018 parece-me claro que o Governo fez a sua parte, autorizou essas vagas. Agora, não vai querer certamente que o Governo imponha aos serviços que decidam abrir vagas só por abrir, portanto a decisão de abrir ou não abrir compete, necessariamente aos serviços. Portanto, não seria bem visto certamente que o Governo fosse ingerir ou imiscuir ou pressionar os serviços, no sentido de abrir vagas que esses não consideram necessárias. Portanto, vejo essa questão no mínimo esclarecida e portanto, assim sendo e dada a extemporaneidade do nosso ponto de vista da presente proposta de DLR, o Partido Socialista votará necessariamente contra.

Muito obrigado, Sra. Presidente!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A situação de precariedade generalizada, bem como a abundância de programas ocupacionais, contribui para a existência de cada vez maior pressão sobre os trabalhadores, forçados a todo o tipo de condições, com horários alargados e polivalência de funções, fazendo com que vários postos de trabalho acabem por ser cumpridos por apenas um trabalhador, sem maior compensação pelo esforço a que é obrigado e com os óbvios efeitos em termos do desemprego na nossa Região.

É necessário e urgente promover a estabilidade de emprego, cumprindo e fazendo cumprir o direito ao trabalho e à segurança no emprego previsto na Constituição da República Portuguesa, assegurando que a um posto de trabalho permanente corresponda um vínculo de trabalho efetivo, bem como erradicar todas as formas de precariedade.

Esta situação de precariedade generalizada, bem como a abundância de programas ocupacionais, contribui para a existência de cada vez maior pressão sobre os trabalhadores, forçados a todo o tipo de condições, com horários alargados e polivalência de funções, fazendo com que vários postos de trabalho acabem por ser cumpridos por apenas um trabalhador, sem maior compensação pelo esforço a que é obrigado e como é óbvio, efeitos em termos de desemprego na nossa Região.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP desenvolverá todos os esforços, quer a nível nacional quer a nível da Região, para que se concretizem os termos da regularização dos vínculos precários de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondem a necessidades permanentes da Administração Pública sem vínculo jurídico adequado.

A Administração Pública Regional e as entidades do Setor Público Empresarial Regional não podem ficar de fora desta regularização dos vínculos precários. Mas muito caminho ainda está por fazer para que a um posto de trabalho que cumpra uma necessidade permanente na Administração Pública regional corresponda o justo vínculo de trabalho efetivo.

As entidades públicas devem dar o exemplo de escrupuloso cumprimento da legislação laboral e de respeito pelos direitos dos trabalhadores. A solução passa forçosamente por contratar, efetivamente e sem termo, os trabalhadores que são indispensáveis para o funcionamento dos serviços, dar-lhes os mesmos direitos e remunerações que os restantes colegas e acabar com a rotação de beneficiários de programas de emprego na Administração Pública Regional.

A Representação Parlamentar do PCP entende que é uma obrigação do Governo Regional proceder à regularização dos vínculos precários de trabalhadores que exerçam ou tenham exercido funções que correspondem a necessidades permanentes, reconhecendo os direitos a estes trabalhadores.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porque não há um serviço público de qualidade sem trabalhadores motivados, valorizados e em número adequado. Porque a aposta na qualidade do emprego público não é despesa, mas sim um investimento. Porque não há serviços públicos de qualidade sem trabalhadores em número adequado e valorizados nos seus direitos.

O recurso à precariedade para suprir necessidades permanentes dos serviços públicos representa uma desvalorização do trabalho e de generalização da redução dos custos do trabalho, aumentando os níveis de exploração dos trabalhadores.

A precariedade dos contratos de trabalho e dos vínculos vai muito para além da questão laboral; é a precariedade da família, é a precariedade da vida, mas é igualmente a precariedade da formação, das qualificações e da experiência

profissional, é a precariedade do perfil produtivo e da produtividade do trabalho. A precariedade laboral é, portanto, um fator de instabilidade e de injustiça social, que urge combater.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando vimos a esta Assembleia discutir precariedade laboral na administração pública, o que acontece normalmente é o discurso do Partido Socialista a dizer que houve uma grande evolução, que têm consciência que nem tudo está feito e que há muito para fazer e que sabem o que fazer.

Por outro lado, assistimos normalmente também aos anúncios do Governo das vagas disponibilizadas para a administração pública e em 2018 o Governo anunciava que tinha autorizado 762 vagas na administração pública regional, o que não dizia é que 44% destas vagas correspondiam a vínculos a termo resolutivo. Em 2019 o Governo anunciou que autorizava a abertura de 954 vagas, mas o que também não dizia é que parte dessas vagas correspondiam às vagas de 2018 que tinham sido autorizadas e os respetivos serviços não tinham aberto os concursos.

Ora, importa nesta altura perguntar ao Governo como justifica que um serviço reclame junto da Tutela a abertura de determinadas vagas, que logicamente fundamentará como necessidades permanentes na administração pública, estas vagas sejam autorizadas a serem abertas e o próprio serviço não inicia o processo concursal com vista ao provimento desses lugares, Sr. Presidente como o Governo pode justificar isso?

Mas mais, Sr. Vice-Presidente, o Governo vem anunciar a abertura de vagas, vem anunciar o artigo 8.º do orçamento com vista à integração de precários, mas Sr. Vice-Presidente nos últimos cinco anos os precários na administração

pública e serviços e fundos autónomos passou de 1552 para 2262, segundo os números oficiais.

Sr. Vice-Presidente o PSD defende claramente a igualdade de oportunidades no acesso à administração pública. Os programas de integração por mais importantes que sejam e são, por melhores intenções que tenham e têm, não podem ser considerados sistemas regulares de acesso à administração pública.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em boa hora o PSD, e por diversas vezes, veio a esta Assembleia alertar o Governo para que fizesse um levantamento verdadeiro e efetivo das necessidades permanentes na administração pública.

O Sr. Vice-Presidente dizia que o sistema integrado de gestão de recursos humanos tinha essa informação toda e que estávamos à “distância de um click”, a expressão é sua, Sr. Vice-Presidente, e o facto de o Governo, periodicamente, pretender abrir expedientes específicos para a integração de precários...

Deputado Carlos Silva (PS): Devia ter falado no debate anterior!

O Orador: ... significa que das duas uma: ou o sistema não dá essa informação, ou se dá o Governo não utiliza para coisa nenhuma.

Sr. Vice-Presidente é com isso que o Governo alimenta as expetativas, mas também alimenta as frustrações dessas pessoas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e nós compreendemos as frustrações dessas pessoas e daqui uma saudação para todos quantos são detentores de vínculos precários na administração pública. E é grave, é muito grave a atuação de um Governo que diz que integra, mas não consegue combater a precariedade, é grave deixar em suspenso propostas de vida, de famílias que aguardam por uma estabilidade profissional e de vida, por isso o PSD reconhece a intenção nobre desta iniciativa, mas a operacionalização da metodologia, tal como na República, é pouco clara e pouco transparente.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é só conversa então!

O Orador: ... e não coloca todos os açorianos em igualdade de circunstâncias. O PSD defende uma igualdade de acesso à administração pública e um levantamento verdadeiro das necessidades permanentes na administração pública regional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começando pela intervenção do Sr. Deputado Bruno Belo. O Sr. Deputado Bruno Belo conclui na sua intervenção é que aquilo que o Governo dos Açores está a fazer...

Deputado Bruno Belo (PSD):Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): Exatamente! Bem-vindo!

O Orador: ... é exatamente aquilo que deve ser feito. Portanto, o que o Sr. Deputado Bruno Belo acaba por dizer, sem querer dizer, ou dizendo sem reparar que tinha dito é que efetivamente, aquilo que é o caminho seguido pela Região é o caminho correto.

E há aqui dois princípios e dois pilares fundamentais: primeiro princípio fundamental, a realidade da própria administração pública regional em termos de vínculos da administração e os valores que o Sr. Deputado referiu, aliás copiando um comunicado...

Deputado Bruno Belo (PSD):Informação do PSD que está disponível!

O Orador: ... dos TSD's deste fim de semana têm uma questão que o sr. não referiu, estamos a falar incluindo os professores. E o pessoal docente tem um regime completamente à parte, portanto, há que, para falarmos daquilo que estamos aqui a tratar, há que com toda objetividade e com todo o rigor tirar o pessoal docente ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas isso não diminui nada!

O Orador: ... que tem uma legislação à parte e que, para aqui, não é referenciado. Portanto, o número que o sr. falou incluiu o pessoal docente, se calhar não sabia, mas se calhar foi enganado pelos TSD's...

Deputado Bruno Belo (PSD): Não, não fui!

O Orador: ... que disseram esse aspeto falando de coisas completamente diferentes.

Segundo aspeto, vamos à realidade da administração pública regional – dados de final de 2018 –, 94% dos funcionários públicos da administração regional, retirando efetivamente o estatuto de pessoal docente que tem a regulamentação à parte, são com contratos a tempo indeterminado ou a tempo incerto e que apenas 4% são a termo certo e apenas 2% são em regime de prestação de serviços, ou seja, 94% da administração pública regional é a administração pública que não tem vínculo precário, nem a termo certo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Esse é o discurso que o senhor usa sempre!

O Orador: Desafios: encontrar alguma administração pública – no país não existe –, há alguma administração pública na Europa que tem uma taxa de funcionários no quadro e com menos precariedade que a administração pública dos Açores?

Segundo aspeto essencial: não satisfeito com isto,...

Deputado Marco Costa (PSD): Então por que é que os senhor já não fez um diploma?

O Orador: ... nós, em 2017, e porque queríamos ser clarividentes, criámos uma legislação aprovada nesta Assembleia em que todos os trabalhadores que tivessem contrato a termo certo, com mais de dois anos, ou vinte e oito meses em regime de prestação de serviços foram integrados no quadro. Também diziam, na altura, que eram muitos. Sabe quantos, efetivamente, estavam nessas condições e foram integrados no quadro? 79, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor inicialmente dizia que eram mais de 100!

O Orador: ... afinal haviam 79 funcionários públicos com contrato de prestação de serviço contínuo há mais de vinte e oito meses ou contrato a prazo há mais de dois anos. Eram apenas 79.

Segundo aspeto essencial nesta matéria, nós temos seguido o caminho de, efetivamente, anualmente definir com toda a transparência o número de vagas que foram abertas e que correspondem às necessidades efetivas dos serviços, quer sejam as necessidades para contrato sem termo, quer seja a termo, porque existem necessidades a termo quando um trabalhador está de atestado médico...

Deputado Bruno Belo (PSD): Nós percebemos isso!

O Orador: ... precisa de ser substituído, não é substituído por uma pessoa a tempo incerto, não vai para o quadro...

Deputado Bruno Belo (PSD): Nós percebemos isso!

O Orador: ... porque se ela regressar após o atestado médico, ficam dois para a mesma vaga.

Deputado Bruno Belo (PSD): Nós percebemos isso, Sr. Vice-Presidente!

O Orador: ... Portanto, sobre a existência de contratos a termo certo é uma necessidade da administração regional, o que não pode ser usado é do ponto de vista permanente e por isso mesmo, no final de 2017 havia 78 nessas condições que foram regularizados e nós, o ano passado, autorizámos a abertura de 754 vagas ...

Deputado Bruno Belo (PSD): 762!

O Orador: ... e este ano 954, cujo ritmo de abertura pode ser diariamente verificado na Bolsa de Emprego Público dos Açores, onde diariamente são abertos esses concursos e quem verifica diariamente pode ver que diariamente esses concursos tem vindo a ser abertos e da nossa parte nós autorizamos praticamente no mesmo dia a abertura dos concursos a partir do momento em que os mesmos são solicitados porque efetivamente é o desafio que queremos.

E portanto, sobre esta matéria não temos qualquer dúvida que a administração pública dos Açores é, face à administração do país e face a padrões europeus, verdadeiramente exemplar e desafio quem encontre uma administração pública que tenha estas taxas de empregabilidade sem precariedade.

Outro aspeto que eu considero essencial, sobre a proposta do Bloco de Esquerda. Esta proposta, como já foi dito e subscrevo parte daquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Bruno Belo porque há aqui matérias de subjetividade que não fazem sentido. Nós tivemos uma solução própria dos Açores, antecipámos à proposta nacional, aprovámos legislação específica da Região para o caso da Região, cumprimos e executámos na íntegra e portanto, esta matéria para nós é uma matéria que face ao momento em que foi colocada está já resolvida.

O aspeto final que eu acho essencial, programas ocupacionais. Primeiro como foi referido, neste momento nós temos o programa PROSA, que é um programa que tem determinadas características e segundo, o programa CTTS que não é um programa ocupacional, é uma proposta que existe para que as pessoas, enquanto recebem o subsídio de desemprego, em vez de estarem em casa sem trabalhar a receber o subsídio de desemprego, o que a administração pública diz é: se quiser trabalhar, recebe exatamente o mesmo que recebe um trabalhador que estiver a exercer essas funções, cabendo à administração regional pagar a diferença entre o subsídio de desemprego e o montante dessa categoria, para que ao subsídio de desemprego corresponda uma prestação de serviço útil à

sociedade e útil à própria administração fazendo com que o momento em que a pessoa está desempregada, seja um momento para qualificá-lo e para dar-lhe uma oportunidade de integração no mercado de trabalho. É isso que é o programa CTTS do qual nós nos orgulhamos muito.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: Agora, confundir estes programas de apoio específico às pessoas que estão desempregadas como um direito de integração na administração pública regional é duplamente injusto e é claramente inconstitucional.

Nós devemos garantir que o acesso à administração pública regional seja universal,...

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Muito bem!

O Orador: ...que todos tenham o mesmo direito de acesso à administração pública regional, ou seja, se nós integrássemos diretamente estas pessoas o que estaríamos a dizer era a milhares e milhares e milhares de açorianos que também tinham o direito de concorrer à administração pública regional, que não podiam concorrer porque essas pessoas eram privilegiadas face a essas situações.

E o que o Bloco de Esquerda quer trazer aqui é dizer que aqueles milhares de açorianos, ou que também estão desempregados mas não tiveram nestes programas na administração pública, ou que estão na administração local, ou que estão na iniciativa privada, ou que não estão na Região, ou que querem começar a trabalhar, não tenham acesso e igualdade de circunstâncias à administração pública regional porque privilegiamos uns em relação aos outros. E o que nós não queremos é privilegiar ninguém e salvaguardar o princípio da universalidade de acesso à administração pública regional em igualdade de circunstâncias para todos, estejam empregados, desempregados, estejam em programas ocupacionais, estejam a trabalhar na privada, estejam a trabalhar na

pública, estejam onde estiverem, todos devem ter o mesmo acesso e igualdade de circunstâncias de acesso à administração pública regional. É este o princípio que defendemos, é este o princípio que executamos!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu poderia usar da palavra, nesta minha segunda intervenção, para perguntar ao Sr. Deputado Bruno Belo se a integração de precários na Câmara da Ribeira Grande se tinha resultados próximos dos 94% que o Governo apresenta, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é uma obsessão!

O Orador: ...mas não é isso que me interessa ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas posso dizer-lhe!

O Orador: ...nem é isso que vou fazer aqui. Eu levantei-me apenas porque fiquei, e estamos a tratar de precariedade e atendendo às notícias que ultimamente têm vindo a público sobre as pré-reformas, gostaria de questionar ao Sr. Vice-Presidente se esses problemas das pré-reformas tem alguma implicação direta com a integração de trabalhadores na administração pública regional?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes** (*BE*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Secretários Regionais:

Vou começar pelo fim e quando digo pelo fim é por aquela que foi a intervenção do Sr. Vice-Presidente e vou-me concentrar naquela que foi a acusação de inconstitucionalidade relativamente ao nosso Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Em primeiro lugar, se assim fosse e se fosse de uma clara inconstitucionalidade, de certo que a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores não a aceitaria e portanto, não estaríamos aqui a discuti-la.

Mas mais do que isso, se assim fosse até o próprio artigo 8.º do Orçamento da Região para 2017 também seria inconstitucional porque não colocam todos nas mesmas circunstâncias e na mesma plataforma para concorrerem à administração pública, é exatamente a mesma coisa.

Deputado João Paulo Ávila (*PS*): O partido é diferente, Sr. Deputado!

O Orador: Mas eu posso dar mais exemplos, até o próprio PREVPAP aplicado na República...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Os senhores põem em causa a Administração Pública!

O Orador: ... e aplicado também ao poder local, também seria inconstitucional. Aliás o que nós estamos a tentar fazer é uma adaptação à Região do PREVPAP, se a nossa adaptação à Região é inconstitucional então o PREVPAP está mais do que ferido na sua inconstitucionalidade.

Aliás, são algumas das autarquias do Partido Socialista que aplicaram o PREVPAP nas suas próprias autarquias, o PSD também, portanto todas estas autarquias estariam a cometer inconstitucionalidades.

Além destes dois exemplos posso dar mais um: se estes dois exemplos acabam por, digamos que de forma análoga, desconfirmar a acusação de

inconstitucionalidade desta proposta que estamos aqui a discutir, então o que dizer do Decreto Legislativo Regional n.º 3/99/A, de 20 de janeiro que faz isso mesmo? Até faz, se calhar, de uma forma menos igualitária, de forma ainda mais sumária talvez do que no artigo 8.º do Orçamento da Região para 2017.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Os senhores enganam as pessoas!

O Orador: Ora, e veio o Sr. Vice-Presidente para este plenário tentar repetir aquela que é, digamos que, uma “menos verdade_”, que tem vindo a pregar nos últimos tempos, que é que o artigo 8.º do Orçamento da Região para 2017 é uma espécie de aplicação do PREVPAP à nossa realidade regional.

Ora, sabe muito bem que não é isso. Aliás, na Região Autónoma da Madeira foi feito de outra forma, foi aliás inscrito no Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2017 a adaptação à Região Autónoma da Madeira do PREVPAP, que foi depois regulamentado durante o ano de 2017, salvo erro.

Ora, chegando a este ponto, confrontamos com aquele que é um outro argumento fatal do Governo Regional, que é de que não há precariedade, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Ninguém disse isso!

O Orador: ... na há administração pública autónoma, ou se há, é residual. E mesmo havendo casos de falsos recibos verdes são os técnicos de manutenção dos elevadores e coisas assim do género, querendo reduzir os problemas da precariedade a um problema. Ora, não é bem assim e talvez isso tenha a ver com o próprio artigo 8.º do Orçamento da Região para 2017, porquê? Porque peca por defeito em dois aspetos: primeiro, não inclui os beneficiários de programas ocupacionais, que são, e de acordo com aquilo que foi a exposição de motivos do Decreto Legislativo Regional n.º 3/99, o grosso contingente dos precários na administração pública autónoma e se em 1999 era assim, agora também é. E portanto, se formos a ver exemplos de precariedade na administração pública são mais do que muitos, se incluirmos então os

beneficiários de programas ocupacionais são bastante abundantes. E o outro ponto em que o artigo 8.º do Orçamento da Região para 2017 peca por defeito, e que eu anunciei daquela tribuna, é que não submete este processo a uma comissão de avaliação em que estejam lá representados os trabalhadores. São processos sumários em que os trabalhadores não são ouvidos, não são auscultados e portanto, dessa forma é claro que estão criadas as condições para que a “montanha venha a parir um rato”, que foi o caso e vou dar um exemplo muito concreto disso: se o artigo 8.º do Orçamento da Região para 2017 fosse tão determinante no combate à precariedade dentro de portas, neste caso na administração pública autónoma, então os intérpretes de linguagem gestual dos Arrifes não teriam sido um problema como foram há uns meses...

Deputado Carlos Silva (PS): Onde isto já vai!

O Orador: ... e teriam sido integrados e estranhamente não foram incluídos e teriam todas as condições para serem incluídos, no âmbito do artigo 8.º do Orçamento da Região para 2017. É ou não é verdade? É verdade, e portanto teriam tido aqui uma oportunidade para serem integrados e não foram. E não foram por vários motivos que eu posso especular.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Diga lá!

O Orador: O primeiro deles tem a ver com a falta de informação acerca deste processo. Muito provavelmente houve muita gente que não soube sequer que houve essa oportunidade, pronto.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Sabe o artigo do Orçamento?

O Orador: Agora vamos a outros exemplos concretos: nós fizemos um requerimento ao Governo Regional sobre a situação de beneficiários de programas ocupacionais nas escolas.

Sim, porque há muitos conselhos executivos das escolas da Região que nos dizem, e aliás não é só ao Bloco de Esquerda, à várias forças políticas representadas nesta Casa, que se não fossem os beneficiários dos programas

ocupacionais, muito provavelmente, não teriam condições para funcionar e a resposta a esse requerimento nós chegamos à conclusão que, feitas as contas (e essas são informações que nos foram transmitidas pelo próprio Governo Regional) que só nas escolas da Região eram 407 beneficiários de programas ocupacionais e que só não estão aqui mais, sabe porquê Sr. Vice-Presidente? Porque há muitos destes beneficiários de programas ocupacionais que estão a desempenhar funções nestas escolas, que estão ao abrigo de outra entidade promotora, por exemplo as autarquias, e portanto acabam por não estar incluídos aqui, portanto este número peca por defeito (os 407). E temos ainda outros exemplos, recentemente, temos tido notícias de várias greves feitas pelos funcionários da RIAC e que o efeito dessas greves, em termos de encerramento de lojas, só não é maior porque há beneficiários de programas ocupacionais na RIAC que acabam por assegurar o funcionamento de algumas dessas lojas que, de outra forma, seriam encerradas. Essa é outra evidência de que existem sim precários na administração pública autónoma.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Outro exemplo é na Câmara da Ribeira Grande!

O Orador: Mais, então o que dizer da situação, que não é de agora, (que já dura, se calhar, há uma década) de técnicos superiores que apesar de terem contratos com IPSS's desempenham funções lado a lado nas EMAT's e nas equipas de acompanhamento a beneficiários do RSI com funcionários públicos, lado a lado com colegas que são funcionários públicos.

Deputado Bruno Belo (PSD): Temos uma iniciativa sobre isso, Sr. Deputado! Andamos sempre à frente!

O Orador: E estes técnicos superiores estão contratados formalmente por IPSS's, desempenham estas mesmas funções com disciplina e subordinação hierárquica na administração pública, tem acesso inclusive a dados confidenciais abrangidos pelo dever de sigilo dos funcionários públicos e mais

grave ainda, picam o mesmo ponto que os seus colegas da administração pública autónoma picam. Portanto, mais evidências do que estas, de que estes técnicos superiores já deviam ter sido integrados há muito na função pública, eu não sei o que é que falta de mais evidências.

Mais, o próprio Orçamento da Região para 2017 no seu artigo 8.º também é completo porquê? Porque não inclui os funcionários e os trabalhadores do setor público empresarial regional e há a ideia de que no setor público empresarial regional se calhar não há precariedade. Eu vou-lhe dar um exemplo: ainda há algum tempo passei por uma mercearia na vila de Porto Judeu e encontrei um anúncio muito interessante e caricato, um anúncio da EDA cujo título é o seguinte: “prestador de serviço externo de leitura dos contadores de energia elétrica dos clientes de baixa tensão normal”. Então o que é que se pede? Estes trabalhadores serão remunerados mensalmente com base na quantidade de contadores lidos e em serviços prestados. Poderá candidatar-se à celebração do contrato com o objeto referido os candidatos que se enquadrem com o seguinte perfil. E depois acabam por descrever um perfil e todas as condições que dizem respeito a quê? A um trabalhador que terá um horário completo, uma subordinação hierárquica e que será para todos os efeitos um funcionário da EDA e no entanto, não sabemos bem porquê e tudo indica que serão o quê? Falsos recibos verdes! Temos falsos recibos verdes na EDA, aliás peço à Mesa que faça distribuir uma cópia deste anúncio a todos os deputados e deputadas desta Casa.

Documento entregue na Mesa para distribuir a todos os Deputados

O Orador: E vamos falar do futuro e ainda do setor público empresarial da Região. Foi anunciada a intenção, ainda esta semana, de entregar o call center da SATA a uma empresa de outsourcing. Então isso não é mais um sinal de

precariedade e, neste caso, no setor público empresarial? Para onde é que vão os trabalhadores que neste momento prestam esse serviço no call center da SATA? Qual será o destino destes trabalhadores? Serão transferidos para uma qualquer empresa de trabalho temporário? Serão despedidos e colocados de lado e serão contratados os serviços de uma empresa de outsourcing para prestar este serviço com outros trabalhadores?

São perguntas que se impõem e que tem a ver com precariedade também no setor público empresarial da Região. E portanto, há aqui em três, quatro exemplos a prova, mais do que provada, de que subsistem situações de precariedade grave na administração pública autónoma e no setor público empresarial da Região.

O Sr. Deputado Bruno Belo disse e com razão, nisso eu concordo, que o preferível seria que tivessem aberto concursos para admitir pessoal que correspondessem a necessidades permanentes da administração pública autónoma, mas não foi isso que aconteceu...

Deputado Bruno Belo (PSD): Pois, não! Não há um levantamento feito!

O Orador: ... o que aconteceu foi fazer uso de programas ocupacionais para suprir essas necessidades e cometeu-se um erro crasso e por incrível que possa parecer, não é a primeira vez que se comete esse erro, já no final da década de noventa cometeu-se esse mesmo erro e portanto, aqui estamos nós para emendar, mais uma vez, este erro. Tomara que daqui a cinco, dez anos não estejamos nós, ou outro grupo ou representação parlamentar a apresentar uma iniciativa do mesmo género para tentar resolver outros problemas entretanto criados, porque é verdade a precariedade não se resolve com uma única proposta, mas é um contributo e era expectável que todos os grupos parlamentares e representações aqui nesta Casa concordassem com isso e dessem o seu voto favorável a este contributo e dessem assim alguma esperança a pessoas que são precarizadas pela própria administração pública regional e

que pudessem ver uma “luz ao fundo do túnel” e que pudessem ter perspetivas de futuro.

É isso que se pede, nada mais do que isso, mas parece que é sempre muito difícil quando se trata de garantir direitos, não só aos trabalhadores mas, a quem é mais precário nesta terra.

Obrigado, Sra. Presidente!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Pura demagogia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente eu percebo o seu esforço de vir aqui com um “soundbyte” dizer que desafia a ver qual é a administração pública da Europa que tem a taxa de 94% de pessoas nos seus quadros.

Oh Sr. Vice-Presidente esse desafio só pode ser feito depois de todas aquelas vagas que foram autorizadas a serem abertas aos serviços, serem abertas pelos serviços e ser desenvolvido o processo concursal e as pessoas lá colocadas porque o que acontece é que há serviços que solicitaram vagas, foram autorizadas a abertura de vagas, os procedimentos concursais não foram abertos, mas continuam lá pessoas que não estão nos quadros e só depois disso é que o sr. pode vir aqui fazer esse desafio.

Deputado Francisco Coelho (PS): Está a contradizer-se!

O Orador: Sr. ...Não, não, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Vasco, oh Sr. Deputado o Sr. Vice-Presidente há pouco referiu que tinham sido integrados, ao abrigo do artigo 8.º do Orçamento, 79 pessoas, se não me engano. O sr. desafiou-me a dizer se no plano autárquico nos Açores tinham sido integradas pessoas e em que número? Olhe em 20 de novembro de 2018 a Câmara de Ponta Delgada integrou aproximadamente

duzentas pessoas, duzentas pessoas, Sr. Deputado. A Câmara da Ribeira Grande já integrou seis e já aprovou em Assembleia Municipal mais 63 Sr. Deputado.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Porquê?

Há quanto tempo estavam na câmara da Ribeira Grande?

O Orador: Mais, Sr. Deputado, sabe uma coisa? Eu também lhe vou fazer um desafio: diga-me, por exemplo, quantas pessoas a Câmara da Vila Franca integrou dos precários?

Mais Sr. Deputado, mais, Sr. Deputado a Câmara da Ribeira Grande, a Câmara de Ponta Delgada...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... estão nos primeiros lugares do Portal da Transparência, diga-me onde é que está a Câmara de Vila Franca, Sr. Deputado.

Muito obrigado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados

Deputado João Paulo Ávila (PS): 260 criados pelo PSD na Câmara da Ribeira Grande!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Muito objetivamente...

Oh Sr. Deputado Paulo Mendes, nós temos uma diferença significativa, nós achamos que a solução que foi apresentada na Região, aprovada na Região é melhor que a proposta do PREVPAP. E é melhor por uma razão simples, é que aqui que aprovámos nesta Assembleia, o direito à integração no quadro da administração pública regional não está dependente de qualquer comissão de avaliação, não está dependente da subjetividade de qualquer chefia, não está dependente da análise de ninguém de saber se a vaga é permanente ou se não é.

É objetiva, clara e transparente. Quem tem dois anos consecutivos de contrato a termo certo entra no quadro, quem tem 28 meses de contrato de prestação de serviços, entra no quadro, ponto final parágrafo.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

O Orador: Sem qualquer subjetividade, sem qualquer participação de avaliação de sindicatos, de chefias, seja de quem for. Isso é que é objetividade e objetividade é dar a todos o mesmo direito sem análise e eu penso que só por uma questão, vá lá, partidária é que o sr. não concorda com a solução que foi adaptada nos Açores é melhor que a solução nacional. Agora os srs. só têm um problema, é que a solução apresentada nos Açores quando aplicada à prática, a prática e a realidade vêm demonstrar que o argumento que os srs. tinham era uma falácia e não correspondia à realidade. Os srs. só tiveram contra essa solução porque essa solução aplicada à prática com todo o rigor, demonstra que aquilo que os srs. diziam não correspondia à realidade.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: É esse o cerne da questão.

Agora segundo aspeto, Sr. Deputado, eu nunca disse nem assumo que não há precariedade e a precariedade existe e irá continuar a existir sempre, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Naturalmente! Isso nós sabemos!

O Orador: até por uma razão muito simples, porque há muitos lugares da administração pública que os lugares ficam com necessidades que são temporárias. Eu vou dar um exemplo e quero que me deem uma resposta: um sr. deputado que é funcionário público vem exercer a sua função para deputado, tem que ser substituído. Isso corresponde a uma necessidade permanente ou não?

Deputada Graça Silva (PS): Não!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Para o Bloco de Esquerda, sim, pela teoria que defende!

O Orador: Pela sua teoria, sim, para nossa interpretação, não. Mas o facto é que também, e por isso é que nós não entramos na análise subjetiva de necessidades permanentes ou não, com uma subjetividade, para nós é objetivo, quem tem dois anos consecutivos de contrato a termo certo tem direito a entrar para o quadro, independentemente de substituir um deputado, da pessoa estar há dois anos com atestado médico (não saberemos quanto tempo continuará), etc., etc. Para nós o direito e a regra deve ser, dois anos de contrato a termo certo consecutivos deve dar direito ao quadro ou vinte e oito meses de prestação de serviços. E é isso que fizemos em 2017 para regularizar as situações pendentes, por isso é que abrimos anualmente um conjunto bastante vasto de vagas para o quadro da administração pública regional, quer em 2018 o fizemos, quer em 2019 o estamos a fazer.

Em relação ao setor público empresarial, Sr. Deputado vamos esclarecer uma coisa, o setor público empresarial rege-se desde 2007, 2009, agora não sei precisar, pelas regras do Código de Trabalho, ou seja, de acordo com a Lei do Trabalho quem tem um contrato a termo há mais de dois anos consecutivos, automaticamente integra o quadro da empresa e é isso que acontece por lei e por aplicação da Lei do Trabalho.

Portanto, vir para aqui falar no setor público empresarial quando o setor público empresarial não se rege pelas leis em funções públicas e rege-se pelo Código de Trabalho que dá direito automático à integração no quadro a partir de dois anos em contrato em termo certo, é com certeza um desconhecimento da legislação e do enquadramento legislativo.

Uma questão final em relação àquilo que disse o Sr. Deputado João Vasco em relação ao processo de pré-reformas. O processo de pré-reformas nos Açores é um projeto que para nós constitui um pilar fundamental daquilo que é a nossa visão para a administração pública regional. Aquilo que nós pretendemos implementar, aproveitando a legislação que foi criada a nível nacional, é

também nesta matéria criar regulamentação própria definida na legislação nacional com que assegure que não haja subjetividade, intervenção das chefias, tratamento diferenciado e criar regras exatamente iguais para todos aqueles que a partir dos 55 anos e por categoria profissional quiserem ter acesso à pré-reforma, constituindo aí uma opção do trabalhador com regras claras e objetivas e iguais, exatamente, para todos da mesma categoria profissional. E principalmente com duas condições essenciais: primeiro, não terá qualquer penalização para a reforma. Quem aderir à pré-reforma terá exatamente o mesmo valor da reforma que teria se estivesse a trabalhar e segundo, não constitui qualquer encargo para a Região em situação de aposentação, mantendo a Caixa Geral de Aposentações e o Estado a assumir na íntegra os encargos com a aposentação. E essas duas matérias fazem com que esta proposta seja a noite e o dia, ou seja, completamente diferente daquilo que foi o programa Gerações do PSD.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Em primeiro lugar esclarecer esta Casa e acho que convém, que o Bloco de Esquerda votou em sede de orçamento da Região para 2017, na sua especialidade, favoravelmente o artigo 8.º.

Não seja por isso...

E em segundo lugar, esclarecer que o argumento aduzido pelo Sr. Vice-Presidente de que o Bloco de Esquerda seria contra os contratos a prazo. Nós seremos a favor dos contratos a prazo assim que eles se justifiquem, tal como, nós fazemos uma distinção muito clara entre o que são falsos recibos verdes e o que são falsos recibos verdes perfeitamente legítimos, porque há essa diferença

e convém ser feita. Vir aqui confundir uma coisa com a outra é quando falta argumentos de certeza, para discutir aquela que é a real situação da precariedade na administração pública autónoma e na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Bruno Belo (PSD): Graça, e o Sindicato o que é que tem a dizer sobre isso?

Deputado José Contente (PS): E o PSD?

Deputado Bruno Belo (PSD): O PSD já disse, o sindicato da Graça é que não diz nada!

O Orador: E portanto, tendo isso em conta convém clarificar o que realmente está em causa. Ora, quanto ao setor público empresarial regional não poder estar incluído no âmbito desta proposta, mais uma vez, o Sr. Vice-Presidente acaba por desautorizar aquela que foi uma opção da República, quando instituiu o PREVPAP e incluiu o setor público empresarial do Estado.

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): O problema não é meu!

O Orador: Também não estou a ver porquê, portanto não é uma impossibilidade, pode muito bem ser feito basta haver vontade política, que me parece que falta aí por esses lados.

E gostaria de esclarecer a Câmara e acho que seria uma nota interessante e aproveitando as palavras iniciais do Sr. Deputado João Vasco Costa de que esta não é uma preocupação exclusiva do Bloco de Esquerda. E não é, não é de facto uma preocupação exclusiva do Bloco de Esquerda, é uma preocupação, creio eu, de todos os grupos e representações parlamentares aqui nesta Casa. É claro que há vários caminhos que cada um dos grupos e representações parlamentares advoga para alcançar esse fim, disso não tenhamos quaisquer dúvidas, mas o caminho que nós aqui apontamos tem muitas semelhanças àquele que foi o caminho apontado justamente pelo Partido Socialista em finais da década de noventa. Não é por acaso que dali daquela tribuna na minha intervenção inicial,

aquela intervenção inicial foi escrita a “três mãos” e passo a referir, foi escrita pelas minhas próprias mãos em 2019 e foi escrita, curiosamente, por dois antigos Presidentes desta Assembleia, o agora Deputado Francisco Coelho...claro, não foi preciso bastou consultar o diários das sessões dessa época e pelo antigo Deputado e Presidente desta Casa, Dr. Fernando Menezes e justamente nas partes mais, digamos, “sumarentas” da minha intervenção, as partes mais revolucionárias, digamos assim, são aquelas que são, e aqui aproveito para assumir isso mesmo, um plágio daquelas que foram as palavras, quer do Deputado Francisco Coelho, quer do Dr. Fernando Menezes. O que me leva a concluir que o Partido Socialista que no final da década de noventa advogava uma adaptação à Região de uma legislação que provocou grande celeuma na República...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Porque não havia nada cá!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não é verdade! Não havia era nada na Região, agora há!

O Orador: ... porque poderia até ser inconstitucional, mas quando há vontade política torna-se possível muita coisa e era bom que essa muita coisa fosse favorável aos trabalhadores e naquele caso e naquela época até foi. Só é pena que passados quase vinte anos o Partido Socialista se tenha esquecido desse património histórico, ideológico, quem sabe porque na altura estava “verde” no poder e agora está a “cair de podre” no poder.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Deputado Paulo Mendes vamos ser muito claros e objetivos, o sr. não defende mais a luta contra a precariedade na administração pública do que o Governo.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: A precariedade na Administração Pública é uma grande preocupação do Governo, mas não é com palavras, é com atos, é com ações, é com medidas que foram tomadas ao longo dos anos e o sr. referiu bem os anos noventa, pois, eu nunca iria aos anos noventa, o sr. é que chamou, mas é bom saber que nos anos noventa, quando essa acusação foi feita, quantos precários havia na administração pública regional.

Deputado José Contente (PS): Exatamente!

O Orador: É bom saber quantos precários existem agora e eu volto a dizer, nós não queremos precários na administração pública regional, nenhum! E é isso que fizemos e é isso que estamos a fazer com as nossa regras.

Agora, Sr. Deputado eu não tenho problema nenhum em dizer que a solução legislativa que adotamos atempadamente em 2017 dos Açores é melhor que o PREVPAP, muito melhor, por isso é que a defendemos. Porque também é melhor que o PREVPAP porque nos Açores a dimensão dos precários na administração pública regional é substancialmente, repito, substancialmente inferior àquela que se verifica no país e nós podemos criar condições objetivas para regularizar todos aqueles que sejam efetivamente precários e infelizmente, porque existem muitos no país, o país não tem as mesma condições de o fazer, portanto copiar soluções piores, não é um bom exercício de autonomia da nossa Região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Eu bem sei que é uma crítica que pode ser feita a esta proposta de que convinha, e aliás foi uma crítica feita por um sindicato afeto à CGTP Açores, de que primeiro deveríamos passar por uma fase de levantamento daquelas que são as necessidades permanentes nos vários serviços da administração pública autónoma e só depois abrir os concursos para admissão de pessoal por entre todo o universo de precários na administração pública.

Ora, essa é uma crítica que pode ser feita, mas também é uma crítica que pode ser facilmente conformada àquela que é a proposta que nós estamos neste momento a discutir. Porquê? Porque nós poderíamos tentar fazer uma alteração e eu até cheguei a ponderar essa possibilidade, só que a proposta, tal e qual como se apresenta, pode em fase de regulamentação, se assim o Governo Regional o entender, aplicá-la dessa forma. Portanto, essa crítica não poderá ser feita e portanto, esta proposta que estamos agora a discutir e que será votada poderá ser aplicada com muitas semelhanças àquela que foi o processo aplicado no final da década de noventa.

Mas a grande diferença aqui é que na década de noventa a proposta que veio desta Casa foi uma proposta que incluía beneficiários de programas ocupacionais e posso a citar parte da minha intervenção, uma das partes plagiadas dessa intervenção inicial do Deputado Francisco Coelho e que diz assim: “Entendemos por bem propor a esta Assembleia Legislativa Regional para que, dentro da sua competência, adaptasse este diploma nacional no sentido de abranger também, porque os fins e a situação será substancialmente a mesma, um conjunto de pessoas que ao abrigo de programas ocupacionais estiveram a prestar serviço na administração pública regional”, porque esse era o objetivo nos finais da década de noventa. Objetivo distinto daquele que foi o artigo 8.º do Orçamento de Estado da Região para 2017 que não incluía no seu

âmbito beneficiários de programas ocupacionais e que se incluísse, se calhar, estes noventa e poucos candidatos que foram depois admitidos na administração pública...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... autónoma com contrato por tempo indeterminado seriam muitos mais, bastaria essa ligeira diferença no artigo 8.º, incluir lá os beneficiários de programas ocupacionais e tenho a certeza que o resultado teria sido outro.

O problema aqui é que nunca houve vontade para incluir neste âmbito beneficiários de programas ocupacionais e essa vontade deveria ter existido.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Caminhando a passos largos para o final da discussão desta iniciativa eu ouvi as explicações do Sr. Vice-Presidente...

Deputado João Vasco Costa (PS): Tem dúvidas?

O Orador: ... com atenção e também das restantes bancadas, mas continua a subsistir uma dúvida ao CDS.

O Sr. Vice-Presidente disse que das 762 vagas que foram autorizadas, existem algumas que ainda que não foram abertas, por decisão própria dos diferentes serviços – é isso que está aí no relatório. Diz o Sr. Deputado Vasco Costa que se não há necessidade nos serviços era o que faltava o Governo agora estar a forçá-los a abrir vagas quando não há necessidade, falou até, imagine-se, em ingerências! A pergunta que eu faço ao Sr. Vice-Presidente é como é que chegou a este número de 762 vagas porque presume-se que terá sido com o levantamento das necessidades e portanto, se foi feito um levantamento das

necessidades dos diversos serviços, o argumento do Sr. Deputado João Vasco Costa

de que se não houver necessidade nos serviços, não vamos abrir vagas, não colhe e portanto, a pergunta é muito clara, Sr. Vice-Presidente, como é que se chega ao número de vagas autorizadas de setecentas e ...

Oh, Sr. Vice-Presidente em 2018 foram autorizadas 762 vagas para ...

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Quantos concursos foram abertos?

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor é que tem que dizer!

O Orador: O Sr. mais abaixo no relatório diz que destas vagas que foram autorizadas em 2018 existem algumas que não foram ainda abertas por decisão própria dos próprios serviços.

O Sr. Deputado João Vasco Costa...

Deputado Bruno Belo (PSD): Como é que os serviços reclamaram essas vagas?

O Orador: ... diz que não foram abertas porque não há necessidade nos serviços e por isso não se vai estar aqui a forçar.

Bom, como é que se chegou a este número das 762 vagas? Presumo que tenha sido através de um levantamento das necessidades.

A pergunta é só esta: como é que chegaram a este número de vagas?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Começando pelo fim, muito simples: as 752 como as 954 resultam obviamente de solicitação por parte dos serviços, ou seja, os serviços têm até um determinado dia para solicitar as vagas e em face a essa situação verificando o evoluir de cada um dos serviços, o número de pessoas que irão para...e posso

lhe dizer a fórmula, isso é de acordo com a fórmula, quantos trabalhadores é que estão com mais de 65 anos e que irão passar para a aposentação nos próximos dois anos, quantos trabalhadores é que no último ano tiveram mais que oito meses de atestado médico, quantos trabalhadores é que estão em situação, por exemplo, de contrato a termo certo há mais de dois anos e consequentemente justificam a vagas permanentes, quantos trabalhadores é que se aposentaram nos últimos anos e portanto é uma formula e dessa fórmula resulta o número de lugares e isso é praticamente um automatismo, uma folha de cálculo que determina, mas são todos eles solicitados pelos serviços. Agora, não vamos empolar a situação entre aquilo que foi o mapa provisional que foi publicado em março que aquilo que foi autorizado, quando eu disse em janeiro que faltavam algumas, estava a falar numa referência, no máximo, a dez concursos dos setecentos e tal que não tinham sido autorizados por questões operativas dos serviços ou por outras razões que não me cabe a mim justificar, mas essa percentagem que os serviços depois não autorizam é muito pequena porque nós estamos a falar de um mapa que corresponde a uma autorização genérica, é bom dizer que este mapa de autorizações resulta de uma possibilidade da lei, que como sabem a lei do orçamento de estado há uns anos atrás determinou que todos os concursos da administração pública primeiro tinham que ser concursos internos, ou seja, em termos práticos no momento em que a Troika esteve no país criou legislação nacional, todos os concursos eram concursos internos, portanto todos nós sabemos do que é que estamos a falar. Todos os concursos tinham que ter uma primeira fase interna, ou seja, sendo uma fase interna o que é que implicava? Eu abria uma vaga que era uma necessidade permanente, como o primeiro concurso era interno só podia concorrer quem já estava na administração e o que acontecia muitas vezes era, por exemplo, um assistente operacional estava no serviço A, abria a vaga no serviço B, esse funcionário concorria, como não podia concorrer quem estivesse

de fora ficava logo na vaga, na administração regional não entrava mais ninguém, ocupava essa necessidade, mas o sitio de onde ele vinha ficava uma necessidade e isso era uma obrigação da lei. Só o ano passado, por isso, é bom dizer com todo o rigor porque as coisas e isso inclusivamente foi conversado com o Bloco de Esquerda. Muitos, até havendo essa matéria na lei, até 2018, alguns concursos que deviam ser abertos por contrato de trabalho a tempo indeterminado foram abertos por contrato de trabalho a termo certo porque era a única forma de garantir que alguém de fora da administração podia concorrer, porque um contrato a termo certo teria uma primeira fase para os funcionários da administração, mas obviamente quem estava na administração não ia concorrer a termo certo e portanto até 2017, como havia essa obrigação definida no Orçamento de Estado, muitos dos concursos que nós queríamos abrir a tempo indeterminado, foram abertos a termo certo para evitar que fossem concursos apenas onde concorressem quem já estava na administração e se resolvesse um problema de necessidade num serviço, criava no mesmo dia uma necessidade noutra serviço.

A partir de 2018 o Orçamento de Estado permitiu, e nós replicámos depois na legislação regional, criar um mapa anual até ao final de março onde diz, e é isso que estamos a falar, um mapa anual das vagas que podem ser autorizadas logo para concurso externo e as 950 e tal...

Deputado Bruno Belo (PSD): 62!

O Orador: ... não são os concursos todos da administração regional para este ano, são aqueles que ao abrigo desta norma quando se abrem são logo concursos externos onde qualquer pessoa pode concorrer e não apenas os funcionários que já estão públicos. É disto que estamos a tratar e é disto que estamos a falar e portanto, é bom que todos saibamos que matérias é que estamos efetivamente a tratar neste caso.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Mendes:

Estava eu posto em sossego quando V. Exa resolveu ir, e bem, ao baú da história. Eu só fiquei com uma dúvida que, naturalmente havemos de resolver até ao fim desta discussão, penso eu, é se a sua intenção era elogiar-me ou criticar-me? Ainda não percebi, mas havemos de lá chegar. Mas uma coisa é certa, efetivamente como Secretário Regional Adjunto da Presidência do primeiro Governo Socialista desta Região Autónoma e com a pasta da administração pública propus ao Conselho do Governo, na altura, num processo que na altura não foi acompanhado nem coincidente temporalmente com nenhum processo de regularização a nível nacional (tinha havido antes, há dois, três anos) que fossem regularizados os chamados “falsos tarefeiros” e na altura, por razões que já vamos ver a seguir, foram também incluídos os trabalhadores desses contratos PROSA E CTTS com critérios diferentes, na altura três anos, e também para as autarquias locais num processo que culminou no total com a regularização, incluindo também as autarquias locais, de cerca de mil trabalhadores.

O que me parece importante dizer é que tal como se passa com o PREVPAP a nível nacional, tal como se passa com as normas que o Sr. Vice-Presidente do Governo há pouco recordou e bem, que na sua absoluta objetividade foram introduzidas no Orçamento de Estado para 2018, se não estou em erro, o que se passa é que de formas diferentes é certo, tendo em conta um conjunto variável de circunstâncias, por vezes com abrangência orgânica e administrativa maior ou menor, com critérios danos também diferentes, abrangendo ou não os falsos contratos de prestação de serviços, quer ao nível do Governo da República, quer ao nível da nossa Região Autónoma, tem havido por parte de diversos Governos

do Partido Socialista a preocupação, em casos manifestamente comprovados de falsos tarefeiros e de precariedade na função pública, de regularizar essas situações. A verdade é que eu recorro esses impulsos sempre, independentemente das diversas soluções que a realidade concretamente impõe, sempre de Governos do Partido Socialista. Quando me lembro de Governos do PSD lembro-me de disponíveis, era para dispensar, não era para integrar e essa preocupação tem a ver com algo também extremamente importante, para além de uma questão de justiça, tem a ver com uma verdadeira preocupação com o serviço público, com o estado social, com o estado social prestador...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... com o assegurar a educação e a saúde de uma forma positiva e de uma forma cabal a todos os cidadãos. As respostas, reconheço e percebo perfeitamente, variarão de acordo com as diversas circunstâncias. Eu não tenho, naturalmente, a informação privilegiada, que por dever das suas funções o Sr. Vice-Presidente tem acerca da sua situação atual, teria certamente na altura, mas não me custa nada como já foi aqui ventilado acreditar ou quase garantir que certamente não haverão, neste momento, cerca de mil falsos tarefeiros. E portanto, as situações são diferentes, as respostas são também naturalmente diferentes, mas a preocupação, o empenho e os princípios são estes. Variando também naturalmente com a autonomia de que não abdicamos e por isso não temos que ter aqui necessariamente as mesmas soluções que o Governo da República, que mesmo do PS, tenha face a uma realidade que também é diferente face a uma situação encontrada de forma objetiva que também é diferente. E fazemo-lo isso, apenas e só, pela nossa avaliação, fazemo-lo isso quando entendemos que a solução aqui face à realidade é a melhor para resolver a situação e quando esta situação é, para quem apenas se preocupar com isso, aparentemente mais favorável, mais simpática, mas também fazemos

eventualmente quando, podendo não parecer isso, é aquela que melhor se adequa.

E portanto, nesta matéria como noutras, outras que eventualmente merecerão o acordo do Bloco de Esquerda e não a crítica, nós aqui, face à nossa realidade, seguindo esses princípios, essa preocupação com o estado social, com o estado prestador, com a estabilidade dos cidadãos que servem o serviço público é essencial, vamos tomando, assumindo as nossas opções, também em nome da autonomia e com total independência.

Eu gostava de realçar aqui o que me parece importante: há vinte anos o primeiro Governo do Partido Socialista encontrou uma solução para responder a este problema, há um ano e também agora por diversas formas tem encontrado estas soluções e podemos nos orgulhar, como bem lembrou o Sr. Vice-Presidente do Governo, de termos efetivamente, ao nível da administração pública, uma percentagem de pessoas e de funcionários que não pertencem aos quadros que é verdadeiramente baixíssima e isso deixa-nos satisfeitos e isso deixa-nos descansados com a nossa consciência, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso não é um favor também! É uma coisa normal!

O Orador: ... com o nosso programa e com o dever que temos para com os açorianos e para com o estado social.

Muito obrigado!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não há mais inscrições e não havendo vamos passar à votação na generalidade deste Decreto Legislativo Regional:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão;

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar;

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém, façam o favor de se sentar.

Secretário: O projeto de Decreto Legislativo Regional foi rejeitado com 27 votos contra do Partido Socialista, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 do PCP, 18 abstenções do PSD e 4 do CDS-PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

O grupo parlamentar do Bloco de Esquerda procurou trazer a esta Casa uma proposta que desse um enorme contributo para o combate à precariedade na Região e quando falamos aqui em precariedade, falamos sobretudo daqueles que são os mais precários dos precários nesta Região, beneficiários de programas ocupacionais. Estas pessoas foram excluídas daquele que foi um processo que também foi claramente vantajoso, apesar de insuficiente, e que fez parte do Orçamento da Região para 2017. Assim, o Bloco de Esquerda, hoje em 2019, trouxe esta proposta como um contributo para o combate à precariedade e para fazer face àqueles que são os anseios e as esperanças de beneficiários de programas ocupacionais nesta Região, claramente tal e qual como o Partido Socialista em finais da década de noventa quando foi Governo Regional pela primeira vez, também tentou fazer o mesmo, também dando expectativas de futuro e também dando, digamos que, uma vida digna e uma vida digna começa, muitas vezes, por ter um vínculo laboral condigno de acesso a uma carreira e salários também eles condignos e o Partido Socialista em finais da década de noventa fê-lo e nós, agora em 2019, tentámo-lo fazer e infelizmente esta proposta não mereceu o apoio desse mesmo Partido Socialista.

Obrigado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(* **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD absteve-se na votação relativamente a essa iniciativa porque embora considere que a iniciativa do Bloco de Esquerda é nobre, ...

Deputado Carlos Silva (PS): É sempre a mesma desculpa!

O Orador: ... é pertinente também, contudo a metodologia que preconiza não torna o processo mais transparente e mais claro e obviamente que o PSD nunca poderá concordar com a regularidade dos mecanismos específicos para a integração de precários na administração pública. O PSD defende sempre e defenderá que o ingresso na administração pública deverá ser feito por processo concursal normal com uma igualdade de oportunidades entre todos os açorianos.

Muito obrigado, Sra. Presidente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(* **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista, como muito bem foi referido aqui, na esteira da sua preocupação com o estado social e também com a justiça social e com a luta contra a precariedade do trabalho achou por bem votar contra esta proposta de diploma por uma razão muito simples e a razão é tão somente esta: não vale a pena regular aquilo que já está a ser efetuado e com melhores resultados do que aquilo que, como muito bem também foi referido pelo Bloco de Esquerda, com falhas a nível do Continente. E portanto, aquilo que está a ser feito pelo

Governo Regional está a ser bem feito, está-se a caminhar no sentido de reduzir ao mínimo, tanto quanto possível e sempre permanentemente, os números de eventuais precários na administração pública e portanto, não há necessidade de regular aquilo que está a ser efetuado. Dessa forma, considerando extemporâneo esse vosso projeto de decreto legislativo, votamos contra.

Muito obrigado, Sra. Presidente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais declarações de voto vamos então continuar os nossos trabalhos.

Passamos agora ao Ponto 12 da Agenda - **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 29/XI – “Proposta de adaptação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas à Administração Regional da Região Autónoma dos Açores, e quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de outubro, que procede à harmonização na Administração Pública Regional da Região Autónoma dos Açores, dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, sucessivamente alterados pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 33/2010/A, de 18 de novembro, 2/2014/A, de 29 de janeiro e 3/2017/A, de 13 de abril”;**

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, este diploma, como tivemos oportunidade de explicar em pormenor na comissão e penso que não será tecnicamente árido estar a repetir aqui artigo a artigo, visa fazer a atualização daquilo que é a evolução desse enquadramento legislativo no que concerne à Região Autónoma dos Açores, substituindo e atualizando expressões e essencialmente também contribuindo

com matéria que é importante, definindo na Região os mecanismos de competência para situações de comissão arbitral no que concerne a conflitos laborais, que era uma matéria que não havia na Região o seu enquadramento legislativo e estava portanto, remetido para a criação de comissões arbitrais a nível nacional e que para isso davam um outro nível de operacionalidade e uma não dependência dos órgãos da administração pública regional.

De resto, as outras matérias são atualizações, inscrição da BEPA e um conjunto de aperfeiçoamentos que decorre de um horizonte temporal entre o conjunto de outras alterações legislativas que se reflete sobre essa matéria que estava na legislação, foi entretanto atualizada e que nesta legislação, que é uma legislação mais orgânica e mais definidora de princípios, careceu dessa mesma atualização.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Estão abertas as inscrições. Este tempo foi para permitir que se inscrevessem.

Provavelmente não há mesmo inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

O Governo Regional traz-nos uma proposta de alteração a vários diplomas de natureza laboral e com incidência na Administração Pública Autónoma.

Mais uma vez, esta é uma proposta que, apesar de tratar de matéria laboral, não foi precedida de uma negociação coletiva, ao arpejo do estipulado no art. 16.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas que é inequívoco quanto a tal obrigação.

Tanto o SINTAP como o Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas do Sul e Regiões Autónomas alertaram, mais uma vez, para o constante desrespeito por este preceito legal, ao ponto do SINTAP se ter recusado a emitir, quer

presencialmente, quer por escrito, qualquer parecer sobre a proposta que agora discutimos e sobre a qual nos preparamos para votar.

Quanto à proposta em causa, parece-nos que nos traz algumas más novidades entre aquilo que parecem ser meras conformações à legislação da República, o que só por si deixa adivinhar que este é um Governo que, na sua essência, segue a cartilha ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Cartilha?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Agora não há votos de protestos, Sra. Presidente!

O Orador: ... da progressiva desvalorização das carreiras na Administração Pública ao indiferenciá-las e permitindo uma maior precarização dos seus vínculos.

Essa é a principal razão para votarmos contra a presente proposta.

Assim, e começando pelo início, esta proposta procura instituir um princípio de gestão também ao arrepio daquelas que têm sido as boas práticas.

Em vez de uma política de descentralização, optou-se por centralizar cada vez mais a gestão de serviços na figura do membro do Governo com tutela das finanças, descurando as necessidades sentidas pelos serviços.

Uma opção que só se justifica porque se preferem serviços públicos mais baratos, numa perspetiva limitada de curto prazo, com pouco pessoal para garantir uma carga de trabalho cada vez maior e facilitar despedimentos.

Por esse caminho só alcançaremos a degradação dos serviços públicos, má impressão aos cidadãos que são mal servidos.

Saudamos a pretensão de aplicar o regime de afetação dos trabalhadores da Região em funções públicas integrados nos quadros regionais de ilha aos trabalhadores do Serviço Regional de Saúde independentemente da natureza jurídica de emprego e da pessoa coletiva pública. No entanto, colocamos a mesma questão colocada pelo Sindicato, no seu parecer, por escrito.

Porque o Governo Regional não contrata, com devia todos os trabalhadores em regime de trabalho em funções públicas ao invés de ser em contrato individual de trabalho?

À semelhança do sindicato, também estranhamos a afetação temporária a que têm de se sujeitar os trabalhadores em contrato individual de trabalho. Porquê?

Queremos aproveitar a oportunidade para confrontar o Governo Regional com a insistência que tem demonstrado ao negar qualquer pedido de mobilidade intercarreiras.

Tanto quanto sabemos a mobilidade intercarreiras para carreiras e categorias superiores àquelas detidas por quem a requiere foi concretizada na Segurança Social no continente, graças a alterações introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2017. Por cá, tal possibilidade tem sido reiteradamente negada, quer aos trabalhadores da Segurança Social, como para outros. Dado o regime de mobilidade próprio dos trabalhadores da Administração Regional poderá até acontecer o inverso, podendo essa colocação se efetivar para carreiras ou categorias inferiores.

É verdade que para tal ocorra é necessário o acordo do trabalhador, mas esse é um cenário hipotético e despossado de qualquer realismo, pois a relação laboral não é, por natureza, uma relação equitativa.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era muito rapidamente, no âmbito da intervenção do Sr. Deputado Paulo Mendes, para esclarecer duas coisas que eu considero essenciais.

Primeira matéria, oh sr. deputado, em relação à matéria da negociação que referiu, o sr. é um deputado da Assembleia Legislativa da Região Autónoma

dos Açores. O sr. deputado deve saber que a competência legislativa desta matéria é uma competência exclusiva da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. O sr. achava que o Governo devia negociar uma matéria cuja competência não é do Governo, mas da Assembleia, eu pergunto-lhe com toda a objetividade: qual era o resultado dessa negociação? O Governo negocia uma coisa para a qual não tem competência?

Deputado José Contente (PS): Era mais um voto de protesto!

O Orador: Então, eu negociaria com o sindicato, fazia um processo negocial, chegaríamos a um acordo. O Governo não tem competência para aprovar essa legislação, seria remetida para a Assembleia, a Assembleia alterava completamente essa legislação porque a Assembleia é que tem efetivamente competência e qual seria a credibilidade dessa mesma negociação?

O que o sr. deputado está a fazer, se me permite, é desvalorizar o papel nesta matéria da Assembleia, e não vale a pena comparar com o Governo da república porque eu não sou jurista, nem especializado nesta matéria, nem o pretendo ser, mas sei o suficiente para saber que muitas destas matérias da administração pública no continente são da competência legislativa do Governo da República (tem essa competência) e aqui na Região é competência da Assembleia. Portanto, sendo competência da Assembleia é esse exercício do poder negocial é da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e há dois aspetos fundamentais: o Governo não quer...

Deputado José Contente (PS): Ouviu os sindicatos!

O Orador: ... retirar competências à Assembleia como eu espero também que o sr. deputado não queira tirar competências a si próprio.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Membro do Governo:

Este é um processo que logo á partida nasce torto, com o incumprimento da Lei por parte do Governo Regional. O Governo devia ter efetuado um processo de negociação com os sindicatos, como prevê a Lei, ao não o fazer, não cumpriu a Lei.

Para além disso a atual situação laboral vivida na Região Autónoma dos Açores caracteriza-se pelas cada vez mais inadiáveis condições de crescente precariedade vividas pelos trabalhadores e pelo evidente desrespeito pelos seus direitos, uma realidade que tem como principal causa as opções dos sucessivos governos da República que vêm atacando e reduzindo os direitos dos trabalhadores, promovendo a alteração do quadro legal sempre em prejuízo de quem depende da sua força de trabalho, e que tem o seu expoente máximo no Código do Trabalho e na Lei Geral do Trabalho em Funções Publicas.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Mas se, por um lado, as alterações à legislação laboral têm contribuído de forma decisiva para a degradação das condições de trabalho e da vida dos trabalhadores, por outro lado, o incumprimento da legislação laboral contribui igualmente para a preocupante realidade em que vivemos.

As situações de incumprimento da legislação laboral e das regras da contratação coletiva, em matérias como os vínculos contratuais, os horários de trabalho, as condições de saúde, higiene e segurança no trabalho, o trabalho infantil, os direitos de maternidade e paternidade, ou os direitos dos representantes dos trabalhadores assumem hoje uma tal dimensão que não será demais dizer que o combate a estas situações é o combate que se impõe travar contra a recuperação de formas de exploração dos trabalhadores tão características do século XIX.

Por isso para o PCP, mais importante do que adaptar esta ou aquela Lei à Região é reforçar os meios inspetivos, de forma permitir, uma eficaz

fiscalização que possibilite um equilíbrio nas relações de trabalho, como temos vindo a apresentar nesta Casa recorrentemente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

A conflitualidade laboral, por forma da aplicação do Código do Trabalho e da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, tende, de acordo com a OIT — Organização Internacional do Trabalho, a aumentar, sendo por isso absolutamente necessário capacitar as entidades com tarefas e responsabilidades inspetivas com os meios adequados para fazerem face a estas situações. Acreditamos que é possível fazer muito mais no combate as ilegalidades, aos abusos que são cometidos contra quem trabalha

A valorização do trabalho e dos trabalhadores é um eixo essencial de uma política alternativa, objeto e condição do desenvolvimento e do progresso social. A sua concretização exige criar postos de trabalho, travar a sua destruição e combater os despedimentos; assegurar a proteção no desemprego; melhorar o poder de compra dos salários; acabar com os bloqueios à negociação coletiva e repor os direitos retirados; assegurar a estabilidade e a segurança, combater a desregulação dos horários e eliminar a precariedade; a redução dos horários de trabalho.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais ainda?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência:

Eu acho que o Sr. Vice-Presidente continua a querer confundir aquilo que não pode ser confundido. Esta Assembleia tem competências de audição das entidades e não propriamente de negociação coletiva e para que não hajam quaisquer dúvidas basta atender ao que está explicitado no artigo 16.º da Lei

Geral do Trabalho em Funções Públicas que submete à negociação coletiva qualquer proposta de Decreto Legislativo Regional e submete...

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): Quando tem competência legislativa! Esta é da competência da Assembleia!

O Orador: ... a essa obrigação quaisquer Governos Regionais, além do Governo da República.

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): Não! Porque é da competência do Governo da República!

O Orador: e se a acusação que me faz de querer desvalorizar o papel e as competências desta Assembleia, para não fazer aquilo que não pode fazer que é a negociação coletiva, também terá que fazer a mesma acusação à Assembleia da República que também não tem competências para iniciar quaisquer negociações coletivas. Portanto, não faz qualquer sentido aquela explicação que o Sr. Vice-Presidente nos deu aqui e julgo que só serviu para distrair ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não é distrair nada!

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): O Governo Regional não tem as mesmas competência que o Governo da República!

O Orador: ... quem anda mis distraído e quem não está por dentro desta matéria e aliás, não é a primeira vez que esta crítica é feita neste plenário, também não será a primeira vez que será feita certamente e não é exclusivo deste plenários aliás, é uma crítica que é feita pelos próprios sindicatos nas comissões, sempre que há audições, que deveriam ter sido precedidas por negociação coletiva e portanto, o mais triste neste cenário é que infelizmente nós continuaremos a assistir no futuro a situações semelhantes. Quem sabe daqui para amanhã, além do SINTAP, os outros sindicatos ou outra central sindical, acabe também por negar qualquer tipo de parecer, quer

presencialmente, quer por escrito e queríamos evitar esse tipo de protestos que não prestigiam em nada, quer a Assembleia, quer o próprio Governo Regional.

Obrigado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Mendes relativamente a essa sua última declaração, eu não vou comentar de todo porque tenho a certeza que depois de refletir sobre ela, certamente que alterará a sua forma de pensar sobre a quem é que incumbe o quê.

De qualquer forma, parece-nos que relativamente a esta proposta do Governo pegar em legislação avulsa que está dispersa em vários documentos e procurá-la, tentar compilá-la um único documento que regulamenta a matéria, eu parece-me que é um exercício bom no sentido de facilitar o recurso, quer à forma como as regras estão dispostas, quer o recurso a essas mesmas próprias regras, a quem precisa de as consultar e de as perceber. Portanto, eu diria que, se calhar e perdoar-me-ão o neologismo, mas contrariando um bocadinho o “complicómetro” que muitas vezes o Bloco de Esquerda procura introduzir nestes debates, esta proposta o que pretende é simplificar, quer a gestão, quer também a regulamentação existente e esta preocupação do Bloco de Esquerda sistemática já com a descentralização da gestão, neste caso num órgão, eu diria que, parafraseando o sr. coordenador do Bloco de Esquerda, aqui, ainda ontem no plenário, é um bocado sectário, se não, totalmente sectário ou pelo menos um bocado redutor.

Era só isso, Sra. Presidente, certamente que votaremos a favor desta proposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito breve, o Governo traz-nos aqui uma iniciativa legislativa que visa congregar num diploma um conjunto de legislação dispersa.

Obviamente que o PSD vê isso com bons olhos, para além de que aquilo que aqui está é um documento que nos parece que serve os interesses da legislação de trabalho em funções públicas e que obviamente que como qualquer outra legislação e a vida em sociedade como é sempre dinâmica é suscetível de ser alterada quando o PSD e as outras forças políticas o entenderem.

Logo, nesta fase, parece-nos que esse conjunto de elementos que estão aqui, são elementos que dão uma resposta cabal àquilo que é o trabalho em funções públicas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A presente proposta de Decreto Legislativo Regional precede à adaptação à Região da Lei n.º 35/2014 e da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo, bem como procede à alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A que procede na Região à harmonização na Administração Pública Regional dos regimes de vinculação, de carreiras e remunerações em função pública regional.

Ora, o CDS fez aprovar, conjuntamente com o PSD, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas na Assembleia da República, concretizando o objetivo de dotar a administração pública de um diploma que reunisse de forma racional, tecnicamente rigorosa e sistematicamente organizada o essencial do regime laboral dos seus trabalhadores, viabilizando a sua mais fácil apreensão e

garantindo a justiça e equidade na sua aplicação e como tal, nós consideramos natural a adaptação desta legislação à Região.

Para além disso, as presentes alterações visam, entre outros aspetos, estender o estatuto do empregador público aos hospitais da Região e visam adaptar à Região as competências atribuídas em sede legislativa ao Governo Nacional e a outras entidades públicas à organização administrativa pública da Região.

Somos por isso, também na Região, favoráveis a uma sistematização que tenha por objetivos os pressupostos anunciados.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições. Não havendo...

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente seria para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, regressamos às 17 horas e 20 minutos.

Eram 16 horas e 51 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que reocupem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 30 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Tínhamos encerrado o debate na generalidade, por isso vamos então passar às votações.

Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Votação na generalidade, a proposta foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Se o sentido de voto for o mesmo para todos os 14 artigos deste diploma ... Não é.

Há algum conjunto de artigos que possamos votar em conjunto, só para facilitar a votação?

Se for melhor votamos artigo a artigo.

Votamos artigo a artigo então.

Artigo 1.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Artigo 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 abstenções do Bloco de Esquerda e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou colocar à votação em conjunto os artigos 13.º e 14.º que se trata da republicação e da entrada em vigor.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o projeto de decreto legislativo regional foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Encerrámos assim este ponto da nossa Agenda. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto 13: **Projeto de Deliberação n.º 3/XI – “Suspensão dos trabalhos da Comissão Eventual de Inquérito à Rede de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Esta figura regimental rege-se pelos seguintes tempos: o proponente, neste caso o PSD, dispõe de cinco minutos para fazer a apresentação do projeto de deliberação e os restantes grupos e representações parlamentares, querendo, podem também intervir uma única vez até cinco minutos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** *[corte na gravação]*

... uma votação pacífica, atendendo àquilo que se passou ontem em sede de comissão, em que de facto todos os partidos concordaram de forma unânime com esta deliberação, mesmo assim gostava de tecer algumas considerações.

De facto, foi por proposta desta bancada que foi criada esta comissão de inquérito, recordo a 4 de setembro de 2018, e na altura face àquilo que foram as notícias tornadas públicas e divulgadas pela comunicação social face ao alarmismo social também que se gerou na Região, nós considerámos importante avaliar e analisar os procedimentos adotados quer pela Secretaria Regional da Solidariedade Social, quer pela Secretaria Regional da Saúde e pelos vários departamentos do Governo Regional, avaliar o que é que foi a conduta perante aqueles factos e também fazer uma análise e uma avaliação global e geral de toda a Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados da Região com o objetivo de apurar a verdade de forma séria, transparente, pois só assim considerámos que seria importante tranquilizar os açorianos e foi com este propósito que o PSD propôs a criação desta comissão empenhados, repito, em apurar a verdade, em tranquilizar os familiares de alguns dos idosos que

residiam nas instituições visadas e também porque é uma responsabilidade, uma vez que a todos nós foi confiado um voto dos açorianos e, portanto, também temos de zelar pelos seus interesses e disso o PSD não abdica obviamente e foi com este propósito que então decidimos avançar para a criação de uma comissão de inquérito.

No final do mês abril, recentemente, e sete meses após o início dos trabalhos desta comissão, foi-nos comunicado pelo Ministério Público que existiam processos em segredo de justiça e que estando a decorrer, portanto, uma fase de inquérito havia obviamente um conjunto de diligências a decorrer para que se apure ou não a existência de crime.

Ora, uma vez que existe um impedimento legal para que seja efetuada a audição de denunciados ou intervenientes nos respetivos processos e uma vez que estes se encontram em segredo de justiça e uma vez que a audição destes próprios intervenientes nos ditos processos correspondem a diligências necessárias ao apuramento daquilo que são os objetos desta comissão que poderão ou não constar naquilo que será o relatório final que surgirá desta comissão.

Aquilo que nos pareceu que (e ainda ontem em sede de comissão não só o PSD, como todos os partidos) seria de facto mais sensato e mais prudente seria proceder-se assim à suspensão dos trabalhos desta comissão até ao transito em julgado das decisões que encerrem os inquéritos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não senhora!

A Oradora: Repito: das decisões que encerrem os inquéritos.

O PSD já teve oportunidade de publicamente demonstrar a sua insatisfação com aquilo que tem sido a forma sistemática ...

Deputado Carlos Silva (PS): Satisfação ou insatisfação? Não percebi! A senhora disse satisfação?

A Oradora: ... que alguns dos trabalhos desta comissão têm decorrido, porque de facto não nos revemos neste modo de funcionamento, havendo de facto

sucessivos bloqueios ou pela não disponibilização de documentos e, portanto, também gostaria de lembrar que a primeira reunião desta comissão decorreu só após três meses da mesma ter sido constituída e consideramos que se perdeu aqui tempo útil para que todos os trabalhos pudessem desenrolar-se de forma normal.

Além de que, com esta comunicação do Ministério Público e uma vez que o PSD não abdica da audição dos intervenientes, considerando mesmo que as mesmas são essenciais para o desenvolvimento de um trabalho sério e rigoroso, a suspensão dos trabalhos é de facto o mais prudente, repito, como todos os intervenientes ontem, na reunião que decorreu, concordaram.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é o que vamos ver, Sra. Deputada!

A Oradora: Portanto, penso que de forma responsável este é o passo a tomar. Repito que o PSD foi um partido responsável mesmo antes desta comunicação do Ministério Público ao não estar presente em algumas das audições que decorreram, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... portanto, para que não haja aqui uma colisão entre os trabalhos da própria comissão e aquilo que é o trabalho do Ministério Público o mais sensato é mesmo avançarmos com a suspensão dos trabalhos de forma a que no futuro possamos retomá-los e concluir aquilo que foi o propósito desta comissão e aquilo que será, sem dúvida, o importante contributo para tranquilizar os açorianos até que, e posto o fim do inquérito, seja então levantado o segredo de justiça e possamos retomar os nossos trabalhos e concluir as nossas funções.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Artur Lima pediu a palavra para uma interpelação à Mesa.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, para uma interpelação à Mesa exatamente sobre este projeto de deliberação proposto pelo Partido Social Democrata e pedir à Mesa alguns esclarecimentos, nomeadamente quando aqui se considera e vou citar: “considerando que se encontra em segredo de justiça os inquéritos n.º 1734/18.89TPDL e 472180T94JH” se regularmente ou legalmente é possível ter isto aqui, estando isto em segredo de justiça?

Temos dúvidas que isto possa, aliás, por já acontecimentos no passado, em que nós tivemos que omitir alguma informação, eu por mim tenho dúvidas e o Grupo Parlamentar do CDS tem dúvidas quando depois abaixo se considera que são processos crime.

Eu não conheço estes processos. Portanto, o que está aqui referido, eu não sei se isto é regulamentar, se deve estar aqui. Portanto, pedia algum esclarecimento à Mesa sobre essa matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

À data da admissão esta situação não foi considerada e por isso foi admitido. Naturalmente a questão que coloca é pertinente, mas uma resposta imediata sem um parecer dos serviços ... Os serviços de facto não levantaram essa questão, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Excelentes serviços!

Presidente: ... mas penso que efetivamente porque não consideraram essa situação à data da admissão, mas é de facto uma questão que é pertinente que não foi tida em consideração à data da admissão.

Deputado Bruno Belo (PSD): Ninguém conhece o processo! O número não quer dizer nada!

Presidente: Não sei se esclareci, Sr. Deputado?

Sr. Deputado João Paulo Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se há coisas em política que eu não entendo, nem nunca vou entender, esta é efetivamente uma delas.

Deputado Bruno Belo (PSD): Há mais coisas que o senhor não entende!

O Orador: No pedido de deliberação que o PSD apresentou a esta Casa há aqui efetivamente uma divergência de interpretação daquele que é o artigo anunciado.

Deputado Bruno Belo (PSD): A divergência é nossa!

O Orador: “Até o transito em julgado das decisões que encerrem os inquéritos” no nosso entender é muito diferente de que “até ao transito ao julgado da correspondente decisão judicial.” Muito diferente!

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso era o que o senhor queria! O João Paulo Ávila pode dizer o que disser, mas o Sr. Deputado João Vasco sabe mais do que isso!

O Orador: Este é um pedido de deliberação que me deixa com alguma perplexidade, senão vejamos. Senão vejamos!

O Partido Socialista foi o primeiro partido nesta Casa após a divulgação de alegados maus tratos chamou todos os intervenientes da área à Comissão de Assuntos Sociais com caráter de urgência, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... audições estas que ocorreram com total normalidade.

É verdade também que não foi o PS que solicitou a criação desta comissão de inquérito, não foi, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Ah, vá lá!

O Orador: ... mas quando esta comissão de inquérito foi anunciada ...

Deputado Bruno Belo (PSD): O PS já tinha feito tudo!

O Orador: ... alguns dos intervenientes na rede de cuidados continuados e também nos alegados maus tratos que foram transmitidos pela televisão já tinham anunciado em órgãos de comunicação social que iriam proceder de forma judicial relativamente a esta matéria, ou seja, o PSD já sabia que iriam haver processos sobre o mesmo assunto.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: O Partido Social Democrata já sabia que iriam haver processos judiciais, mas mesmo assim, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): E o que é que isso quer dizer?

O Orador: ... mesmo assim, a comissão de inquérito foi criada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Uma comissão de inquérito que viu os seus quesitos aprovados por unanimidade; ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): É verdade!

O Orador: ... uma comissão de inquérito que viu todas as suas diligências aprovadas por unanimidade.

Deputado Bruno Belo (PSD): Em que é que isso colide?

O Orador: Nenhuma, nenhuma audição até agora decorreu de forma anormal. Todos os deputados que têm responsabilidade de se esclarecer para poderem esclarecer os açorianos fizeram-no. O PSD não quis, o PSD abandonou a comissão.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): É um facto!

Deputado Bruno Belo (PSD): Uma deliberação ilegal vossa!

O Orador: Nada, repito, nada impede esta comissão de continuar os seus trabalhos garantindo (garantindo!) o tratamento cuidadoso de toda a informação que nos é facultada (toda a informação que nos é facultada).

Deputada Mónica Seidi (PSD): O senhor já se esqueceu o que é que disse ontem? Não foi isso que disse!

O Orador: Sra. Presidente, o PS teve razão. O PS teve uma atitude responsável. O PS foi o garante da defesa das pessoas que foram ouvidas. O PS foi o garante da defesa de todos os deputados desta comissão. O PS foi o garante da defesa desta Casa ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): E os agendamentos potestativos que tivemos que fazer no início desta comissão?

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e assim continuará a ser.

Por outro lado, Sra. Presidente, temos o PSD. O PSD sabe que os membros da comissão sabem que há pessoas que não poderiam ter sido ouvidas. O PSD sabe e até divulgou ontem na comunicação social ...

Deputado Francisco César (PS): Sem qualquer problema!

O Orador: ... (e pasme-se!) omitindo até toda a verdade, gerando mais confusão do que esclarecimento às pessoas, o PSD – aqueles que abandonaram a comissão, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor não está falando a verdade!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Lamentável!

O Orador: ... que abandonaram as audições – pega agora nos mesmos argumentos e solicitam que esta Assembleia delibere a suspensão com base nos mesmos argumentos que os fizeram abandonar as audições.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Os senhores aprovaram a suspensão ontem!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados do PSD, sejam consequentes.

Deputada Mónica Seidi (PSD): O senhor também!

O Orador: Uma comissão de inquérito que gerou expectativas nas pessoas, nos açorianos e que os senhores querem interrompê-la de forma abrupta, os senhores querem interromper esta comissão de inquérito.

Deputada Mónica Seidi (PSD): O senhor ontem também queria!

O Orador: Sejam consequentes, porque nada nos garante que mesmo segundo a interpretação que o PSD faz ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Tem as transcrições de ontem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado João Paulo Ávila terá de terminar. O seu tempo já esgotou.

Agradeço que termine.

O Orador: Estou mesmo a terminar. Se o PSD me deixar terminar, eu termino já Sra. Presidente.

Eu percebo o incomodo, Sra. Presidente, mas irei terminar a minha intervenção.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sra. Presidente, mesmo para terminar.

Nada nos garante que as condições que os senhores fazem neste pedido de deliberação, mesmo sendo uma interpretação diferente, nada nos garante que esses inquéritos estejam concluídos até ao final desta legislatura.

Deputado Francisco César (PS): É isso mesmo!

O Orador: A consequência desta deliberação é o término desta comissão e com isso não contem com o Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Acabava com a comissão de inquérito!

Deputado Bruno Belo (PSD): Não acabava! Com as alterações que os senhores queriam é que acabava!

O Orador: Sra. Presidente, mesmo para terminar, deixando até uma questão sabendo que é uma pergunta retórica: ou será que os senhores não estão de agrado com as conclusões a que nós temos chegado?

Deputado Bruno Belo (PSD): Já está a tirar conclusões antes da comissão terminar?

O Orador: Os senhores proponentes têm a responsabilidade de levar esta comissão ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... de inquérito até ao fim. Não contem com o PS para terminar com esta comissão.

O PS quer responder aos propósitos desta comissão. O PS quer ficar do lado do esclarecimento, o PS quer o contínuo melhoramento deste mesmo serviço.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é um assunto obviamente delicado ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Eu provooco sempre um descontrolo emocional na bancada do PSD para roubar a expressão ali ao Deputado Luís Rendeiro, mas ninguém ... Fiz-lhe uma copiazita ligeira!

Este assunto é um assunto extremamente delicado e das duas, uma: ou queremos avançar e ter a comissão, apurar o que foi possível apurar, o que é possível apurar com as condicionantes que temos, aliás, como tivemos na comissão de inquérito passada.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Exatamente!

O Orador: Tivemos algumas condicionantes, não chegámos até a ouvir uma determinada entidade, entretanto, nomeadamente, a ATA, porque aconteceu que não a podíamos ouvir e não a ouvimos. Não foi por isso que a comissão não seguiu os tramites normais ...

Deputado Carlos Silva (PS): É verdade!

O Orador: ... e não foi por isso que ela não chegou ao seu fim e não foi por isso que não fizemos o relatório de término da comissão com as conclusões e as recomendações que foram feitas.

Quando ontem (eu não estive na comissão), mas isto não são decisões que se possa imputar ... o Sr. Deputado Jorge Paiva foi à comissão ouvir, mas não para decidir. Naturalmente, Sr. Presidente, ele não foi convocado com esse objetivo e, portanto, depois transmitiu ao seu grupo o que é que se estava a passar.

Depois hoje recebemos isto.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Desde o dia 24 de abril!

O Orador: Sinceramente (claro que já tínhamos ouvido as declarações da Sra. Deputada Mónica Seidi na comunicação social, presumo, que revelando algumas coisas) se o PSD tem intenção de suspender a comissão é porque não quer continuar a apurar as coisas e a fazer o trabalho que compete a este Parlamento.

Deputado Francisco César (PS): É verdade! Essa é que é a questão!

O Orador: Isto é uma verdade.

Mas depois há aqui uma parte jurídica que me parece um bocadinho intrincada, Sra. Presidente (e desculpar-me-á), mas talvez tivesse merecido um olhar mais atento dos serviços. Eu tenho dúvidas e o Grupo Parlamentar do CDS tem dúvidas e por isso mesmo não podemos dar o nosso aval a esta deliberação, porque quando se vem referir processos, têm um número, mas abaixo diz que é processo crime. Está a definir o que é o processo, podia ser um outro tipo de processo qualquer por difamação, por isto, por aquilo, não sei, ... mas está a definir-se que é um processo crime. Eu não sou jurista, Sr. Deputado, nem tenho pretensões a ser, gostaria de ser, mas não sou. Depois considera ainda que existe um impedimento legal: “considera esta deliberação que existe um impedimento legal.”

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não é essa deliberação!

O Orador: Ora, esta Assembleia não considera, nem pode considerar que existe um impedimento legal, mas quanto a nós ainda há um outro argumento que eu gostaria, embora não possa o PSD responder, mas no fim termina: “até ao transito em julgado das decisões que encerrem os inquéritos.”

Deputado João Vasco Costa (PS): Aí é que está a questão!

Deputado Bruno Belo (PSD): Aí é que interessa! Terminava a comissão até ao final da legislatura! Sejam sérios!

O Orador: E agora não sendo ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Bruno Belo (PSD): Sejam sérios!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Depois dos senhores!

O Orador: Depois da bancada do PSD voltar normalmente ao seu estado emocional basal eu vou repetir o que estava a dizer.

Portanto, “até ao transito em julgado das decisões que encerrem os inquéritos.”

Agora, a pergunta que se faz aqui é a seguinte: e se for deduzida a acusação?

Se for deduzida a acusação o que é que nós fazemos?

Deputada Graça Silva (PS): Exatamente!

O Orador: Se as pessoas forem acusadas. Até o telefone toca. (*Risos*)

Era essa a explicação que o PSD teria que nos dar, mas que não pode dar, mas que se for deduzida a acusação e efetivamente estas pessoas, essas entidades forem acusadas, o que é que a comissão faz?

Vai ouvir quem está acusado num processo crime?

Deputada Mónica Seidi (PSD): Já foi ultrapassado!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não tenha dúvidas sobre isso! A vossa decisão é política!

O Orador: É essa a pergunta.

Então não pode ouvir. Não pode ouvir. Se for deduzida a acusação ...

A pergunta que eu faço ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sr. Deputado João Costa, o senhor é jurista e um ilustre jurista, eu sou um humilde deputado desta Casa e, portanto, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor sabe do que é que está a falar?

O Orador: Sei muito do que é que estou a falar. Sei muito bem do que é que estou a falar, como o senhor sabe que eu sei muito bem que eu sei do que é que o senhor está a falar também.

Portanto, nós não nos sentimos confortáveis com isto que vem por aqui abaixo.

A suspensão dos trabalhos devia ter sido pedida por outros motivos ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estou a dizer que não é por isso!

O Orador: Não é por isso, então é porquê, Sr. Deputado?

Quer me fazer alguma acusação?

É porque se quiser, acuse.

Ah! É porque agora se quiser faça favor.

Portanto, seria inédito, acho que seria, depois das pessoas estarem acusadas pelo Ministério Público de um crime esta Assembleia chamá-los para os ouvir exatamente sobre essa coisa.

Deputado Francisco César (PS): Exatamente!

O Orador: Acho que não faz nenhum sentido. Não sou jurista. Portanto, nós, Sra. Presidente, não vamos apoiar esta deliberação, mais uma vez com dúvidas legais sobre matéria que aqui consta e sobretudo por dúvidas legais não vamos dar a aprovação a esta deliberação e achamos que a comissão tem ainda outras atribuições, que pode ainda fazer o seu trabalho e pode ainda continuar o seu trabalho. Depois logo se vê.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui perante uma proposta do Grupo Parlamentar do PSD que se for aprovada permite a suspensão dos trabalhos desta comissão de inquérito, uma comissão de inquérito na qual têm decorrido várias audições, umas mais problemáticas do que outras, mas, sim, verdade têm decorrido; se o processo poderia ter sido mais célere, claro que poderia e deveria ter sido mais célere.

Mas o que está agora aqui em causa é aquele que poderá ser o resultado de um ofício, de um comunicado do Ministério Público quanto ao funcionamento e que poderá ter implicações (e terá de certeza implicações) naquele que será o normal funcionamento desta comissão.

Aqui o principal problema prende-se com aquilo que o Ministério Público nos diz que estaríamos e estamos impedidos de ouvir algumas pessoas chave para esta comissão de inquérito e eu costumo reduzir em dois objetivos amplos esta comissão de inquérito.

Esta comissão de inquérito procura, em primeiro lugar, avaliar aquela que é a Rede Regional (e aqui sublinho Regional) de Cuidados Continuados Integrados. Por outro lado, segundo objetivo não menos importante, procura esclarecer um episódio mediático que ocorreu em julho do ano passado e que de certeza transmitiu alguma celeuma, alguma desconfiança à opinião pública sobre o funcionamento desta rede e muito em concreto a duas das instituições que fazem parte desta rede, a saber: a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo e a Santa Casa de Misericórdia de Ponta Delgada. Julgo que não estou aqui a violar qualquer segredo de justiça, nem qualquer informação que possa estar contida nos ofícios do Ministério Público transmitidos a esta comissão ao referir estas entidades no contexto que referi, porque é do conhecimento público.

Portanto, chegado a este momento nós temos que optar entre concluir nos próximos, digamos, dois meses os trabalhos de uma comissão ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Mês e meio!

O Orador: ... e termos aquele que será inevitavelmente um relatório incompleto. Porquê?

Porque (e repito) estamos impedidos, de acordo com o Ministério Público, de ouvir pessoas que são chave para retirarmos conclusões determinantes acerca quer do funcionamento da Rede Regional de Cuidados Continuados, quer da situação vivida quer na Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, quer na Santa Casa de Misericórdia de Ponta Delgada. Portanto, esta é uma opção que se coloca: ou temos um relatório incompleto, ou optamos por uma suspensão dos trabalhos desta comissão até, e de acordo com aquele que é o objeto resolutivo aqui discutido, suspender os trabalhos desta comissão até transito julgado das decisões que encerrem os inquéritos. Escuso-me a nomear quais são os inquéritos por várias razões.

Bem, nós considerámos que seria mais do que interessante, seria mesmo pertinente que esta comissão tivesse tido acesso a um parecer jurídico para aferir até que ponto o Ministério Público poderá estar neste caso a extravasar as suas competências, porque uma coisa são os objetivos de uma comissão de inquérito nesta Assembleia, que são objetivos pura e exclusivamente políticos, outra coisa são os objetivos de uma investigação do Ministério Público também lícitos, claro como é óbvio, mas vivemos num estado democrático que garante a separação de poderes e, portanto, tal como não se espera que uma Assembleia intervenha naquelas que são as competências e objetivos do Ministério Público, também não se espera que o Ministério Público se imiscua naqueles que são os objetivos e naqueles que são os trabalhos de uma Assembleia.

Deputados Bruno Belo e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: O Grupo Parlamentar do PSD propõe assim suspender esta comissão, mesmo sabendo (e eu penso que o proponente sabe disso, foi acusado disso, mas também sabe) que esta suspensão poderá, na prática, determinar a inviabilização desta própria comissão. Poderá acontecer.

Deputado Francisco César (PS): Exatamente!

O Orador: É um risco que se corre.

Deputado Carlos Silva (PS): Não é um risco! É uma probabilidade!

O Orador: Sem sombra para quaisquer dúvidas. É um risco que se corre.

Agora, também é verdade que foi levantada aqui uma questão, que não deixa de ser importante, que é: a suspensão é até ao transito em julgado das decisões que encerrem os inquéritos o que acontecerá se desses inquéritos forem aduzidas acusações, mas também podemos pensar de outra forma: até poderão resultar destes inquéritos informações por demais pertinentes para a concretização dos objetivos desta comissão de inquérito.

Deputado João Vasco Costa (PS): Está a falar bem!

O Orador: Daí também poder haver interesse na suspensão dos trabalhos desta comissão para quem sabe esperar também por resultados destes inquéritos que poderão ser muito importantes para a concretização dos objetivos desta mesma comissão de inquérito.

Portanto, é também por essa razão que o nosso grupo parlamentar vai viabilizar, vai votar favoravelmente esta pretensão do Grupo Parlamentar do PSD, porque consideramos que, em primeiro lugar, há aqui uma dúvida que se levantou sobre se podemos continuar os nossos trabalhos e aqui continuar os nossos trabalhos passa também por ouvir as pessoas que faltam ouvir e que estão impedidas pelo Ministério Público e para isso é que seria muito importante termos o tal parecer jurídico que nunca chegámos a ter acesso e isso era muito importante ...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... e, em segundo lugar, a qualquer altura depois do encerramento dos inquéritos nós poderemos continuar os trabalhos desta comissão e quem sabe ter mais informações que permitam a esta comissão ter acesso a mais informação e por isso ganharia a comissão tendo acesso a mais informação em vez de termos um relatório daqui a dois meses e meio, ou dois meses, que será sempre um relatório incompleto.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): É melhor do que não ter nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Para uma interpelação tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu ia solicitar que fosse distribuído aos deputados a transcrição da reunião que ocorreu ontem em que consta o sentido de voto de todos os partidos que estavam presentes na reunião.

Presidente: Sra. Deputada, irei requerer então aos serviços que procedam à transcrição para depois ser então disponibilizada.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para solicitar uma resposta a uma pergunta muito simples: nas comissões, sejam elas de inquérito ou não, as decisões que são tomadas em comissão podem ou não ser alteradas em votações de plenário?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ah! Ora aí está!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Foi dirigida uma pergunta à Mesa.

Sr. Deputado João Paulo Ávila para dizer que neste caso concreto a suspensão ou a prorrogação do prazo de qualquer comissão carece é de decisão do plenário, independentemente daquilo que foi decidido na comissão. O plenário é que decide.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Ah! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Pedro Moura pediu a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha interpelação é só no sentido de que a Sra. Presidente já disse que iria distribuir as transcrições. Aliás, na transcrição da reunião de ontem à tarde, nessa transcrição, fica bem patente e eu aliás refiro que daqui não vai sair

nenhum voto, sairá uma indicação e uma tendência do que é que as pessoas pensam sobre determinado assunto.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é possível!

O Orador: Está lá bem explicado que ontem não se votou precisamente nada. Além disso, queria aproveitar esta interpelação para de facto, e através da Sra. Presidente, solicitar, conforme já foi aqui referido pelo Sr. Deputado Artur Lima, que estamos a falar de assuntos delicados e que devia haver uma extrema serenidade e cuidado na abordagem destes assuntos, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... incluindo na comunicação social e acho que ontem já se começou a ultrapassar um bocadinho esse limite.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Fica registada a sua interpelação.

O Sr. Deputado Artur Lima julgo que também pediu a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, eu obviamente não vou desmentir ninguém e muito menos a Sra. Deputada Mónica Seidi, ou o Sr. Presidente da Comissão, ou quem quer que seja.

Agora, se tivesse havido, parece-me, que o bom teria sido que esta suspensão dos trabalhos, como em outras situações foi feita, ou a prorrogação do prazo, etc., etc., era subscrito por todos os grupos e isso aí tinha sido, acho eu, outra coisa, porque votar que vamos adiar a suspensão, até admito que possa ter sido e o Deputado Jorge não o nega, quando isto nos aparece e nos suscita dúvidas jurídicas...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Ora aí está!

O Orador: ... é motivo necessário e suficiente para nós aqui retificarmos a nossa decisão que aliás é sempre retificada no plenário. Portanto, quando isto foi falado na comissão ninguém tinha conhecimento deste documento, pelo menos nós não tínhamos.

Deputada Graça Silva (PS): Ora aí está!

(Neste momento, o Sr. Deputado mostra à câmara o Projeto de Deliberação entregue pelo PSD que está em debate)

Portanto, isto é que nos faz ter dúvidas, isto é que nos faz obviamente não concordar com a deliberação do Partido Social Democrata. O que foi dito na comissão não retiro nem uma palavra ao que disse o Sr. Deputado Jorge Paiva. Agora, isto sim é outra conversa.

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado, sim de facto poderia ter vindo de outra forma, como já veio, mas também poderia ter vindo na forma como veio. Portanto, a admissão nesse caso foi correto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estou a dizer o conteúdo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos votar este projeto de deliberação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O projeto de deliberação foi rejeitado com 27 votos contra do Partido Socialista, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PCP, 19 votos a favor do PSD e 2 votos a favor do Bloco de Esquerda.

Presidente: Encerrámos este ponto da Agenda.

Sra. Deputada Mónica Seidi, pede a palavra para?

Para uma declaração de voto tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD pretendia com este projeto de deliberação salvaguardar e proteger os membros da comissão.

Deputado Carlos Silva (PS): E o CDS e o PCP querem o quê?

A Oradora: O PSD considera essencial os depoimentos de alguns intervenientes que são peças chave neste processo e que estão sob segredo de justiça que a audição destes membros, destes intervenientes são essenciais para o cabal esclarecimento a que esta comissão deve a todos os açorianos e para o apuramento da verdade.

O que hoje aqui assistimos também revela bem uma alteração da postura em pouco mais de 24 horas do que aquilo que foi discutido em sede de comissão. Queremos um Partido Socialista que não quer o apuramento da verdade, queremos um Partido Socialista que não quer salvaguardar os membros da comissão, nem salvaguardar que os nossos trabalhos ...

Presidente: Sra. Deputada, uma declaração de voto.

A Oradora: ... não colidam com aquilo que são os trabalhos do Ministério Público.

Portanto, o PS não quer que se conclua nenhum dos objetos a que esta comissão se propôs.

Deputado Carlos Silva (PS): Isto é uma declaração de voto, Sra. Presidente?

A Oradora: Até ao momento visitámos apenas instituições de São Miguel e da Terceira, portanto, falta concluir ainda um amplo trabalho que duvido que no próximo mês e meio seja capaz de ser concluído.

Deputado Carlos Silva (PS): E suspender para não visitar é a solução!?

A Oradora: Continuam por faltar documentos que esta bancada e que os outros partidos também pediram que continuam por não nos chegar às mãos e,

portanto, há aqui todo um trabalho que continua por fazer e que seria essencial para o cabal esclarecimento da verdade.

Já não é a primeira vez que me manifesto publicamente sobre este assunto e volto aqui a afirmar que os açorianos têm de saber a verdade.

Este chumbo também demonstra bem o desnorte do Partido Socialista e demonstra bem a farsa ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Mónica Seidi, está no âmbito de uma declaração de voto sobre o sentido de voto do PSD.

A Oradora: ... que o Partido Socialista montou para encobrir a verdade aos açorianos. Pois ontem aquilo que era o caminho a seguir, a suspensão dos trabalhos e que foi conversado por todos, hoje já não é verdade.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Temos interpretações diferentes em relação ao que está aí!

A Oradora: Imaginem só que em mais de 24 horas tudo foi alterado.

Não contem com o PSD para isso. O PSD quer apurar a verdade e o PSD quer tranquilizar os açorianos.

Lamento a cambalhota política que hoje aqui assistimos e o PSD está aqui para apurar a verdade e tranquilizar os açorianos.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

(*) **Deputado João Paulo Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra esta deliberação para impedir o fim da comissão de inquérito.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista votou contra esta deliberação para impedir que o Partido Social Democrata acabe com esta comissão.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Nem o senhor acredita nisso!

O Orador: Cambalhota deram hoje, nesta Casa, os proponentes desta comissão.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não vou aqui discutir o que se passou na reunião, nem aceito atestados de cambalhota para baixo ou cambalhota para cima, não entram neste grupo parlamentar, porque o que foi feito também pode ter sido ... e votamos contra porque ninguém conhecia isto e a má fé também podia ter ido já feita, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Ao que isto chegou!

O Orador: ... não o apresentar na comissão e apenas trazê-lo aqui. Isto é que não é uma cambalhota. Isto é desonestidade política.

Quanto ao resto, no ordenamento jurídico chegou ao ponto que os senhores quiseram que chegasse e chegou ao ponto que as acusações que os senhores fazem ... Mas eu não vou responder sequer aos senhores.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Também falámos ontem!

O Orador: Sra. Presidente, votámos contra sobretudo por dúvidas jurídicas e é ou não é verdade que no direito processual penal o arguido ou pessoa contra quem corre o processo é tido como sujeito processual e não como objeto de prova? É ou não é verdade isso?

O que quer isto dizer é que o arguido é visto como uma pessoa dotada de deveres, mas também de verdadeiros direitos de defesa garantidos na Constituição e regulados no Código de Processo Penal.

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é uma declaração de voto?

O Orador: Ora, isto quer dizer que este indivíduo tem entre os seus direitos vamos destacar um: o direito ao silêncio. Portanto, o direito ao silêncio do arguido está garantido no n.º 1, artigo n.º 32 da Constituição da República Portuguesa e concretizado na alínea d), do artigo 61.º do Código Penal Português. Ou seja, o que o senhor pode dizer é: “Eu não falo.”

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Exatamente! É isso mesmo!

O Orador: Portanto, estamos aqui a suspender uma comissão para chegarmos ao ponto da pessoa no seu pleno direito, chamada para ser ouvida: “Este processo está em tribunal, eu tenho o direito de me manter em silêncio.” Portanto, estamos aqui e não serve para nada.

Deputado Francisco César (PS): Não serve para nada!

Deputado Luís Maurício (PSD): Serve, serve!

O Orador: Ou seja, era mais profícuo para apurar a verdade que esta comissão tivesse continuado os seus trabalhos e se tivesse chegado às conclusões que eu julgo que já são bem interessantes de se chegar.

Portanto, o respeito pelos outros, o respeito pelos direitos, liberdades e garantias norteiam este grupo e por isso votámos convictamente contra esta deliberação do PSD.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto.

Encerramos assim este ponto da Agenda e vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto 14 da Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 144/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – Cumprimento da decisão judicial no reconhecimento do vínculo laboral dos trabalhadores da RTP/Açores”**.

Este pedido de urgência é requerido pelo Bloco de Esquerda e eu alerto a câmara que foi já distribuído por todos uma proposta de substituição integral desta iniciativa e por isso a justificação da urgência será feita já ao abrigo desta nova proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, a proposta que hoje trazemos não traz um problema novo a esta Assembleia, infelizmente, e é urgente porquê?

É urgente porque está em causa o produto do trabalho de pelo menos quatro trabalhadores da RTP/Açores, trabalho esse que foi realizado e que ainda não foi auferido e refere-se a trabalho que foi feito antes da sentença, depois da sentença e depois ainda da sentença ter transitado em julgado e refiro-me aqui a uma sentença que ocorreu no âmbito da integração de quatro trabalhadores da RTP/Açores por terem prestado serviço na RTP/Açores durante vários anos ao abrigo daquilo que o tribunal reconheceu como sendo falsos recibos verdes.

Estão em causa, pois, trabalhadores que estão sem salário desde dezembro e que mantêm famílias a seu cargo, agravando-se assim diariamente as suas já graves dificuldades financeiras, bem como o seu bem-estar psicológico.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de na sequência da apresentação feita naturalmente pelo proponente e também na sequência, pelo menos ao nível da substância, das oportunidades que já tivemos ainda durante esta tarde de referir este assunto em substância, designadamente a necessidade que (e neste caso que se trata de uma empresa pública nacional) através da Lei n.º 112/2017 a Assembleia da República e o Governo da República prosseguiram de regularização de falsos vínculos precários e aqui independentemente do estrito cumprimento de todos os formalismos, até por eventual desconhecimento de requerimentos, etc., creio que a realidade que conhecemos nos Açores ao nível da escassez de recursos humanos da RTP/Açores leva-nos de certeza a sabermos, também com a ajuda da decisão judicial que não teve dúvidas que este vínculo era um efetivo e um verdadeiro contrato de trabalho, não temos dúvidas, dizia eu, a constatarmos que é um contrato de trabalho que tem o período de tempo considerado relevante e que indubitavelmente satisfaz necessidades permanentes.

De resto, também é bom lembrar que a própria tutela através da Sra. Ministra da Cultura, que se não estou em erro, numa audição da Assembleia da República a requerimento do Bloco de Esquerda, pronunciou-se expressamente sobre estes casos, reconhecendo-lhes também razão e dizendo inclusive que essa orientação tinha já sido dada por despacho à própria RTP.

Determinado tipo de situações levam a que haja efetivamente também aqui uma urgência prática por parte da vida pessoal destes trabalhadores e nessa medida pensamos que essa urgência deve ser reconhecida, bem como também, aliás onde já entrei, a substância do próprio diploma.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD obviamente que se associa a esta resolução. Lamenta desde já toda a morosidade com que esta situação tem sido tratada na República, na medida em que é uma situação desagradável para os quatro trabalhadores e para as respetivas famílias.

Este é um assunto que de facto desde que foi tornado público os deputados do PSD na Assembleia da República têm questionado e têm denunciado de forma insistente os membros do Governo e recordo que ainda em fevereiro foi entregue uma questão que continua por responder e que já ultrapassou o prazo regimental ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é a urgência! É para justificar a urgência!

A Oradora: ... e que até agora a Exma. Sra. Ministra da Cultura continua sem responder.

A RTP como empresa pública obviamente, e face àquilo que foi a decisão já do tribunal, deveria dar o exemplo e regularizar de imediato a situação destes trabalhadores, ao invés o que a empresa faz é colocar o ónus nos próprios trabalhadores por não terem solicitado a regularização do seu vínculo laboral.

Lamentavelmente esta situação caricata, como já referi, acaba por ser penosa para os trabalhadores e para as famílias que se encontram desde janeiro sem salário.

Portanto, esta é uma situação que nós consideramos de todo urgente e que deve ser resolvida o quanto antes.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Vamos então votar pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A urgência anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sendo assim, vamos então entrar no ponto 15: **Projeto de Resolução n.º 144/XI.**

Então agora dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes para apresentar a iniciativa.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lamentamos ter o nosso grupo parlamentar de submeter a presente iniciativa por quanto esta proposta atende à tentativa de resolução de um episódio de violação insistente do princípio democrático de separação de poderes.

Recordemos que estão em causa quatro trabalhadores que após a decisão do tribunal para que reconhecessem a sua relação laboral com a RTP foram informados por mail de que seriam dispensados por nulidade dos contratos de prestação de serviços que tinham com a RTP, não porque constituíam falsos recibos verdes, mas porque não estavam avalizados orçamentalmente.

Assistimos à situação inusitada de ter o patrão a responsabilizar os trabalhadores pelas suas próprias decisões.

O conselho de administração da RTP teima em não acatar uma sentença judicial que obriga ao reconhecimento de uma relação laboral entre esta empresa pública e quatro trabalhadores na sua delegação na ilha Terceira.

Pese embora o reconhecimento, como não poderia deixar de acontecer, por parte do Ministério da Cultura da sentença, que obriga ao reconhecimento formal da relação laboral entre estes quatro trabalhadores e a RTP e sendo o Ministério da Cultura quem tutela a RTP, na verdade, até agora, estes quatro trabalhadores continuam sem o devido contrato de trabalho.

O futuro destes trabalhadores está longe de estar claro e definido, mesmo após o aparente compromisso assumido pelo Sr. Ministro das Finanças em audição da comissão de trabalho no dia 20 de fevereiro e reconfirmado pela Sra. Ministra da Cultura a 12 de março no sentido da integração destes trabalhadores ou do reconhecimento daquele que é o seu vínculo com a RTP/Açores.

Estamos a 9 de maio e os trabalhadores continuam sem conhecer o seu futuro e não foi dada sequência aos compromissos destes dois ministros e à decisão judicial. Sabemos é que desde março até agora em reunião da Comissão de Cultura, Comunicação e Desporto o Presidente do Conselho de Administração da RTP reduziu a sentença judicial referente a estes quatro trabalhadores a mero comentário, como se os tribunais fossem meros fóruns de debate técnico-jurídico sem que emitam decisões vinculativas.

Grave é igualmente a insistência deste Conselho de Administração da RTP em baralhar o que está realmente em causa. Este é um caso que nada tem a ver com o PREVPAP. É verdade que até poderia ter seguido os trâmites do PREVPAP, mas não foi o caso, porque corria um processo em tribunal para que se reconhecesse a relação laboral em causa.

Ficamos ainda mais preocupados quando temos conhecimento da persistência da RTP em não acatar esta decisão judicial ao ter proposto novos contratos de prestação de serviço para alegadamente justificar os serviços que ainda não pagaram em 2018.

O não cumprimento da decisão do tribunal por parte do Conselho de Administração da RTP é evidente e lesivo de quem foi e continua a ser

prejudicado e objeto de precariedade laboral e essa é a razão subjacente à apresentação desta iniciativa. É, pois, urgente instar o Conselho de Administração da RTP e o Governo da República a darem cumprimento rápido e integral da decisão judicial que reconhece a relação laboral destes quatro trabalhadores com a RTP.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, há casos assim, em que a justificação da urgência, da aprovação da iniciativa está de tal modo embrincada à substância do diploma que eu para sintetizar poderia talvez dizer, embora de uma forma um bocadinho inédita e para não repetir, que faço minhas as minhas palavras de há pouco. (*Risos da câmara*)

E nessa sequência, também naturalmente a respeito da substância por aquilo que já foi dito, o Partido Socialista votará naturalmente a favor desta iniciativa e pensa que mantendo exatamente o mesmo sentido e o mesmo teor a proposta de alteração apresentada pelo BE torna mais rigorosa a questão e até a separação que deve haver (e que há pouco a respeito de outro assunto se referia) entre o poder legislativo e o poder judicial e, por outro lado, também reitera para todos os devidos efeitos que também há já uma decisão do poder político e da tutela sobre este assunto, o que no caso também me parece relevante.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer que não tendo falado na urgência, falo agora na substância e dizer o seguinte.

Politicamente, como bem se lembram todos, e particularmente o Sr. Deputado Francisco Coelho quando era Presidente da CAPAT, nós já questionámos a direção da RTP/Açores, a então direção, sobre estas questões, ouvimos o conselho de administração sobre estas questões, sobre a falta crónica e permanente de pessoal na delegação da RTP e da RDP na Terceira, particularmente e com mais intensidade que se faz sentir, como também exigimos que todas as ilhas tivessem profissionais com o mínimo de formação de jornalismo e que pudessem dar uma resposta atempada e correta naquelas ilhas. Esta Casa sempre fez pugnar por isso, sempre o exigiu, politicamente sempre o pediu e demorou, no caso da Terceira, 20 anos para resolver um caso; em São Miguel também um caso para resolver e agora chegamos a estes casos e mais uma vez nós já tínhamos alertado para isso e chega-se até o tribunal decidir que sim, que esta gente tem de ser integrada, que tem de ser devidamente integrada nos seus postos de trabalho.

Portanto, não é demais também o poder político fazer lembrar mais uma vez que o que está tomado, as decisões que foram tomadas, quer numa esfera, quer noutra esfera.

Portanto, é perfeitamente justo, necessário e urgente não só para as pessoas, mas também para a empresa poder levar a cabo o seu trabalho devidamente, porque às vezes não tem pessoal. Não é uma questão de só integrar por integrar. É integrar porque faz falta, fazem falta à empresa, fazem falta à comunicação social e fazem falta aos açorianos.

Por isso, esses trabalhadores têm que ser integrados, porque eu digo sempre que é fundamental uma comunicação social presente e isenta para uma boa democracia.

Nós defendemos isso, continuaremos a defendê-lo e para isso é preciso que tenha meios, depois é preciso que tenha isenção, depois é preciso que faça devidamente o seu trabalho e depois é preciso também que todo este conjunto seja disponibilizado quer às entidades, quer sobretudo aos açorianos e às açorianas que precisam de informação que se passa sobre as mais diversas atividades que se passam na sua ilha e, portanto, é preciso ter efetivamente jornalistas e pessoal técnico a trabalhar para que os Açores e a sociedade açoriana possa respirar em democracia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por saudar os trabalhadores da RTP Açores presentes no Plenário.

No passado mês de fevereiro demos conta do culminar de uma série irregularidades no funcionamento da RTP Açores através do despedimento de quatro funcionários que estavam com contrato de prestação de serviços.

Como a Comissão de Trabalhadores da RTP defendeu e passo a citar, “isto é um absurdo total e uma claríssima situação de ‘abuso de direito’, dado que é um princípio universal da justiça que nenhum indivíduo ou instituição pode retirar benefício da violação de uma lei”.

Relembramos que estes trabalhadores foram forçados a constituir empresas, mas que são, na prática, trabalhadores ao serviço da empresa que cumprem horários e respondem a uma hierarquia. Esta situação levou a que vários trabalhadores não pudessem ser integrados no âmbito do PREVPAP (Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários).

Considerando que a RTP é uma empresa pública, estas decisões ainda se tornam mais caricatas, este não é um bom exemplo e uma empresa pública não deve tratar assim os seus trabalhadores.

O rumo para o serviço público de rádio e televisão é o despedimento? O rumo é o desmantelamento de um serviço público de rádio e televisão fundamentais, pilares da Democracia?

O PCP considera que não! O que a administração da RTP tem feito é um ataque vil e constante aos seus trabalhadores, seja em quadro nacional ou regional.

É então absolutamente necessário que a empresa cumpra integralmente o extenso e rico conjunto de obrigações de serviço público (de rádio, televisão, arquivo histórico, ligação às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, de favorecimento do lazer, de promoção da cultura, de defesa da língua e da cultura portuguesas... até a defesa da agricultura e do mundo rural) com a qualidade crescente que lhe é exigível, e aproveite a capacidade instalada em meios materiais e humanos que dispõe.

Aos trabalhadores da rádio e televisão pública e aos açorianos, o PCP reafirma que só a luta poderá travar este processo de desmantelamento e de degradação do serviço público.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

São muitos os trabalhadores da RTP Açores que continuam com as suas vidas em suspenso, pois não está resolvida a sua situação laboral.

Um processo que deveria ter ficado concluído em maio e cujo inaceitável atraso tem trazido prejuízos enormes para estes trabalhadores.

Falamos de jornalistas, assistentes, técnicos de som, operadores de câmara, entre tantos outros profissionais que são imprescindíveis para a RTP.

Em toda a RTP é um total de 130 trabalhadores que tiveram já parecer positivo para a sua integração nos quadros da empresa – uma integração efetiva que

tarda em chegar e que tem que ser concretizada, rapidamente, para todos estes trabalhadores.

Mas observamos que está tudo estagnado, não existe resoluções dos processos e os trabalhadores continuam a aguardar uma solução.

Há trabalhadores com decisões judiciais que determinam que estes sejam integrados e o Conselho de Administração da RTP não cumpre.

Depois de se ter iniciado o PREVPAP, o Conselho de Administração da RTP recorreu à contratação de trabalhadores a falsos recibos verdes, o que é inaceitável e cria profundas incertezas na vida destes próprios trabalhadores.

Não se pode combater a precariedade e persistir nas situações de precariedade, como se está a passar na RTP Açores.

Todos os trabalhadores que respondem a necessidades permanentes, que desempenham funções permanentes, que são necessários todos os dias (e é por demais evidente que sem estes trabalhadores a RTP não funcionava) devem ter um vínculo efetivo.

As funções estão lá, sempre. O posto de trabalho também. Falta o vínculo efetivo dos trabalhadores.

Que não se fique pelo caminho e que se garanta estabilidade laboral a todos estes trabalhadores que, há anos, garantem o funcionamento da RTP Açores.

Os trabalhadores não são descartáveis e esta é uma luta que o PCP não abandonará.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Mónica Sedi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Exceccionalmente vou utilizar as palavras do Dr. Francisco Coelho. Faço minhas as minhas palavras atendendo àquilo que também acabei por dizer na apresentação da urgência.

Gostaria apenas de acrescentar de facto toda esta morosidade na condução do processo e na forma como estes trabalhadores continuam sem receber salários desde janeiro, o que não é de todo aceitável.

Gostaria também que ao nível da República se assistisse ao fim deste jogo do empurra entre a Ministra da Cultura e o Ministro das Finanças e que de uma forma célere toda esta situação fosse finalmente desbloqueada.

E esta situação é corroborada também pelo conselho de administração, na pessoa do Dr. Gonçalo Reis, que passo a transcrever palavras suas que diz que “o assunto está nas mãos do Estado”.

Portanto, que de forma célere o assunto se resolva a bem dos trabalhadores.

Lamentamos mais uma vez que o Estado enquanto pessoa de bem não dê então o exemplo.

O PSD obviamente que está do lado dos trabalhadores e votará favoravelmente esta resolução, esperando então que a nível do Governo central, a nível da República, sejam cumpridas todas as obrigações e, como já disse, de forma célere a bem dos trabalhadores e das suas famílias.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Também uma breve intervenção relativamente àquilo que está aqui em causa com esta proposta do Bloco de Esquerda e estando nós a falar da RTP/Açores

também me parece pertinente realçar que a verdade é que o esforço e o trabalho que tem vindo a ser devolvido pelo Governo da República no passado recente no âmbito da capacitação e da melhoria de meios e infraestruturas nos Açores é inegável.

Hoje, felizmente, temos uma evolução significativa naquelas que são as condições de trabalho e as infraestruturas da RTP/Açores na nossa Região tendo em conta os processos de requalificação e de melhoria das sedes quer da delegação de São Miguel, quer da delegação da ilha Terceira e quer também da delegação aqui, na ilha do Faial.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é disso que estamos a falar!

O Orador: A verdade é que falando nós de meios, meios infraestruturais, meios em termos de equipamentos, mas a verdade é que na RTP/Açores, na RTP, eu diria em qualquer estrutura, o meio mais importante, os meios mais importantes são os meios humanos e a verdade é que a questão que é trazida aqui pelo Bloco de Esquerda tem que ser resolvida rapidamente. Já devia estar resolvida. A integração dos quatro trabalhadores na RTP/Açores na delegação, em concreto na delegação da ilha Terceira, já devia estar resolvida e é fundamental que este processo se liberte das amarras burocráticas que possam estar a ser desenvolvidas neste âmbito e que este assunto seja resolvido.

Não sendo esta uma tutela direta do Governo Regional fizemos um conjunto de contatos quer com o Ministério da Cultura, quer com o Ministério das Finanças, quer também com o Conselho de Administração da RTP, SA, transmitindo aquela que é a nossa preocupação, porque não está em causa apenas aquilo que é o cumprimento e o reconhecimento de uma decisão judicial, mas deve estar aqui em causa também aquele que é o reconhecimento de uma opção política que tem de ser reforçada, que é de dotar a RTP/Açores dos meios humanos adequados para que possam reforçar a sua produção própria, para que possam representar devidamente as nove ilhas dos Açores, nas suas diversas dimensões,

para que tenhamos uma RTP/Açores mais forte, que tenhamos uma RTP/Açores melhor preparada para os desafios do futuro e isso se o caminho do reforço e da renovação da infraestruturacão e dos equipamentos está em curso é fundamental obviamente que na base disso tudo esteja o reforço dos meios humanos necessários e este caso, em concreto, representa isso mesmo e na nossa perspetiva é uma matéria que já deveria estar resolvida.

Já demos nota desta preocupação ao Governo da República e esperamos que este assunto esteja resolvido de uma vez por todas muito em breve.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Encerramos assim o debate.

Vamos passar à votacão deste projeto de resolucão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O projeto de resolucão anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao ponto 16 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolucão n.º 145/XI – “Auditorias pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas ao processo de aquisicão do capital social da Sinaga, SA, e ao contrato de aquisicão/leasing do Airbus 330 pela SATA”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós durante a discussão do relatório da comissão de inquerito ao SPER aqui, em fevereiro, tínhamos anunciado que haviam várias matérias que não tinham

ficado suficientemente esclarecidas, nomeadamente aquelas que constam neste momento deste projeto de resolução.

Para nós a questão é importante porquê e é urgente?

Porque há aqui uma cronologia entre o trabalho da comissão, entre tudo aquilo que foi a divulgação pública dos trabalhos da comissão, aquilo que foram as conclusões, aquilo que foram as dúvidas que não só dentro da comissão não geraram consenso, mas que também na opinião pública geraram alguma polémica e preocupação.

Aliás, uma delas, a questão (a segunda que nós solicitamos) do Airbus 330 ainda ontem foi objeto aqui do debate de urgência da Sata de discussão e de dúvidas relativamente aos montantes envolvidos.

Por outro lado, também é do conhecimento que em matéria de auditorias ao Tribunal de Contas, ou projetos de resolução, e temos o caso da última que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda, que baixou à Comissão de Economia e nenhum dos partidos solicitou diligências, ou seja, é uma matéria que em sede de comissão não revela grande vantagem do ponto de vista daquilo que é a decisão dos partidos e neste caso em concreto achamos que isto também é verdade. Ou seja, a Assembleia tem condições de analisar aquilo que é este projeto de resolução, tomar a decisão, independentemente e sem necessidade que tenha de baixar à comissão.

Juntando esses dois aspetos, ou seja, a proximidade de há dois meses desde o fim do trabalho da comissão, daquilo que foi o impacto do trabalho da comissão e o facto de em sede de comissão a análise desses projetos não trazer grandes vantagens, nós propomos e consideramos que é urgente a análise neste momento.

Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há alguma inscrição.

Julgo não haver.

Vamos então votar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência e a respetiva dispensa de exame em comissão, eu dou novamente a palavra ao Sr. Deputado António Vasco Viveiros, agora para apresentar a iniciativa.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência dos trabalhos da Comissão Eventual de Inquérito ao Setor Público Empresarial Regional e Associações sem Fins Lucrativos Públicas, foram identificadas diversas situações cuja avaliação foi manifestamente insuficiente, quer por falta de meios da Comissão, quer pela complexidade técnica das matérias.

Deputado Carlos Silva (PS): Por opção vossa!

O Orador: De entre aquelas situações e, sem esgotar todas elas, consideramos como relevantes as duas seguintes:

- a) **Processo de aquisição de 51% do capital social da Sinaga, SA;**
- b) **Contrato de Aquisição/Leasing do Airbus 330 pela Sata.**

Quanto ao processo de aquisição de 51% do capital da Sinaga as principais dúvidas resultam da existência da recusa do visto pelo Tribunal de Contas com base na existência de condições que não constavam da Resolução do Conselho do Governo que autorizou a aquisição.

Tendo sido posteriormente visada uma nova minuta de contrato excluindo aquelas condições, durante os trabalhos da Comissão Eventual de Inquérito e na

sequência de informação solicitada à Sinaga, constatou-se que aquelas condições afinal foram concretizadas, com benefícios adicionais para o vendedor num montante próximo de 1,8 milhões de euros.

Entendemos que estes benefícios, constituídos por devolução de suprimentos, libertação de avales pessoais e garantias reais, alteraram as condições do negócio e deveriam ter sido considerados no processo de negociação de aquisição do capital, e, potencialmente terão violado a decisão inicial de recusa de visto ao primeiro contrato.

Entendemos, por isso, que se afigura essencial que esta matéria seja objeto de uma auditoria pelo Tribunal de Contas.

Só assim será possível esclarecer, com rigor e isenção, se de algum modo o erário público terá sido prejudicado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quanto ao Airbus A330, o Plano de Desenvolvimento Estratégico do Grupo SATA 2015-2020, previa a substituição das aeronaves A310 por A330.

Com efeito, em março de 2016 a primeira de duas unidades previstas adquirir, inicia a sua operação ao serviço da Sata Azores Airlines.

Porém, alguns meses depois e já com um novo Conselho de Administração, é tomada a decisão de cancelar a segunda unidade.

No início de 2018 é divulgada a informação pela Azores Airlines de que a primeira e única aeronave A330 seria entregue em regime de leasing à empresa Hi Fly, operação que afinal não se concretizou.

Durante os trabalhos da Comissão de Inquérito, em audição no dia 26 de outubro de 2018, o representante do Sindicato Nacional de Pessoal de Voo da Aviação Civil, Dr. Bruno Fialho, afirmou que a opção pelo tipo de aeronave A 330 tinha sido adequada, mas que e cito *“o contrato que foi celebrado com este A330 é um péssimo contrato!”*

No mesmo âmbito, em audição na Comissão de Inquérito, em 30 de outubro de 2018, o Presidente do Conselho de Administração do Grupo Sata, afirmou que o custo de operação daquela aeronave era muito elevado, atingindo um custo, entre rendas e reservas de manutenção, de 12 milhões de euros por ano.

Deputado Carlos Silva (PS): Gastos operacionais!

O Orador: Tendo em conta a complexidade daquele contrato, cuja análise exige para além de conhecimentos específicos, igualmente a comparação com situações semelhantes, afigura-se essencial uma avaliação pelo Tribunal de Contas.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a presente Resolução.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Traz o Grupo Parlamentar do PSD um projeto de resolução que prevê e propõe que sejam solicitadas duas auditorias a duas situações concretas: por um lado ao processo de aquisição do capital social da Sinaga, um processo que já tem alguns anos; e ao contrato de aquisição do Airbus A-330.

Ora, efetivamente são atribuições do Tribunal de Contas que são legalmente acometidas ao controle das receitas e despesas públicas e são os parlamentos, seja a Assembleia da República, sejam as Assembleias Legislativas, os principais destinatários desse mesmo trabalho do Tribunal de Contas.

Não será este o caso propriamente, porque estamos a falar de situações de empresas, empresas públicas, mas também (e aproveito para falar nisto

novamente) muitas vezes o trabalho parlamentar precisa de dados técnicos e o Tribunal de Contas é uma fonte de dados técnicos credível e neste caso de auditorias que ainda têm um valor ainda mais reforçado pela sua análise e pelas suas conclusões. O Tribunal de Contas efetivamente não pode ter um trabalho porque certamente não terá os recursos para analisar com profundidade todas as empresas públicas e todos os serviços públicos com uma regularidade que seria a ideal, mas a existência de uma Unidade de Apoio Orçamental no Parlamento provavelmente poderia servir para algumas das situações, para dar o apoio necessário a algumas das situações que o Parlamento efetivamente necessita de dados técnicos para fazer bem o seu trabalho e basta lembrar e basta referir a situação que está neste momento a acontecer a nível nacional que a Unidade Técnica de Apoio Orçamental tem um papel central no debate político que está neste momento a suceder e que dá um apoio à decisão que é, em nosso entender, fundamental.

Neste caso a auditoria tem e deve ser pedida ao Tribunal de Contas, mas não queria deixar de referir esse aspeto em particular.

Efetivamente o processo da Sinaga, a sua intervenção é uma intervenção pública da Sinaga à data levanta dúvidas e nós julgamos que faz sentido essa auditoria e no que diz respeito à Sata, à questão do leasing daquele avião, do A-330, tendo em conta os valores que estão em causa e tendo em conta a grave situação do Grupo Sata pensamos nós que faz todo o sentido que haja uma análise do Tribunal de Contas a estas duas situações em concreto, quanto mais não seja por uma questão de transparência, de fiscalização das contas públicas, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... da atuação do Governo, porque para além da fiscalização do Parlamento é preciso também que haja em todas as situações que possam gerar qualquer tipo de dúvida uma transparência que seja total para que não

continuem a existir quaisquer tipo de dúvidas e depois cada um dos grupos parlamentares e os açorianos e açorianas em geral farão também a sua avaliação política daquilo que forem as conclusões.

Finalmente, resta-me dizer que perante esta argumentação que acabei de fazer, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda concorda com o projeto de resolução e dará o seu voto favorável.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva tem agora a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O projeto de resolução apresentado pelo PSD tem algumas omissões e também os argumentos que são apresentados não correspondem na generalidade à verdade e passarei a explicar a diante.

Em primeiro lugar, diz que foram identificadas diversas situações, cuja avaliação foi manifestamente insuficiente quer por falta de meios da comissão e isso é completamente falso, porque o PSD objetivamente não quis avaliar algumas ações, não quis pedir mais diligências, não quis ouvir mais entidades, nem sequer quis ouvir, por exemplo, o Tribunal de Contas. Não fez qualquer diligência neste sentido.

Deputado Bruno Belo (PSD): Ouvir o Tribunal de Contas na comissão?

Sr. Deputado Francisco Coelho, ninguém lhe pergunta nada?

O Orador: Portanto, não teve qualquer interesse em aprofundar as matérias em questão. Isso é uma verdade inequívoca.

Depois, o próprio projeto de resolução contém algumas contradições. Contem algumas contradições porque diz que recusou o visto à primeira, porque o valor não estava dentro dos limites, mas a verdade é que o próprio Tribunal de

Contas, na auditoria que fez à intervenção e à aquisição do capital social na Sinaga, diz que o valor que foi pago pelo Governo Regional através da empresa Ilhas de Valor está dentro dos limites que foram calculados e, portanto, também aqui não há qualquer situação a acrescentar e concedeu o visto.

Depois, é o próprio PSD que no seu projeto de resolução diz que a nova minuta de contrato sujeito àquele tribunal, excluindo os referidos benefícios, obteve o respetivo visto.

Portanto, nós não conseguimos compreender como é que o próprio PSD reconhece que foi atribuído o visto ... é verdade que na primeira versão havia informação a mais e o tribunal pediu para alterar o acordo que estava celebrado para retirar alguma informação, mas depois concedeu o visto e isso é tão verdade que a própria RTP/Açores no dia 7 de maio de 2010 diz que a segunda versão do contrato é aprovada e é concedido o visto prévio pelo Tribunal de Contas.

Portanto, nós não conseguimos compreender porque razão é que são apresentados esses argumentos pelo PSD.

É importante recordar que isso refere-se a uma intervenção na aquisição do capital social em 2010 e mais recentemente em 2018 o Tribunal de Contas volta a pronunciar-se sobre a Sinaga.

Portanto, nós não conseguimos compreender aqui o projeto de resolução que é apresentado, porque manifestamente os argumentos apresentados não correspondem à verdade.

Também é dito aqui que houve uma má negociação, mas que por sua vez o Tribunal de Contas diz que o valor pago está dentro do intervalo aceite e, portanto, não se compreende os argumentos apresentados.

Em relação ao contrato com o Airbus A-330 também recorde que este contrato foi objeto de análise pela comissão de inquérito que terminou em janeiro de 2019 e, portanto, também aqui não percebo a proposta do PSD em criar este

projeto de resolução. O contrato foi disponibilizado a todas as Sras. e Srs. Deputados da comissão de inquérito e o PSD simplesmente não quis analisar o contrato.

Não quis analisar o contrato. As razões nós não sabemos, mas não quis. Foi uma opção legítima, é verdade, mas não quis ...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... para provavelmente vir agora fazer um número, uma manobra política a dizer que quer uma auditoria do Tribunal de Contas a este assunto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual manobra política? É o contrato!

O Orador: Portanto, não sei se foi por preguiça, se foi por incompetência, a verdade é que o PSD não quis analisar os assuntos, não quis aprofundar e agora vem aqui, uma vez mais, tentar enganar os açorianos e fazer um número político.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nós já sabíamos e sabemos todos a vontade do PS que essa questão seja aprofundada é nula.

Deputada Mónica Seidi e Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso é evidente há muito tempo. Foi na comissão quando as questões foram colocadas. Agora, o que me faz impressão é que o Sr. Deputado Carlos Silva, que é trabalhador, estuda as matérias, consiga defender aqui de uma forma tão pobre tudo aquilo que se passou e tudo aquilo que é a sequência do processo. É impressionante!

Eu começo pelo princípio. Há um contrato que é recusado pelo Tribunal de Contas e esse contrato é recusado porquê?

Porque para além daquilo que era o valor que constava da resolução do Conselho de Governo que eram 800 mil euros pela compra dos 51% do capital da Sinaga à empresa Dr. Emanuel de Sousa, na minuta do contrato constam condições que não estavam dessa resolução e essas condições totalizavam 1 milhão e 800 mil euros e por isso é que o tribunal recusou. Essas condições eram a devolução de 800 mil euros de suprimentos, não estava na resolução de Conselho de Governo, inclusivamente chegou a haver a possibilidade de ser a própria Ilhas de Valor a adiantar essa devolução até 400 mil euros, eram a libertação de garantias reais ou de avales pessoais da Dr. Emanuel de Sousa e de garantias reais prestadas com imóveis da empresa Dr. Emanuel de Sousa. A questão que aqui se coloca é essa: o que foi aprovado em Conselho de Governo, 800 mil euros, e que o Tribunal de Contas reconheceu que era um valor justo (está aqui, isso é evidente, 800 mil euros), mas na prática o *gap* está no sentido que o vendedor em vez de receber os 800 mil euros que constavam da resolução teve benefícios de 800 mil mais 1 milhão e 800 e esta é que é a dúvida.

Deputado Carlos Silva (PS): Esse é um empréstimo!

O Orador: Portanto, esta questão é a questão essencial e sobre essa questão o Sr. Deputado Carlos Silva ou não quis para ver se passava na sombra, ou não estudou. Portanto, esta é a questão essencial.

Agora, passando para um plano mais prático. É evidente que quem está num processo de compra, em que o vendedor tem responsabilidades pessoais, tem um conjunto de armas que devem ser usadas na negociação e esses argumentos não foram usados.

Deputado Carlos Silva (PS): Por que é que o senhor não quis analisar na Comissão de Inquérito? É que a criaram!

O Orador: Independentemente da resolução (estou a tentar explicar, depois volta a fazer uma intervenção, é muito simples), se essas condições tivessem todas elas sido contempladas na resolução de Conselho de Governo e se o tribunal tivesse visado não havia dúvida nenhuma.

O que aconteceu é que o segundo contrato ...

Deputado Francisco César (PS): Visou duas vezes!

O Orador: ... elimina tudo aquilo que eram as condições ...

Deputado Carlos Silva (PS): Tinha informação a mais!

O Orador: ... que não constavam da resolução do Conselho de Governo, esse contrato é visado porque eliminou tudo aquilo que tinha sido extra resolução de Conselho de Governo, mas depois na prática da gestão da Sinaga essas condições foram contempladas e isto é nós achamos que deve ser investigado e deve ser avaliado pelo Tribunal de Contas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Para além disso, como o senhor sabe, a auditoria que foi feita recentemente, ou em 2017, pelo Tribunal de Contas à Sinaga não tinha como objeto essa questão ...

Deputado Carlos Silva (PS): Aí é que o senhor se engana!

O Orador: ... e diz lá que os 800 mil euros era um valor justo, mas não se pronuncia pela questão dos benefícios adicionais ...

Deputado Carlos Silva (PS): O Tribunal de Contas disse isso assim? O que é que faz parte da avaliação? Os ativos e os passivos!

O Orador: ... e o senhor não se cala porque está incomodado e vai ter de ouvir até ao fim.

O Tribunal de Contas não foi avaliar essa situação. Avaliou a situação financeira da Sinaga, não avaliou aquilo que foram as condições que tinham sido recusadas pelo primeiro visto. E o Tribunal de Contas, basta ver o objeto

da auditoria, entra na página do Tribunal de Contas, tira, tem lá essa informação.

Portanto, o que há aqui é uma vontade da nossa parte, do Grupo Parlamentar do PSD, ...

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor tem direito a informação privilegiada!

O Orador: ... e os açorianos têm direito a isso, que essa questão seja esclarecida pelo Tribunal de Contas.

Quanto ao A-330, ainda ontem tivemos aqui dúvidas por vários partidos da oposição, nós tivemos um contrato e de forma séria e honesta nenhum de nós, membros da comissão teríamos condições para analisar aquele contrato.

Deputado André Rodrigues (PS): Não é verdade!

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor não quis analisar o contrato!

O Orador: Nenhum de nós honestamente teria condições para analisar aquele contrato.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não subestime as outras pessoas!

Presidente: Sras. e Sras. Deputados!

O Orador: Primeiro porque nenhum de nós tem preparação ou experiência para analisar um contrato com aquelas características. Nem era pelo facto de estar em inglês. Não era essa a questão.

Nós entendemos que um contrato tão específico, de uma matéria tão específica, deve ser analisado por especialistas e até admito que o próprio tribunal numa análise daquele contrato tenha que recorrer a especialistas para a sua avaliação, porque não é o contrato per si, é aquele contrato que comparado com outros para situações semelhantes e nós o que defendemos é que os açorianos têm direito a serem esclarecidos sobre isso, quer sobre a questão da Sinaga, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma questão simples!

O Orador: ... quer sobre a questão do A-330 que ainda ontem, não sei se foi o Sr. Deputado Artur Lima que levantou a questão dos 12 milhões de euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu estou esclarecido!

O Orador: Ou seja, nós precisamos de saber se o contrato do Airbus 330 foi um contrato bem negociado, ou mal negociado e se foi mal negociado se houve danos para o erário público.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Se o avião não voa é porque está parado!

O Orador: É um avião que não voa, está parado e tinha um custo anual de 12 milhões de euros.

Portanto, o que nós queremos e aquilo que esperamos desta Assembleia é que viabilize e que dê o direito aos açorianos de saberem a verdade e que sejam clarificados sobre esses dois assuntos.

Recordo ainda o seguinte: o Sr. Deputado António Lima disse e disse bem, o principal destinatário do Tribunal de Contas é o parlamento, quer a nível nacional, quer a nível da Região e esta Assembleia em 20 anos, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Pode falar da auditoria!

O Orador: ... desde que saiu a lei do processo do Tribunal de Contas, desde 1997, tanto quanto sei, pediu uma auditoria à Sata há quatro ou cinco anos, é a auditoria que o Bloco de Esquerda apresentou o projeto de resolução e agora são essas duas e foi a auditoria que o PSD propôs sobre a ARRISCA.

Portanto, em 20 anos são cinco auditorias. Eu acho que é muito pouco, acho que temos de usar este instrumento com mais frequência, ganhando esta Assembleia na sua capacidade fiscalizadora do Governo, que é a nossa função, é uma das nossas funções e aquilo que é a postura do Partido Socialista se quiser colaborar no exercício da democracia viabiliza esta iniciativa e não arranja desculpas sem qualquer mérito intelectual.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Vasco, não é preciso se exaltar. Não se exalte que não há razões para isso.

Sr. Deputado, eu vou fazer uma pergunta e espero a sua resposta honesta, honesta como habitualmente.

Quando se compra uma empresa, compra-se ativos e passivos, certo?

Eu vou aguardar pela sua resposta.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(* **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Essa sua pergunta ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... ainda diminui a qualidade da sua intervenção, porque é evidente que quando alguém está a comprar uma empresa, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas o senhor quer ouvir a minha explicação?

O Orador: ... Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há um conjunto de fatores que estão em cima da mesa de negociação e se é uma empresa em que o seu vendedor tem avales pessoais, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Sim ou não?

O Orador: ... tem património pessoal que está hipotecado a essa empresa e uma empresa que a própria resolução de Conselho de Governo reconhecia que seria encerrada se não fosse vendida, é evidente que é um vendedor que está claramente numa situação fragilizada e, portanto, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Compra-se ativos ou não?

O Orador: ... é evidente que as garantias reais e os avales não são um ativo da empresa, são uma responsabilidade do acionista.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sim ou não?

O Orador: Vou ter que repetir, Sr. Deputado?

Os avales pessoais e as garantias reais prestadas pelo acionista não são um ativo da empresa, foi uma garantia adicional prestada a um financiador. O que está no ativo da empresa são os suprimentos que estavam contabilizados, que são 800 mil euros, estavam no ativo.

Deputado Carlos Silva (PS): Estava no passivo!

O Orador: Estavam no passivo. Tem razão!

Portanto, esse argumento “bom, isto estava tudo na empresa e, portanto, isto não alterava, quando foi fixado os 800 mil já estava. Não é verdade. O senhor sabe que não é verdade e isso revela má negociação e é isso que nós lamentamos. É tão simples quanto isso: o tribunal se analisar a situação e chegar à conclusão que nós estamos errados, nós estamos aqui para reconhecer; se chegar à conclusão que de facto houve má negociação os senhores assumem as responsabilidades políticas daquilo que foi a vossa decisão.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado confirmou que os suprimentos fazem parte do passivo. É verdade que inicialmente enganou-se, mas fazem parte do passivo, tal como as

garantias fazem parte do passivo contingente, conforme deverá saber, ou deveria saber, mas não referiu essa parte.

Portanto, eu vou ler o que diz o artigo 243.º que confirma exatamente isso do Código das Sociedade Comerciais que diz: “Considera-se contrato de suprimento o contrato pelo qual o sócio empresta à sociedade dinheiro ou outra coisa fungível ficando aquela sociedade obrigada a restituir outro tanto do mesmo género e qualidade” e se quiser depois posso distribuir.

Portanto, se o Governo quando compra uma participação, compra ativos e passivos, e ao comprar essa participação a empresa está obriga a devolver os empréstimos que tinha em seu benefício decorre uma obrigação legal, portanto, faz parte do preço de aquisição que foi pago. Isso é perfeitamente aceite e é inequívoco.

O senhor pode não concordar com aquilo que eu digo, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Até eu sei isso!

O Orador: ... mas isso é verdade, o senhor sabe que é verdade e pela experiência que tem deveria saber e não omitir algumas partes só porque lhe dá jeito.

Falou nas garantias, é um passivo contingente; falou nos suprimentos, é um passivo que deve estar registado e tudo isso estava registado e é óbvio que quando o Tribunal de Contas concede um visto a aquisição de uma participação social está claramente a conceder o visto a incluir o pagamento desses passivos. Isso é tão verdade que o pagamento dos suprimentos que foram feitos e foram divulgados no âmbito da comissão que o senhor teve acesso tal como eu resultou de uma ação executiva. Portanto, são as próprias entidades judiciais que obrigaram a Sinaga a pagar os suprimentos. Portanto, não vejo qualquer dúvida.

Por fim, termino dizendo que o senhor sabe tão bem quanto eu que não é preciso esta Assembleia aprovar uma resolução para que o Tribunal de Contas investigue o que quer que seja.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Ora aí está!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então porque é que está na lei?

O Orador: Sabe tão bem quanto eu!

Se o senhor tem provas ou se tem argumentos válidos entregue e será feita a auditoria que for necessária.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então por que é que está previsto na lei a auditoria do Tribunal de Contas?

O Orador: Agora, não venha enganar uma vez mais os açorianos com falsos argumentos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Carlos Silva volta ao mesmo problema e a questão de fundo é essa: o Tribunal de Contas recusou o primeiro contrato porque tinha essas condições. O Tribunal de Contas recusou o contrato que tinha essas condições iniciais, depois foram satisfeitas.

Portanto, se o Tribunal de Contas tivesse exatamente a visão que o senhor está tendo, não tinha recusado o contrato, tinha visado o contrato exatamente nas condições que depois a Sinaga cumpriu. O Governo na altura fundamentou

através da Ilhas de Valor a manutenção daquelas condições e o tribunal ainda assim recusou o visto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas deu o visto ou não deu o visto?

O Orador: Portanto, esta não é verdade, portanto, esta é uma questão essencial.

Deputado Carlos Silva (PS): Verdadeiras ou não? É verdade ou não é verdade? Seja sério também!

O Orador: Socorrer de questões contabilísticas, que estava no balanço, que não estava no balanço ...

Deputado Carlos Silva (PS): É verdade ou não?

O Orador: Aqui a questão essencial é o processo negocial, é alguém que está comprando e tem de utilizar aquilo que são os argumentos e as armas que tem, mas se o Sr. Deputado Carlos Silva quisesse ir pela avaliação patrimonial então dava-lhe um exemplo de outro falhanço que deixámos passar aqui, que é a ação judicial que decorria contra a Sinaga, que não foi tida em conta na avaliação e que gerou o ano passado uma decisão em tribunal que obrigou a Sinaga, ...

Deputado Carlos Silva (PS): É um passivo, Sr. Deputado, e o senhor sabe isso!

O Orador: ... foi dito na audição, a pagar 1 milhão e 800 mil euros.

Portanto, bastava que esse valor tivesse sido considerado na avaliação o sócio vendedor nem tinha recebido um cêntimo que fosse. Portanto, a questão aqui mantém-se. Nós temos consciência que essa matéria precisa de ser avaliada ...

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor não gosta de ser contrariado!

O Orador: ... e temos a certeza que isto é incómodo para o Partido Socialista ...

Deputado Carlos Silva (PS): É tão incómodo que já foi analisada duas vezes!

O Orador: ... que fazem tudo para que não seja avaliada e que não seja auditada pelo Tribunal de Contas.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Temos aqui, portanto, um mix de duas empresas: um mix sobre o A-330 e sobre a Sinaga, digamos que é um açurado aqui que o PSD traz aqui, um dois em um.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu diria empacotado porque a Sinaga já nem açúcar faz, tem é o de pacote!

O Orador: Também está na moda agora o dois em um e, portanto, mas Sr. Deputado António Vasco Viveiros, que eu muito considero pela sua competência técnica, mas, no entanto, devo dizer o seguinte e agradeço que me explique.

Quanto ao A-330 eu não tenho dúvidas nenhuma (e vou começar por aí) e só há um problema: é ele não voar, porque o A-330 tem todas as condições para voar. É um avião que está operacional, que é da Sata, que está certificado e que apenas está parado no Porto por uma má decisão política e que custa este dinheiro.

Porque o que nós temos de fazer e eu já aqui o exigi, já o disse várias vezes, o A-330 é um bom avião, é um avião bom, tem que voar.

Deputado André Rodrigues (PS): É bom! Mais as ingerências!

O Orador: Porque é que ele não voa?

Essa é que é a questão, mas não é o Tribunal de Contas que vai avaliar isso, porque o leasing custa o que custa e está lá no relatório que eu tive o cuidado de ler de quanto é que custa em spares, quanto é que custa em trens, quanto é que custa em reservas de manutenção, está lá bem isto e o Sr. Presidente da Sata confirmou os 12 milhões. Por aquilo que eu somei anda lá perto, porque eu vi

esse relatório três vezes e o grande erro do A-330 não é avaliar se é um mau ou bom contrato, o pior é que o avião não voa, mesmo que o leasing não seja o melhor, que não tenha sido o melhor, mas então tínhamos que avaliar o leasing de todos os aviões da Sata, porque por exemplo também é corrente que o leasing do A-330 por acaso é mais barato do que o leasing do A-320 e o A-320 está a voar. Porque é que não voa o A-330?

Por uma administração incompetente, por um diretor comercial incompetente que não põe o avião a voar. É isso que se passa, é o que se está a passar.

Porque peguem no avião: qual é o impedimento para aquele avião voar?

Má decisão do outro conselho de administração, má decisão deste conselho de administração e má decisão do Governo, obviamente, politicamente responsável por isto. Não é uma questão de ir avaliar se custa mais um milhão ou menos dois milhões. A questão é que custa dinheiro e quando ouvimos aqui (o que eu acho uma enormidade) dizerem que o avião mais vale estar parado do que voar, que dá menos prejuízo parado do que voar, isso é uma enormidade que a Sra. Secretária disse aqui.

Portanto, o problema do avião e que faz falta é que a Sata neste momento ... Aliás, até foi dito que era um bom avião para ficar suplente por alguém. Quer dizer, até se chegou ao luxo de se dizer que o avião era um bom suplente em caso de falhar a frota. Pois a frota falhou com dois A-320 e tem o A-330 parado para voar, pronto para voar e tem várias opções de voar.

A Sata tinha nove tripulações certificadas para A-330, não sei o que é que lhes fez, o tape rating de um avião é fácil de adquirir porque eles já têm a certificação para o avião, tinham de fazer talvez um update num simulador que também não leva muitas horas de voo, portanto, qual é o problema aqui?

É não pôr o avião a voar. Ele custar 12 milhões de euros, mas se estivesse a servir os açorianos e a ganhar dinheiro para mim era excelente. Pôr o avião a voar! Pelo menos para a América do Norte, fazer Açores/ América do Norte. É

o que aquele avião devia fazer em vez de se fazer num A-321, que serve para ir para Boston. Para Toronto já custa mais num bocadinho. Mas o problema é o avião não voar. Não é a questão de ser um mau ou um bom contrato de leasing. A gente já percebeu que até o Sr. Comandante Fialho defendia um A-340, ele até defendia um A-340. Este contrato era um péssimo contrato.

(Aparte inaudível do Deputado António Vasco Viveiros)

O Orador: Está bem, mas se formos a avaliar a Sata, Sr. Deputado António Vasco Viveiros, o senhor diga-me com toda a honestidade que lhe reconheço e com toda a amizade qual é a decisão que a Sata tomou que seja digna de nós a elogiarmos, porque eu não me lembro de nenhuma?

Ultimamente aquilo é um desastre em cima de desastre, é afundação atrás de afundação e a dos 321 Neo que eles agora vêm como se tivessem descoberto a pólvora, a pólvora já estava descoberta há muito tempo, mas curiosamente é o mesmo relatório que diz que o A-330 é bom, é a mesma empresa que depois vem dizer que o A-330 não presta e é o 321 Neo que é bom. Porquê?

Porque foi encomendado desta maneira, porque é isso que a Sata queria, a anterior administração da Sata (essa não tinha diretor geral), e que o A-321 é um excelente avião, é, para as rotas que tem de fazer. O A-330 é um bom avião, é.

É um mau avião? Pois, só a TAP tem 14. Só a TAP tem 14 a voar, a Air France deve ter para aí 200.

A-330/200. Não estou a falar no A-330 Neo, é A-330/200, iguais àquele.

Mais! O A-330 que é da Sata, que a Sata paga, é mais novo do que a maioria dos A-330 da TAP. É mais novo do que a maioria dos A-330 da TAP!

Portanto, o grande erro aqui do Governo e da Sata é não porem o avião a voar. Isso é que é má gestão.

Portanto, não me parece que seja necessário vir aqui com um projeto de resolução, porque nós já avaliámos. O contrato está feito. O problema é pôr o avião a voar. Esse é que é o problema, porque o Tribunal de Contas se me vier dizer: “Ah, estão a pagar mais dois milhões, porque devia ser mais barato, etc., etc. ...”

O avião não está a voar, não serve os açorianos, não serve a diáspora, não serve nada. Está ali parado. Tenho fotografias. Vou ao Porto este fim de semana outra vez, vou fotografá-lo outra vez. Tenho várias fotografias com data aqui do avião lá estacionado no aeroporto Francisco Sá Carneiro. Esse é que é o problema.

Oh, Sr. Deputado António Vasco Viveiros, V. Exa. tem dúvidas que aquele contrato é caro, que custa mais do que o que devia?

Eu não tenho nenhuma dúvida, portanto, não preciso que ninguém me esclareça. É mais caro. Não preciso que o Tribunal de Contas me venha dizer que é, porque é.

Agora vamos fazer aqui uma questão de contenção de danos. Vamos pôr o avião a voar e sobretudo numa altura em que a Sata está com falta de aviões, tem um A-320 (o Tango-Kapa-Kapa) que não se sabe quando é que vem, está com problemas sérios, portanto, aquele avião devia estar a voar, a servir os Açores e os açorianos, a fazer viagens para a América do Norte, para Toronto e para Boston. Este é que é o problema.

Portanto, não tenho dúvidas que é um contrato caro, que foi mal feito, não preciso que o Tribunal de Contas me venha dizer. Esta parte está arrumada e por isso não acho necessário que isso seja necessário fazer-se.

Quanto à Sinaga, como se lembram na comissão de inquérito sempre tive dúvidas da Sinaga, porque sempre achei que aquilo era um ... Mas quando se compra uma empresa (e segundo eu percebo aqui, gostaria que me esclarecesse

neste milhão) o Governo deu 800 mil, mas parece que devia 800 mil ao dono da empresa.

Deputado Carlos Silva (PS): Ele sabe isso! Era um empréstimo!

O Orador: Portanto, quando comprou por 800 mil, teve que pagar ao seu dono os 800 mil que o dono tinha emprestado à empresa. Corrija-me se eu estou errado. O dono tinha feito um empréstimo à sua empresa, que por sua vez vendeu ao Governo.

Até aqui estou certo, não estou?

Depois, o Governo compra por 800 mil, mas havia a dívida para pagar ao homem, o homem não ia ficar sem o seu dinheiro e para isso dá o tal milhão e 600 mil euros. Presumo que é isto que se passa na Sinaga.

Se se passa algo não consigo perceber aqui do seu projeto de resolução e agradecia que o Sr. Deputado António Vasco Viveiros me esclarecesse.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, de facto o senhor é um verdadeiro líder da oposição, sensato nesta matéria. Tenho que reconhecer.

(Risos da Deputada Mónica Seidi)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fica incomodada?

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não!

O Orador: Portanto, as perguntas que fez ao Deputado António Vasco ele irá explicar, como é óbvio, mas eu gostaria aqui de dizer que ...

(Diálogo entre o Deputado Artur Lima e a Deputada Mónica Seidi)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sr. Deputado Luís Maurício, precisa de alguma refeição?

Estava a falar em refeições, se quiser ... Reumatologistas também arranjam.

Sra. Presidente, se eu puder continuar.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas Sr. Deputado Carlos Silva, obrigado!

Não sou o melhor, mas faço o que posso!

O Orador: Podemos tratar disso.

Está a fazer um bom trabalho nesse aspeto.

O que se depreende aqui deste debate é que o PSD está a tentar fazer uma segunda volta das comissões de inquérito. Perante a sua negligência, pelo trabalho desenvolvido nas comissões, vem aqui fazer um projeto de resolução onde com um preâmbulo tenta usar uns argumentos que não conseguiu passar na comissão de inquérito e, aliás, o que aqui se viu hoje ainda há pouco é que o PSD anda a brincar às comissões de inquérito. Numa hora suspende os trabalhos, noutra a seguir tenta apresentar projetos de resolução para dar continuidade àquilo que não quis analisar.

Deputado André Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, realçar que as matéria que constam do projeto de resolução (realçar uma vez mais) já foram amplamente analisadas, amplamente discutidas pelo Tribunal de Contas, pelas comissões de inquérito, foram prestados os esclarecimentos pelos membros do Governo competente e foi o próprio PSD que nem quis ouvir o Vice-Presidente sobre esta matéria.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Portanto, se tanta dúvida tinha ao menos pergunte ao membro do Governo responsável pela área financeira as dúvidas que tinha para serem

esclarecidas, mas isso não importou para dar continuidade agora com esse número do projeto de resolução.

Portanto, em relação ao contrato do A-330 é bom relembrar uma vez mais que foram os deputados do PSD que não o quiseram analisar.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Portanto, nós conseguimos perceber como é que alguém que não quer analisar, nem ler um contrato, quer agora que outros façam o trabalho que ele não soube fazer e isso é inadmissível e andam aqui brincar com as comissões parlamentares, com o dinheiro dos contribuintes. Isso, sim, é de lamentar.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Por fim, devo aqui realçar que quer o Governo Regional, pelos esclarecimentos prestados, quer o Partido Socialista não têm nada a esconder nesta e noutras matérias, porque o assunto foi discutido, foi analisado e não há nada a esconder.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Relativamente ao Sr. Deputado Carlos Silva começo pelo fim.

Não há mais nada a esclarecer, já percebi a sua posição, está num papel difícil de defender o indefensável, mas é isso que tem de defender. Junta e confunde argumentos.

Deputado Carlos Silva (PS): Aparentemente o senhor é que confunde argumentos! Confunde ativos com passivos! O que é que quer que eu faça?!

O Orador: É perfeitamente clara a sua posição e do Partido Socialista, é perfeitamente clara. É desperdício de tempo voltar a repetir os mesmos argumentos.

Quanto ao Sr. Deputado Artur Lima eu retribuo os meus cumprimentos, mas tenho que lhe dizer que neste caso está enganado e está enganado pelo seguinte: se sou capaz de concordar consigo que tecnicamente ou teoricamente um avião deveria estar voando, transportando passageiros de uma empresa que tem falta de frota em vez de estar parado, concordo consigo em absoluto.

Agora, que contrato é este?

Deputado Francisco César (PS): O senhor não sabe porque não quis ler!

O Orador: Que consequências tem esse contrato que a própria administração ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... desde o início cancela a segunda unidade e encosta o avião ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Não tem nada a ver com isso!

O Orador: Cancelou a segunda unidade e encostou-o à primeira oportunidade. Aquele que tinha encostou.

Portanto, é evidente que o avião se estivesse voando, haviam benefícios para a Sata, penso eu, agora se alguém me disser, se o tribunal disser isso, que aquele contrato foi bem negociado, o preço é aquele para aquele tipo de avião naquelas condições, foi bem negociado, ficamos todos descansados e vamos todos concordar consigo que o erro não foi do contrato, o erro foi da administração que não colocou o avião a voar. Estamos todos de acordo.

Mas se o Tribunal de Contas, por outro lado, disser que por aquele contrato, por aquelas condições até fez bem a Sata em não voar, que o prejuízo era maior, ficamos a perceber o grau de gravidade da decisão que foi tomada e, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... portanto, ninguém perde nada com isso.

Quanto à questão daquele contrato e do tempo que tivemos com ele, que nem podíamos retirar da reserva da comissão e tinha de ser analisado em sede de comissão, é evidente que eu tenho toda a humildade para reconhecer que não tenho condições para analisar um contrato de uma área que nunca trabalhei.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, se alguém tem a leviandade de achar que leu a renda a pagar e que sabe, e não sei quê e que tira as suas conclusões ... eu não tenho e tenho a humildade de reconhecer isso. Portanto, nós não tínhamos condições de analisar aquele contrato e por outro lado há as declarações do Dr. Bruno Fialho que diz que o contrato foi um contrato mal negociado.

Portanto, não vem mal nenhum ao mundo que o Tribunal de Contas analise esse contrato.

Quanto à Sinaga se calhar vou ter que repetir alguns aspetos ao Sr. Deputado Artur Lima, mas a verdade é que todas essas condições das obrigações e dos deveres da empresa, suprimentos e garantias, o Tribunal de Contas na primeira minuta recusou essas condições.

Deputado Francisco César (PS): Não recusou nada! Pelo amor de Deus! Disse que pediu informação a mais!

O Orador: Na segunda essas condições não estavam lá, por isso é que o Tribunal de Contas recusou essas condições e a segunda minuta retirou essas condições. A segunda minuta, que foi visada, não tinha essas condições.

Portanto, se o tribunal tivesse visado com essas condições ninguém estava aqui a discutir esse assunto. O que há é um primeiro contrato com essas condições que é recusado e há um segundo em que essas condições são excluídas, mas depois na gestão de área da Sinaga essas condições são satisfeitas. Isso levanta-nos dúvidas e os açorianos merecem que essa situação seja esclarecida.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há uma pergunta que eu gostava de fazer à Sra. Presidente: tendo o contrato de aquisição do A-330, que está aqui a ser referido, feito parte e disponível pela comissão de inquérito que analisou o SPER (tendo estado disponível), teria ou não teria um membro acesso a um documento que foi enviado para análise, Sra. Presidente, ou seja, teria o Sr. Deputado António Vasco Viveiros a disponibilidade ou a possibilidade de analisar um documento que esteve disponível na comissão de inquérito?

Muito obrigado.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Queria, mas não quis!

Deputado António Almeida (PSD): Isso já foi respondido. É porque não havia condições!

Presidente: Obrigada.

Já lhe vou dar a palavra, Sr. Deputado, mas primeiro vou ter que responder e depois provavelmente respondo à sua que é uma interpelação à Mesa, porventura.

O documento se foi entregue na comissão esteve disponível a todos os membros da comissão para consulta.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros é para uma interpelação?

Para participação no debate. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Francisco César, não é correto da sua parte.

Eu podia ter aquele contrato uma semana em casa, tranquilo a analisar, não chegava a conclusão nenhuma.

Deputado José Ávila (PS): Então como é que o senhor sabe?

O Orador: O senhor intelectualmente se for honesto nessa matéria também reconhecia que não tem capacidade para analisar aquele contrato. São matérias específicas, com implicações que nós não chegamos lá.

Nós lemos o contrato, nós revimos o contrato em meia hora, uma hora, e percebi que era matéria que não estava ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor não viu nada!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: E humildemente reconheço que não tinha condições ...

Deputado José Ávila (PS): O senhor viu o contrato ou não viu?

O Orador: ... e desafio alguém que sem ter habilitações e experiência em contratos desses possa tirar conclusões. Eu não tenho. O senhor se tinha eu dou-lhe os parabéns por ter condições para analisar aquele contrato.

Deputado André Rodrigues (PS): Estão lá as copiazinhas todas! É uma questão de analisar!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos ser claros.

A pergunta era clara, mas a resposta também era e é clara.

Deputado Marco Costa (PSD): Então não precisa responder!

O Orador: A comissão de inquérito ao SPER teve acesso ao contrato de aquisição do A-330. Teve acesso. Quem quis pode consultar, quem queria poderia solicitar mais tempo, quem não tinha capacidade para ler podia ter solicitado outros pareceres, podia inclusive antes ter dito: “Nós não só

queremos o contrato do A-330 da Sata, como gostaríamos de pedir a uma empresa que fizesse a interpretação desse mesmo contrato.”

Mas sabe o que é que aconteceu?

Sabe o que é que aconteceu?

O PSD olhou para o contrato, viu e disse assim (nem o abriu): “Não! Não temos capacidade para ler.”

Deputado António Almeida (PSD): Não foi nada disso!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Temos saudades do ex-líder parlamentar dessa bancada!

Deputado Bruno Belo (PSD): Volta André Bradford que estás perdoado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor sabe que isso que está a dizer não é verdade!

O Orador: Sabe o que é que o Partido Socialista fez?

O Partido Socialista no tempo que teve disponível esteve a ler parte do contrato e no tempo em que esteve a ler parte do contrato conseguiu perceber (não foi só o Partido Socialista, o CDS-PP, por exemplo, também parte do contrato) quanto é que era a renda, quanto é que era o custo por hora, quanto é que eram as reservas de manutenção. Mais ainda!

Deputado António Almeida (PSD): É por causa disso que a Sata tem o passivo que tem!

O Orador: Houve ou não houve a possibilidade da comissão ...

Deputado Marco Costa (PSD): Foi o senhor que redigiu esse contrato, não foi?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Vai ouvir-me agora até fim, porque eu tive que o ouvir até fim. É assim que funciona em democracia, Sr. Deputado. Sim!

Deputado Bruno Belo (PSD): Embora o senhor não goste, mas é!

O Orador: É assim que funciona a democracia. Eu ouvi o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, o Sr. Deputado António Vasco Viveiros e os seus colegas, infelizmente, vão ter que me ouvir até ao fim. É esse o respeito que nós todos devemos uns aos outros.

Nós tivemos o cuidado e a possibilidade de ter todos os esclarecimentos possíveis.

Houve a possibilidade de perguntar ao Presidente da Sata os custos, houve a possibilidade de perguntar aos anteriores presidentes da Sata os custos, houve a possibilidade de perguntar ao Sr. Vice-Presidente, por exemplo, os custos. Nem quiseram ouvir o Vice-Presidente do Governo na comissão sobre matérias que não dissessem respeito às empresas que estão diretamente no seu âmbito, mas o facto é que não tendo gostado do desfecho da comissão de inquérito pela segunda vez vêm a esta câmara tentar tirar desforra e vão tentar nesta câmara ...

Deputado António Almeida (PSD): É pôr a entidade certa a fiscalizar!

O Orador: ... e noutro âmbito pedir esclarecimentos adicionais, mais esclarecimentos adicionais de forma a conseguirem ter o resultado que gostariam.

Infelizmente, nesta câmara, na nossa Região não há a possibilidade de ter mais factos daqueles que são os factos existentes e nesta matéria não há qualquer tipo de problema, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Então tem medo de quê, Sr. Deputado?

O Orador: ... porque houve esclarecimento. Ainda para mais, por exemplo, no processo da Sinaga. Vamos a ver se a gente se entende em relação à Sinaga.

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: O Governo faz a aquisição de uma empresa, ...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Então qual é o problema?

O Orador: ... essa empresa deve dinheiro a alguém e depois querem que o Governo não assuma essa responsabilidade?

Isso é claro. O Tribunal de Contas por duas vezes validou a operação, os senhores perguntaram ao Secretário João Ponte um conjunto de questões, tiveram as respostas. Aliás, cumpre dizer nesta câmara que muito antes de ouvir o Secretário João Ponte já tinham chegado a conclusões, ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Exatamente!

O Orador: ... mas após as respostas, mesmo assim, na altura não disseram nada, passados uns dias voltaram a dizer e a fazer nova notícia de que havia problema nesta matéria.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: O que é que nós esperávamos?

“Bom, vamos chamar o Sr. Vice-Presidente.” Era isso que nós esperávamos. Nem isso fizeram.

Agora como o assunto já não está outra vez na opinião pública voltam a trazer isto a esta câmara, como forma de ter desforra, como forma de não conseguiram à primeira, vamos tentar à segunda e tentar obter um resultado que é diferente da realidade, que é diferente dos factos.

Com o Partido Socialista contem para apurar os factos, não contem para apurar factos alternativos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este interessante debate suscitou-me aqui uma dúvida que gostaria de colocar ao Partido Socialista já que aparentemente o Partido Socialista consegue analisar os documentos sem precisar de opinião de técnicos avaliados.

Eu gostaria de perceber junto do Partido Socialista se a Região tem uma conta anual ...

Deputada Graça Silva (PS): Não foi isso que o Partido Socialista disse!

O Orador: ... e se o Partido Socialista dispensa a leitura do parecer do Tribunal de Contas, porque julgo eu, ele chega-nos a todos e é muito útil para percebermos e fiscalizarmos com transparência as contas públicas.

Deputado Francisco César (PS): Não é a mesma coisa!

O Orador: É isso que está, julgo eu, em nosso entender, aquilo que está aqui em causa.

Se é uma competência do Tribunal de Contas fiscalizar as contas públicas ...

Deputado Francisco César (PS): Está na lei! É obrigatório!

O Orador: ... pode e deve ser feito neste caso e gostaria que o Partido Socialista dissesse se dispensa o parecer o Tribunal de Contas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu de facto não era para intervir. O Sr. Deputado António Vasco Neto Viveiros já deu todas as explicações e mais algumas para a razão de ser deste projeto de resolução.

Deputado João Paulo Ávila (PS): A gente ainda não percebeu!

O Orador: O que me custa e a razão da minha intervenção é que eu ainda não percebi aqui uma coisa relativamente ...

Deputado José Ávila (PS): Mas vai perceber!

O Orador: ... às alegações e à argumentação do Sr. Deputado e líder parlamentar, Francisco César.

O senhor diz que nós pedimos ao Tribunal de Contas para avaliar estes contratos para termos os resultados que gostaríamos?

Mas o Tribunal de Contas anda aqui ao serviço dos partidos, a fazer os resultados que os partidos gostariam ou anda a fazer uma análise isenta daquilo que é o resultado da política e da governação das empresas públicas desta Região?

Deputado Carlos Silva (PS): Não disse isso!

Deputado Luís Maurício (PSD): Foi, foi, foi!

Deputado João Vasco Costa (PS): Não foi nada disso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Estamos a falar de quê?

Estamos a falar dos senhores acharem que não precisam de mais ninguém para analisar fator nenhum dos aspetos ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... da governação e que não precisam de opinião de mais ninguém, neste caso de um Tribunal de Contas que pode avaliar de uma forma criteriosa aquilo que são as implicações financeiras destes contratos e a realidade que está por detrás deles?

Ou estamos aqui a falar de pessoas que pelos vistos sabem tanto, tanto, tanto de tudo que deixaram a Sata no estado em que está?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não me considero obviamente mais inteligente ou mais esperto que nenhum deputado desta Casa, somos *primus inter pares*, considero-me assim dessa maneira e é essa a consciência que tenho.

Gosto de estudar as coisas, empenho-me naquilo que são assuntos (por caso até já fui deputado sozinho) e tinha que falar um bocadinho sobre toda as matérias. Eu vejo também que, sem desprezo por ninguém, que há deputados em determinado grupos parlamentares que são os chamados deputados especialistas, mas depois quando a gente vai ver são especialistas de generalidades, porque na especialidade não percebem nada.

Portanto, ...

Deputado José Ávila (PS): Ui!

Deputado Bruno Belo (PSD): Há alguns que são especialistas em banalidades!

Deputado Luís Maurício (PSD): Identifique lá quem é!

O Orador: ... o que eu quero dizer é que qualquer deputado nesta Casa se não se sentir capaz de analisar o que quer que seja (mas tem toda a legitimidade para o fazer) pode fazê-lo de uma maneira mais correta, menos correta, mais certa, menos certa e talvez também não se vai exigir a licenciatura, como já também foi aqui há bocado falado.

Não me restam sombra de dúvidas do que está escrito no relatório, no que está escrito na avaliação, mas também não sei se é o Tribunal de Contas que vai avaliar um relatório daquela complexidade técnica, porque o que se passa aqui, naquele relatório que nos foi entregue, muitas das coisas que lá estão são técnicas.

Deputado Carlos Silva (PS): É o próprio PSD que escreve no projeto “complexidade técnica”!

O Orador: Eu não sei (eu li, eu vi, eu registei), Sr. Deputado António Vasco Viveiros, se 400 mil euros anuais para trens de aterragem é muito ou é pouco, mas é o que está lá.

Eu não sei se a renda de 280 mil euros ou 300 mil euros por mês (renda só) se é muito ou pouco para aquele avião, mas é o que está lá.

Portanto, esse contrato foi feito para aquele avião voar e tanto que ele podia voar que a Hi Fly estava disponível para fornecer tripulações para voar o avião.

Porque é que a Sata não quis, isso é outra pergunta que nós temos de fazer à má gestão da Sata. Agora que o avião podia voar, podia e pode. É só pegar numa tripulação e pô-lo a voar e a Hi Fly fazia-o. Porque é que não fizeram, não sei.

Porque também teria sido interessante ter avaliado a compra dos Dash Q-400. Essa é que teria sido muito interessante fazer e só eu nesta Casa é que me bati contra isto. Mais ninguém se bateu contra isto. Era eu deputado sozinho.

Portanto, quando se prescindiu de fundos comunitários para um senhor administrador da Sata que teve a veleidade de mudar o desígnio da Sata, mudar-lhe o nome e mais não sei o quê e passar “*The Atlantic and you*” e a Sata a voar para a Madeira e para as Canárias e até para Faro. Obviamente prescindido disso, querendo voar para fora da Região, a Região perdeu fundos comunitários, mas não ouvi ninguém criticar isso a não ser o CDS. Ninguém!

Mas essa não crítica também tem uma explicação política. É porque o administrador não era socialista. Também tem uma explicação política! Portanto, esse é que teria sido um negócio de 80 milhões bem avaliado pelo Tribunal de Contas, mas não foi, como outras opções da Sata.

Portanto, para mim, Sr. Deputado António Vasco Viveiros, o que é importante e que eu gostava que amanhã acontecesse é que essa administração da Sata

tomasse mais uma decisão, ou pelo menos uma, que dissesse: “O A-330 vai passar ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Uma boa!

O Orador: Que seja razoável, já não digo boa, mas razoável.

“O A-330 tem todas as condições para voar, tecnicamente está impecável, precisa de um comandante, de um piloto e de uma tripulação” e pô-lo a voar. Era isso que eu queria. A servir os açorianos.

Se estamos a pagar mais dois milhões ou três do que devíamos, que é o que eu acho pelas contas de somar que eu fiz, mas o Sr. Presidente da Sata o próprio confirmou que eram 12 milhões e eu tomei como verdadeiro esse número. Eu tomei como verdadeiro esse número como todos nós tomámos na comissão de inquérito, embora no tal dito relatório ele seja ligeiramente inferior. É só somar. O problema é que o avião não voa, não serve os açorianos e isso é que é mau, isso é que dá prejuízo. Não sei se ele a voar se dava prejuízo. Ainda alguém, já não sei quem é que me dizia, um dia destes que para ir a Lisboa na Ryanair tem de pagar 400 euros. A TAP, é voz corrente, para quem conhece alguém na TAP, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... nunca ganhou tanto dinheiro como ganha a voar para os Açores. Porque raio é que a Sata tendo um A-330 parado não o põe a voar para os Açores e não o põe a voar para a diáspora? Não o põe a voar! Esse é que é o grande problema.

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas essa pergunta tem que ser feita é àqueles senhores!

O Orador: Mas eu ponho àqueles senhores, Sr. Deputado Bruno Belo. É àqueles senhores a quem o senhor insurge politicamente por não terem o avião a voar. É à administração da Sata que eu censurei politicamente por não ter o

avião a voar e essa decisão é política, porque se for para dar lucro, se todas as decisões ...

A Sata Air Açores se não for as indemnizações compensatórias pode fechar a porta. Pode fechar a porta!

Deputado Bruno Belo (PSD): Claro!

O Orador: Por isso é que é preciso investir. Se tivermos que investir mais algum dinheiro naquele avião, mas para servirmos os açorianos eu acho que de certeza era uma boa medida de gestão e que diminuía os prejuízos da Sata, no meu franco entender de leigo nessa matéria. Não sou especialista nessa matéria, nem me quero arvorar nisso.

Agora, que enquanto aquele avião voou deu bons resultados, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

... enquanto voou para Toronto deu bons resultados, a nossa diáspora estava contente com o avião, servia bem a comunidade, os nossos empresários estavam contentes porque escoava peixe, tem boa capacidade de carga daqui para o continente. Quando vinha de Boston ainda levava carga para o continente, portanto, não percebo porque é que a Sata e o Governo mantêm o avião parado. Não preciso (e por isso não concordo com isto) de uma análise do Tribunal de Contas.

O senhor dir-me-á: “O senhor sabe tudo? O senhor é um génio.”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é por aí!

O Orador: Não é!

Não preciso de uma análise do Tribunal de Contas para me dizer que aquela decisão daquele avião estar parado é errada, que aquele leasing é provavelmente caro, isso nós ouvimos na comissão de inquérito.

Agora, há uma coisa que é certa: é que o processo é irreversível. A Sata tem de cumprir o contrato de leasing até ao fim. Portanto, se tem de o cumprir até ao fim ponha o avião a voar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas tem responsabilidades, se for o caso!

O Orador: E a responsabilidade é do Governo e obviamente da Sata e o senhor sabe tão bem quanto eu, Sr. Deputado António Vasco Viveiros (eu termino, Sra. Presidente) que aquele leasing a Sata tem de o ter até ao fim, então ponham a voar. O problema é esse.

Porque se o Tribunal de Contas vier dizer “é muito dinheiro, foi uma má gestão, foi um mau contrato, foi não sei quê” vai ser pago na mesma. Já não há volta a dar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Porque não são apuradas responsabilidades!

O Orador: Oh, Sr. Deputado João Costa, o senhor em que mundo é que anda? Mas já alguém, alguma administração da Sata foi responsabilizada ...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem mesmo que terminar.

O Orador: ... pelas decisões que tomou?

Olhe, eu não conheço.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então experimente!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O CDS esgotou o seu tempo.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só para esclarecer o Sr. Deputado Artur Lima e em aparte o Sr. Deputado André Rodrigues.

O Tribunal de Contas desde há muitos anos, desde uma reforma na altura do Prof. Sousa Franco, que foi presidente, mudou a sua estratégia e na atividade de fiscalização da administração pública e das empresas públicas criou mecanismos de contratação de consultores externos sempre que sejam matérias muito específicas para as quais os seus serviços de apoio não tenham capacidade.

O que aconteceria neste caso, se o tribunal fizesse uma auditoria que já percebemos que será chumbada aqui, não significa que o tribunal não tome iniciativa de a fazer, se o tribunal fizer uma auditoria eu tenho quase a certeza que entenderia que é uma matéria demasiado específica ...

Deputado Carlos Silva (PS): Obrigado, Sr. Deputado, por o senhor me dar razão!

O Orador: ... e que eventualmente só os consultores daquela área poderiam com rigor avaliar aquele contrato e tenho a certeza que não iam consultar o Sr. Deputado Francisco César nessa matéria.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ora muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições ainda para participarem no debate.

Julgo não haver.

Não havendo inscrições, vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O projeto de resolução foi rejeitado com 27 votos contra do Partido Socialista, 4 votos contra do CDS-PP, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(* **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente o PSD votou a favor e apresentou esta iniciativa porque tinha vontade de conhecer a verdade relativamente a duas situações relevantes e reconhece o direito dos açorianos de serem esclarecidos sobre matérias que são relevantes e que pode estar em causa o erário público.

Deputada Mónica Rocha (PS): São sempre!

O Orador: Quem votou contra não partilha essas preocupações.

Pelo menos é esse o nosso entendimento.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(* **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

O Partido Socialista votou contra a resolução em análise não porque haja alguma matéria a esconder, porque o assunto foi amplamente discutido e analisado e também porque os argumentos que foram apresentados no projeto de resolução são falsos e não correspondem à verdade.

Só por isso que votámos contra, porque a matéria já foi amplamente discutida em comissões, pelo Tribunal de Contas por diversas vezes e nós não consideramos que seja necessário aprofundar mais as matérias, porque elas já foram analisadas e são totalmente transparentes.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais declarações de voto, vou passar a ler a proposta de deliberação final: **A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de maio.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Os trabalhos estão encerrados.

Uma boa noite.

Um bom regresso a casa.

Eram 19 horas e 52 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

Luís Maurício Mendonça Santos

Mónica Reis Simões Seidi

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Partido Popular (CDS/PP)

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio **Bradford**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Documentos entrados

1 - Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Programa Regional para as alterações climáticas \(PRAC\) – “Conteúdo Documental” – n.º 25/XI](#)

Proveniência:

Data de Entrada: 2019 – 05 – 08

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho (Baixou novamente à Comissão, com a inclusão do “Conteúdo Documental”)

Data Limite de Parecer: 2019 – 06 – 11.

2 - Projetos de Resolução:

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores – Cumprimento da decisão judicial no reconhecimento do vínculo laboral dos trabalhadores da RTP/Açores – n.º 144/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2019 – 05 – 08

Comissão:

Data Limite de Parecer: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Auditorias pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas ao processo de aquisição do capital social da Sinaga, SA, e ao contrato de aquisição/leasing do Airbus 330 pela Sata – n.º 145/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2019 – 05 – 08

Comissão:

Data Limite de Parecer: Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Recomenda ao Governo da República que dê início às negociações do Acordo Laboral para a defesa dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores da Base das Lajes – n.º 143/XI](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2019 – 05 – 06

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2019 – 06 – 11.

3 – Projeto de Deliberação:

Assunto: Suspensão dos trabalhos da Comissão Eventual de Inquérito à Rede de Cuidados Continuados Integrados da Região Autónoma dos Açores - n.º 3/XI

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2019 – 05 – 08.

4 - Relatórios:

Assunto: [Sobre a Audição da Gestora Pública Indigitada para a Presidência do Conselho de Administração da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A. – AZORINA, S.A.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 05 – 06;

Assunto: [Sobre a Proposta de Lei n.º 185/XIII \(GOV\) – Estabelece as formas de aplicação do regime da segurança e saúde no trabalho previsto no Código do Trabalho e legislação complementar, aos órgãos e serviços da Administração Pública](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 05 – 08.

Transcrição realizada pelos serviços de Redação.